

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇOS SOCIAL

WALTER ARAÚJO DE ALBUQUERQUE

**A RELAÇÃO DO SUICÍDIO COM O TRABALHO NA SOCIEDADE  
CAPITALISTA**

Maceió

2018

WALTER ARAÚJO DE ALBUQUERQUE

**A RELAÇÃO DO SUICÍDIO COM O TRABALHO NA SOCIEDADE  
CAPITALISTA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como exigência para a obtenção do título de Mestre. Sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Virginia Borges Amaral.

Maceió

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

A345r Albuquerque, Walter Araújo de.  
A relação do suicídio com o trabalho na sociedade capitalista / Walter Araújo de Albuquerque. – 2018.  
91f.

Orientadora: Maria Virginia Borges Amaral.  
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 139-145.

1. Capitalismo. 2. Trabalho. 3. Suicídio. 4. Alienação. I. Título.

CDU: 364.277:331



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

---

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Walter Araújo de Albuquerque** intitulada “**A relação do suicídio com o trabalho na sociedade capitalista**”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 17 de setembro de 2018, às 17h, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Virginia Borges Amaral  
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Prof. Dr. Diego de Oliveira Souza  
Examinador interno (PPGSS- FSSO - UFAL)

Profa. Dra. Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira  
Examinador externo (UFAL- PPGS)

## AGRADECIMENTOS

Aos trabalhadores, principalmente aqueles que consciente da exploração cotidiana em que estão inseridos, não perdem o foco do horizonte revolucionário e da luta constante para a conquista de uma emancipação humana efetiva.

Aos meus familiares, em especial minha amada avó, Eurídice Soares, que nos deixou durante o processo final do meu mestrado. Serei sempre grato pelo entusiasmo que demonstrava diante da minha trajetória como estudante.

Aos amigos, que com muita insistência conseguiram me tirar da rotina e deixar meu percurso do mestrado mais leve.

Aos colegas de turma que me acompanharam nessa jornada, cujo debates e indagações sempre representaram momentos ricos de reflexão sobre meu objeto.

Ao grupo de pesquisa Trabalho e Serviço Social – TRASSO – que me proporcionou a chance de conhecer, indignar-me e refletir sobre a exploração do trabalho no capitalismo, além de proporcionar enriquecedoras reflexões.

A minha orientadora, professora Maria Virginia, por ter aceitado o desafio de me conduzir neste caminho. Por todo o aprendizado que me ofereceu; por todos os incentivos em momentos de incertezas e por todas as orientações sempre pertinentes e substanciais.

Aos professores do PPGSS que compartilharam seus conhecimentos, fundamentais para à elaboração do presente trabalho.

Aos professores Diego de Oliveira e Ruth Vasconcelos por terem aceitado me avaliar na defesa dessa dissertação.

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta, com maior ou menor intensidade, para que eu chegasse até aqui. Muito obrigado.

Antes de tudo, é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consuma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário esta na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios.

Karl Marx

## RESUMO

O suicídio é uma questão complexa que tem atraído à atenção de várias áreas interessadas em discutir suas causas. No Brasil pouco se pesquisa sobre a temática, e ainda são numerosas as correntes que compreende o suicídio como algo isolado e individual. Esta dissertação consiste, refutando as correntes hegemônicas, em um estudo que objetiva compreender o suicídio, analisando-o como fenômeno complexo e resultante de várias determinações, mas, sobretudo, como produto da sociabilidade capitalista. Pelo trabalho o homem se humaniza e se desenvolve como ser capaz de transformar a natureza para atender suas necessidades. Suas capacidades são desenvolvidas social e historicamente, produzindo considerável riqueza. No modo de produção capitalista, o qual se funda na propriedade privada, esta riqueza bem como os meios de produção são apropriados por uma minoria, enquanto a maioria – expropriados de sua produção –, sobrevivem exclusivamente da sua força de trabalho. Esta é a raiz da alienação e da produção da barbárie materializada nesta sociabilidade, que perpassa as condições materiais de subsistência para as condições subjetivas, atingindo todas as esferas da vida social. Nesta pesquisa buscamos analisar criticamente a sociedade capitalista onde evidenciamos o suicídio como um fenômeno de múltiplas determinações com espaço de materialização e realização na vida privada. Levando em consideração o processo histórico, o suicídio não está atrelado somente ao indivíduo, pois é um fenômeno produzido socialmente.

**Palavras-chave:** capitalismo, trabalho, suicídio.

## ABSTRACT

Suicide is a complex issue that has attracted the attention of several areas interested in discussing its causes. In Brazil little is researched on the subject, and there are still many currents that understand suicide as something isolated and individual. This dissertation consists, refuting the hegemonic currents, in a study that aims to understand suicide, analyzing it as a complex phenomenon and resulting from various determinations, but mainly as a product of capitalist sociability. Through work man becomes humanized and develops himself as being able to transform nature to meet his needs. Its capabilities are developed socially and historically, producing considerable wealth. In the capitalist mode of production, which is based on private property, this wealth as well as the means of production are appropriated by a minority, while the majority - expropriated of their production - survive exclusively from their labor power. This is the root of alienation and the production of barbarism embodied in this sociability, which runs through the material conditions of subsistence to subjective conditions, affecting all spheres of social life. In this research we seek to analyze critically the capitalist society where we evidence suicide as a phenomenon of multiple determinations with space of materialization and realization in private life. Taking into account the historical process, suicide is not only linked to the individual, because it is a phenomenon produced socially.

**Keywords:** capitalism, work, suicide.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. SUICÍDIO E TRABALHO</b> .....	15
1.1 O suicídio relacionado ao trabalho na atualidade .....	15
1.2 Sofrimento mental e a identidade do trabalhador .....	26
1.3 Uma breve história social a respeito do fenômeno suicídio .....	35
<b>2. SUICÍDIO E CAPITALISMO</b> .....	44
2.1 Trabalho e alienação no sistema capitalista .....	44
2.2 A acumulação primitiva e os fundamentos da degradação do trabalho .....	60
2.3 O trabalho sob a regência do capital e as relações que mortificam o trabalhador ....	64
<b>3. ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO DO SÉCULO XX E XXI E SUA INFLUÊNCIA NO SUICÍDIO DO TRABALHADOR</b> .....	80
3.1 A organização fordista e as mudanças na esfera do trabalho no século XX .....	80
3.2 A crise estrutural e o advento do neoliberalismo: uma conjuntura consentânea para a emergência de uma nova organização do trabalho .....	86
3.3 Toyotismo, a nova fábrica de suicídios .....	95
<b>4. O DEBATE DO SUICÍDIO NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	110
4.1 Sociabilidade atual – reflexões sobre a ambiência presente e o suicídio .....	110
4.2 Modalidades de suicídios .....	113
4.2.1 O quanto as ofensivas do capital ditam as regras da sociedade a favor dos seus interesses – <i>Suicídio Louvável</i> .....	114
4.2.2 A sorradeira transformação ideológica da sociedade e a sociabilidade sob o signo neoliberal produzindo vidas programáveis – <i>Suicídio Partilhado</i> .....	119
4.2.3 As transformações no mundo do trabalho e o esvaziamento do humano na sociedade capitalista contemporânea – <i>Suicídio Estrutural-Laboral</i> .....	124
4.2.4 A barbárie como um resultado da sociabilidade atual: a ausência do humano e a banalidade nas relações sociais – <i>Suicídio Barbárie</i> .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	135
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema central e objeto de estudo o suicídio relacionado ao trabalho na sociedade capitalista.

O interesse pelo tema surgiu a partir de observações, indagações e inquietações sobre um fenômeno de caráter privado, mas produzido socialmente, designado por suicídio; assim como de reflexões sobre o cotidiano, por vezes árduo, de alguns trabalhadores. Além disso, buscou-se traçar aproximações sucessivas, conjunturais, históricas e contextuais, para se compreender melhor as vertentes que resultam em tal problemática. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um referencial teórico crítico, visando entender a relação com o padecimento do trabalhador diante do desenvolvimento capitalista.

Sobre o suicídio, na maioria das vezes, quando este é debatido, reduz-se o discurso ao indivíduo, atrelando-o ao sofrimento sentido no âmago do sujeito, quase singular, expressado de maneira unilateral, não se considerando o processo histórico no qual ele está envolvido e do qual é fruto. Ao observar tal fenômeno a partir desta lógica, pode-se recair em conclusões equivocadas, uma vez que são atribuídos ao indivíduo que comete suicídio estigmas baseados em valores provindos de ideais socialmente estabelecidos.

Para se chegar ao entendimento do suicídio como um fenômeno social de múltiplas determinações, optou-se por investigar a relação entre trabalho<sup>1</sup>, exploração e sofrimento (físico e mental) do trabalhador, visto que, segundo Botega (2006), não há como negar a relação entre a saúde do trabalhador e o suicídio. Botega (2006) confirma tal assertiva ao esclarecer que, em 97% dos casos de suicídio, caberia um diagnóstico de transtorno mental, com relevância entre depressão e suicídio<sup>2</sup>. Assim, a barbárie

---

<sup>1</sup> Assim como definido por Marx (2015), no sistema capitalista, como trabalho alienado: “o trabalho é exterior ao trabalhador, não pertence a sua essência, que ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico e arruína o seu espírito. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas coagido, trabalho forçado. Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele” (MARX, 2015, p. 308-309).

<sup>2</sup> Não há uma negação a respeito de tal assertiva, ou seja, da relação da depressão com o suicídio. Porém, não pretendemos, no presente trabalho, relacionar de forma direta e imediata a depressão, como uma entre várias doenças que estão inseridas na dimensão do sofrimento mental do trabalhador, como o suicídio. Por essa linha reflexiva, Solomon (2002) elucida que “muitos depressivos nunca se tornam suicidas. Muitos suicídios são cometidos por pessoas que não são depressivas. Os dois elementos não são partes de uma única equação lúcida, uma ocasionando a outra. São entidades separadas que com frequência coexistem, influenciando-se mutuamente” (SOLOMON, 2002, p. 226).

estruturada na sociedade capitalista e na sociabilidade atual como possível estimuladora de suicídios é descortinada.

Sob este raciocínio, o suicídio não mais pode ser e não será interpretado como um ato isolado, mas sim como um ato coletivo produzido socialmente que se concretiza na vida privada do indivíduo que o comete; é necessário acrescentar que na história da humanidade e em outros modos de produção houve casos de suicídio, no entanto, não se busca apontar uma causa única, porquanto se trata de um fenômeno de múltiplas determinações.

A pesquisa foi norteadada pela teoria social de Marx. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico, que contou com bibliografias embasadas na teoria crítica de Marx, porém outras bibliografias que se distanciam desta teoria também foram acessadas, a fim de apresentar aspectos concernentes à discussão específica sobre o suicídio, o que possibilitou a realização de uma análise profunda, mas também conjuntural, sobre a temática que é tão controversa e ainda considerada um tabu. Para além da perspectiva teórica, foi utilizado como aporte metodológico para a estruturação do presente trabalho, pesquisa documental e relatos com o objetivo de ilustrar de forma mais aprofundada o desenvolvimento do tema abordado.

Destaca-se, no decorrer de todo o texto, que o sistema capitalista possui inúmeras contradições inerentes ao seu *modus operandi*, pois enquanto esse sistema gera uma imensa riqueza, também produz, em proporção maior, desigualdades globais e em diversos níveis. Assim, a constante ampliação e a socialização da produção são acompanhadas pela crescente apropriação privada do conjunto de bens socialmente produzidos. Essa contradição básica leva, principalmente, a uma progressiva exploração da força de trabalho, com o objetivo de conservar o sociometabolismo do capital.

Observa-se, na contemporaneidade, que tais contradições estão fortalecidas<sup>3</sup>, afetando os indivíduos profundamente não apenas no âmbito social, mas especialmente em sua vida privada. Como explicitado no relato de Capulade et al. (2009), diante das atuais mudanças organizacionais da produção capitalista, provenientes de estratégias oriundas de uma nova organização do trabalho de cariz flexível.

[...] a partir de reportagens do jornal francês Libération, o sofrimento de funcionários da France Télécom que chegou ao extremo. Após uma série de mudanças organizacionais na empresa, que foram desencadeadas pela

---

<sup>3</sup> Em especial pela nova organização do trabalho.

privatização da maior parte dela, o ritmo de trabalho (acúmulo de funções) e a instabilidade no emprego (ou mudanças constantes de função ou a iminência da demissão) gerou uma espécie de pânico entre os funcionários. As consequências disso resultaram, dentro de um período de 18 meses (fevereiro de 2008 a setembro de 2009), em 24 suicídios de funcionários da empresa, sem contar as tentativas que não levaram a óbito. Segundo reportagem de Philippe Bronchen (do Jornal Libération), tal número pode ser considerado uma epidemia de suicídios que está afetando os assalariados daquela empresa. (CAPOULADE; SANDRA; BERNARDO, 2010, p. 7).

O presente trabalho tem por objetivo analisar criticamente a sociedade capitalista onde evidenciamos o suicídio como um fenômeno de múltiplas determinações com espaço de materialização e realização na vida privada, contribuindo, assim, com o debate em torno do fenômeno (suicídio), relacionando-o com o trabalho na sociedade capitalista, sob a ótica da teoria social de Marx. Pretende-se, também, contribuir para preencher uma lacuna existente no que se refere a esta temática no âmbito do Serviço Social, visto que não existem muitas publicações relacionadas com o tema desenvolvido<sup>4</sup>.

O ponto de partida utilizado para desenvolver o presente trabalho foi a particularidade do problema investigado na pesquisa. Para alcançar a sua universalidade, procurou-se compreender o sistema capitalista e as relações sociais nele desenvolvidas. Foi necessário o aprofundamento em algumas categorias no decorrer da dissertação, que são de grande relevância para se alcançar o entendimento do tema em estudo, ou seja, a relação do suicídio com o trabalho na sociedade capitalista. Destacam-se tais categorias: trabalho, alienação, subjetividade, mercadoria, assassinato social, suicídio, entre outras.

Em vista disto, o presente trabalho foi dividido em quatro capítulos, da seguinte forma:

No primeiro capítulo apresenta-se o fenômeno suicídio em seu potencial empírico, assim como a identidade que é atribuída ao trabalhador na sociedade capitalista e, por fim, uma breve história social a respeito do fenômeno, com o objetivo de tornar perceptíveis os diversos sentidos que o suicídio obteve no percurso dos diferentes modos de produção.

---

<sup>4</sup> Alguns exemplos: publicação na revista Serviço Social e Sociedade. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. ANTUNES, Ricardo; PRAUNI, Luci. 2015. Publicação no caderno CRH. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. DRUCK, Graça. 2011; dentre outras publicações em forma de artigo. Todavia, em relação a publicações no formato de livros (seja físico ou digitalizado) foi encontrado Sobre o suicídio. MARX, Karl, 2006 e Suicídio e trabalho: o que fazer?. DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence, 2010. Que abordam a temática. Constatando, assim, a carência na contribuição da análise do fenômeno em uma perspectiva crítica marxiana ou marxista.

No segundo capítulo levanta-se a fundamentação teórica sobre o trabalho em Marx, a saber, os fundamentos ontológicos, o processo de constituição do ser social, o desenvolvimento das capacidades humano-genéricas, a discussão sobre alienação e trabalho alienado em Marx. Ademais, discorre-se brevemente a respeito dos fundamentos da origem do sistema capitalista por meio do processo originário ou acumulação primitiva.

No terceiro capítulo o foco se dará nas transformações societárias em curso desde o século XX e nas crises inerentes ao capitalismo e como este intenta a eliminação ou o abrandamento da sua contradição (crises), a saber, mediante o fordismo e o toyotismo. Para “superar” as crises, coloca-se sobre os ombros da classe trabalhadora a responsabilidade da busca pela superação de quaisquer ônus através da potencialização da exploração da força de trabalho, mola propulsora para a máquina do capital. Nesse momento torna-se evidente o padecimento físico e, principalmente, mental dos trabalhadores, e, com o toyotismo, o desenvolvimento do que se chama de nova fábrica de suicídios.

No quarto capítulo, retorna-se ao debate acerca da dimensão do suicídio, compreendido não mais como um ato isolado, senão como um ato coletivo produzido socialmente, visto que a relação entre suicídio e trabalho assume na contemporaneidade um sentido mais complexo e profundo. Propõe-se o debate sobre o suicídio baseado em divergências e convergências na literatura positivista e histórico-crítica marxiana, com base na leitura de *O Suicídio* de Emile Durkheim e *Sobre o suicídio* de Karl Marx. Posteriormente, desenvolvem-se no conjunto de conhecimentos elaborados e acumulados algumas modalidades de análise sobre o suicídio, tais como: *Suicídio Louvável*, *Suicídio Partilhado*, *Suicídio Estrutural-laboral* e *Suicídio Barbárie*. Diante da complexidade dessas análises, a criação destas modalidades se fez extremamente necessária, no intuito de exemplificar a dinâmica do fenômeno “suicídio” no movimento histórico das transformações desta sociabilidade, implicando uma escolha metodológica no trato do objeto de estudo, a partir do pressuposto de que essas modalidades se entrecruzam e podem ser recíprocas.

Diante de toda a análise que se desenvolve no decorrer do texto, o suicídio ganhará importância crítica. Constata-se que a sociedade consegue normatizar e se faz animista, atribuindo à pessoa que comete tal ato adjetivos pejorativos – o principal deles é a covardia. O suicídio é considerado como ato individual, quando, na verdade, é um

ato coletivo, produzido socialmente, mas que se concretiza na vida privada do indivíduo que o comete. Todo ato de suicídio é produzido socialmente, e o homem é o único ser que pode realizá-lo intencionalmente.

Dessa maneira, a investigação em foco contribuirá para a ampliação acerca de questões atitudinais que envolvem diretamente a classe trabalhadora, com o objetivo de sistematizar o entendimento da lógica da atual sociedade, a fim de tornar perceptível uma das tantas consequências que a problemática em análise provoca para aqueles que estão envolvidos no processo de trabalho e produção capitalista: os trabalhadores.

## 1. SUICÍDIO E TRABALHO

Neste capítulo procuramos apresentar a questão do suicídio relacionado ao trabalho no atual contexto. No item 1.1, explicitamos dados mais gerais sobre o suicídio, com a intenção de indicar a dimensão do fenômeno. Realizamos um balanço das estatísticas mundiais e pontuamos a realidade de alguns países, incluindo o Brasil.

No item 1.2, enfatizamos o sofrimento mental e a identidade que é atribuída ao trabalhador no modo de produção capitalista, almejando apontar elementos que corroborem para a relação entre suicídio e trabalho.

No item 1.3, discorreremos sobre o sentido social do suicídio no desenvolvimento da história, e a particularidade que o fenômeno assume no modo de produção capitalista.

### 1.1 O suicídio relacionado ao trabalho na atualidade

A temática do suicídio aqui descrita ganha notoriedade especialmente quando relacionada às constantes instabilidades provenientes do trabalho, tornando-se uma problemática de grande dimensão e complexidade. Em termos gerais, o fenômeno está conectado às relações socioeconômicas, emocionais, ao sofrimento no trabalho, como também ao desgaste físico e mental. Tais fatores impactam na saúde do trabalhador.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em conjunto com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS)<sup>5</sup>, em seu primeiro relatório sobre a questão do suicídio, elaborado em 2014, intitulado “Prevenção do suicídio, um imperativo global”, a instituição tornou pública que a cada 40 segundos uma pessoa se suicida em alguma parte do mundo e muitos mais tentam o suicídio. Trata-se de um fenômeno global que somente em 2012 respondeu por 1,4% de todas as mortes no planeta, cerca de 800 mil pessoas por ano ao redor de todo o mundo, tornando-se a 15<sup>a</sup> principal causa das mortes em geral (OMS, 2014).

Em relação ao trabalho, os dados se evidenciam de forma relevante, sobretudo nos jovens na fase produtiva inicial, visto que a maior incidência se concentra na faixa

---

<sup>5</sup> É importante considerar que a OPAS/OMS assume o exato papel de manter o equilíbrio, mesmo que aparente, do sistema capitalista. Assim, instituições como esta têm como uma de suas funções a difusão da ideologia dominante e, com isso, o escamoteamento das contradições desta sociedade. A morte e, dentro desta categoria mais geral, o suicídio são fenômenos que explicitam determinadas contradições; assim, faz-se necessário tê-lo sob o seu controle.

etária de 15 a 29 anos de idade (OMS, 2014). Torna-se neste segmento a segunda causa principal de morte a nível mundial (OMS, 2014), chegando a 24 suicídios para cada 100 mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos (OMS, 2014).

Podemos constatar tal relação, por exemplo, na crescente exploração que se atribui ao trabalho na fase contemporânea do capitalismo. Segundo a BBC (2016), no Japão, uma jovem de 24 anos cometeu suicídio em decorrência de uma extenuante jornada de trabalho mesclada a excessivas pressões por produtividade:

Matsuri Takahashi tinha 24 anos e trabalhava na companhia havia sete meses quando pulou da janela [...]. A jovem chegava a fazer cerca de 105 horas extras por mês [...]. A carga horária disparou em outubro de 2015, quando ela só chegava em casa por volta de 5h, depois de ter trabalhado dia e noite. Além disso, ela não teve nenhum dia de folga em sete meses. (BBC, 2016).

Os relatos continuam, na dimensão da idade produtiva inicial, uma vez que “as autoridades concluíram que o falecimento de um jovem de 30 anos, ocorrido em 2013, também teria ocorrido pelo mesmo motivo” (BBC, 2016).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consideram-se como população em idade ativa os indivíduos que estão aptos ao trabalho, pessoas que tenham idade a partir de 15 anos ou mais. Quando nos reportamos a dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde (MS), de 2017, observamos que, na particularidade brasileira, o suicídio é a quarta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos e a terceira entre homens de 15 a 29 anos (BRASIL, 2017a). Segundo Wang et al. (2005), houve no último decênio, no país, um aumento de suicídios, de cerca de dez vezes, na faixa etária entre 15 e 24 anos.

Torna-se perceptível, assim, a relação entre suicídio e trabalho, em especial na fase inicial da idade economicamente ativa do trabalhador, em que a insegurança, as pressões e cobranças, entre outros processos presentes nos ambientes de trabalho, deixam o trabalhador fragilizado, bem como “[...] o sentimento de impotência e de desvalorização, que leva as pessoas pouco resistentes a degenerar-se rapidamente” (HELOANI; CAPITÃO, 2003, p. 103).

O primeiro passo para compreender essa problemática é buscar a definição do fenômeno suicídio, caracterizá-lo, identificar os processos que atingem o ponto culminante para o trabalhador, reconhecendo os principais e mais frequentes agravos enfrentados pelos trabalhadores que possam levá-los ao suicídio.



Para isso, buscamos uma primeira aproximação por meio de dados da realidade expressos em pesquisas empíricas das décadas de 1990 a 2017. Porém, devido às diversidades, extensividades e especificidades das pesquisas que têm como foco o fenômeno suicídio, como Solomon (2002) salienta, “as estatísticas sobre o suicídio são caóticas [...] **pesquisadores adoram** estatísticas comparativas e as usam como se correlação implicasse causalidade” (SOLOMON, 2002, p. 232, grifo nosso).

Quando delimitamos as pesquisas para a dimensão do trabalho, as dificuldades se potencializam, uma vez que dificilmente se estabelecem relações que liguem o ato do suicídio com questões do trabalho, pois “[...] este tema ainda está revestido de um véu, quase um pacto de silêncio, uma espécie de tabu no interior das organizações e instituições” (DEJOURS; BÉGUE, 2010, p. 9).

Todavia, visando evitar reflexões que não contemplem a complexidade do fenômeno, limitamos os levantamentos de dados aos relatórios majoritariamente a nível mundial da OPAS/OMS e a nível local do Ministério da Saúde (MS), em reportagens vinculadas a instituições oficiais ou de renome, além de buscarmos em Dejours e Bégue (2010), e em Botega (2015), referências qualitativas sobre o fenômeno em suas dimensões universal e particular. É válido ressaltar que o fato de utilizarmos fontes diversificadas nos limita; por isso não pudemos nos deter em análises comparativas, profundas e conclusivas, já que os diversos autores partem de critérios e contextos distintos.

Torna-se, mais uma vez, relevante elucidar que o fenômeno suicídio não é exclusivo ou originário do capitalismo, mas remonta a sociedades anteriores. O relato mais antigo data de 2500 a.C. (SILVA, 1992). Porém, no modo de produção capitalista, o suicídio assume dimensões, sentidos e significados particulares. Desse modo, analisar a problemática do suicídio na sociedade regida pelo capital é desvelar a natureza destrutiva e contraditória do capitalismo, como assevera Marx (2006), pois “[...] está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios” (p. 25).

Outro elemento importante a ser acrescentando, para delimitar a dimensão do fenômeno, é o sentido de suicídio que estamos desenvolvendo. Na perspectiva aqui adotada, faz-se necessário, de forma breve, colocar a distinção entre o suicídio e o ato de se matar, conforme Fairbairn (1999):

O suicídio é um ato, tanto de cometimento como de omissão, realizado pela própria pessoa ou por terceiros, por meio do qual um indivíduo

autonomamente pretende e deseja concretizar a própria morte, porque quer ser morto ou quer morrer uma morte que ele mesmo concretiza. (FAIRBAIRN, 1999, p. 117).

Em síntese, é um ato consciente e intencional<sup>6</sup> que tem como objetivo final a morte, usando um meio que o sujeito acredita ser letal. Para isso, recorre-se a qualquer forma de se concretizar essa terminalidade vital. Já o ato de se matar envolve o fato de o indivíduo morrer devido a uma ação cometida por si mesmo, porém, sem ter a clara intenção de morrer. Assim, nem sempre que um sujeito morre pelas próprias mãos significa que ele esteja se suicidando. Fairbairn (1999) clarifica: “por exemplo, ela pode concretizar a própria morte por acidente, dirigindo o carro ou ingerindo uma superdose de medicamentos. Aqueles que acabam em morte, mas que se considera que não pretendiam matar-se, simplesmente não são considerados, via de regra, como pessoas que se suicidaram” (FAIRBAIRN, 1999, p. 100-1).

Sobre a intencionalidade suicida, Botega (2015) caracteriza-a a partir da determinação, do sujeito, de pôr fim à vida. Segundo o autor, a gravidade da intencionalidade é determinada por dois fatores concorrentes: a intensidade da motivação suicida e o grau com que essa motivação é contrabalaneada pela vontade conflitante de continuar vivendo. De um modo geral, a intencionalidade suicida cresce “[...] a partir de ideais vagas sobre morrer, geralmente de forma passiva, chegando a planos detalhados de como se matar, incluindo providências tomadas antes da morte e cuidados para evitar eventuais salvamentos logo após a tentativa de suicídio” (BOTEGA, 2015, p. 142).

Em relação aos dados, constatamos que as pesquisas sobre o suicídio são tardias, pois tiveram seu início somente nos anos de 1950, com a fundação da OMS, responsável por acompanhar os dados relativos ao suicídio em todo o mundo. No ano de sua criação, apenas 21 países relataram as mortes por suicídio. Em 1998, a OMS passou a desenvolver um trabalho de avaliação crítica da situação mundial do suicídio a partir de dados oficiais de 105 países, que foram agrupados por sexo e idade, em intervalos de cinco anos (WANG et al., 2004).

No Brasil até 1975, as informações referentes aos óbitos, incluindo a morte por suicídio, ficavam sob o domínio do IBGE. Posteriormente, a administração dos dados foi passada para o M.S. Somente a partir de 1980 o Brasil começou a estruturar bancos

---

<sup>6</sup> Devido à teleologia e ao desenvolvimento do homem através do trabalho, ele é o único ser que de maneira intencional pode realizar atos contra si mesmo.

de dados específicos acerca da mortalidade por suicídio, proporcionando muitos dos mapeamentos e dados que possuímos atualmente.

Segundo Dejours e Bégue (2010), a nível mundial, as pesquisas relacionando suicídio e trabalho também são tardias, uma vez que tiveram início somente em meados da década de 1990, e apenas em 2007 alcançaram os holofotes quando “os jornalistas começaram a escrever sobre o tema, durante a cobertura da série de suicídios cometidos nas sedes de empresas do porte da Renault, da Peugeot e da Électricité de France” (DEJOURS; BÉGUE, 2010, p. 11).

Para expressar a dimensão atual do fenômeno, Botega (2015) expõe que “o total de mortes por suicídio supera a soma de todas as mortes causadas por homicídio, acidentes de transporte, guerras e conflitos civis” (BOTEGA, 2015, p. 38). Constata-se também que há uma variação na incidência de suicídio de país para país, já que, “[...] de um modo geral, se mostram um pouco mais elevados nos países ricos” (BOTEGA, 2015, p.38), como se observa em Solomon (2002), quando o autor expõe a situação nos Estados Unidos da América:

A cada 17 minutos, alguém nos Estados Unidos comete suicídio. É a terceira entre as causas de morte de americanos abaixo de 21 anos, e a segunda para estudantes de faculdade. Em 1995 (por exemplo), mais jovens morreram de suicídio do que a soma das vítimas de AIDS, câncer, derrame, pneumonia, gripe, defeitos de nascimento e doença cardíaca [...]. Quase meio milhão de americanos é levado a hospitais a cada ano devido a tentativas de suicídio. Este foi, segundo a Organização Mundial de Saúde, responsável por quase 2% de mortes no mundo em 1998, o que o coloca na frente de mortes causadas pela guerra e bem na frente de homicídios [...]. Um estudo na Suécia mostrou que a probabilidade de um rapaz, na área de abrangência do estudo, cometer suicídio aumentara 260% desde os anos 50. (SOLOMON, 2002, p. 231).

Outro exemplo de país de economia central que possui taxas relevantes de suicídio relacionado ao trabalho é o Japão. Segundo matéria publicada no *site* BBC (2009), houve um aumento considerável no número de suicídios no Japão, 15% a mais do que ocorreu no mesmo período do ano anterior. Estes suicídios ocorreram após a alta taxa de desemprego por pessoas que sobreviviam em grandes dificuldades e dispunham apenas do auxílio do seguro-desemprego. Em janeiro de 2009, a Agência Nacional de Polícia registrou 2.645 suicídios; no ano de 2008, o número total chegou a 32 mil; no ano anterior foram registrados 33.093 suicídios. Segundo a matéria, a média nacional foi de um suicídio a cada 20 minutos.

Em números absolutos atualizados pela OMS (2014), de 2000 a 2012 ocorreram nos Estados Unidos 43.361 suicídios, e no Japão, 39.442. Contudo, na relação de países desenvolvidos, a Nova Zelândia lidera a estimativa, com 15,6 suicídios por 100 mil habitantes, uma taxa duas vezes que a dos Estados Unidos e quase cinco vezes superior à da Grã-Bretanha, que possui em números absolutos 4.360 suicídios entre 2000 e 2012.

Porém, são nos países “onde a população tem baixa ou média renda que ocorrem, atualmente, 75% dos suicídios” (BOTEGA, 2015, p. 38), podendo este quantitativo ser maior em decorrência das falhas de subnotificações, pois “es posible que la muy amplia gama de tasas estimada de suicidio notificadas por diferentes países y regiones se considere un artificio debido a las diferentes practicas de notificación e registro” (OMS, 2014, p. 19). Em relação às subnotificações<sup>7</sup>, o Brasil, desde 2011, dispõe da Portaria MS nº 1.271/2014, que passa a considerar a tentativa de suicídio um agravo de notificação obrigatória e imediata.

A OMS (2014) identificou que entre os anos de 2000 e 2012 os coeficientes mais elevados de suicídio migraram da Europa Ocidental para a Europa Oriental, para a Ásia e, também, para alguns países da África e da América Latina. Índia e China são atualmente os países com os maiores números de mortes por suicídio. Em termos numéricos, a Índia possui um coeficiente de mortalidade por suicídio de 21,1 habitantes em cada 100 mil, totalizando 258,05 em números absolutos de suicídio; a China, por sua vez, possui um coeficiente de mortalidade por suicídio de 7,1 habitantes em cada 100 mil.

Já os países da América Latina têm taxas relevantes, sendo o Brasil o país que lidera em números absolutos a taxa de suicídio, com um coeficiente de mortalidade por suicídio de 5,8, totalizando 11.821 em números absolutos, seguido do Chile, que possui um coeficiente de mortalidade por suicídio de 12,2 habitantes em cada 100 mil, o que totaliza exatamente 2.262 de suicídios, e a Argentina, com um coeficiente de mortalidade por suicídio de 10,3 habitantes em cada 100 mil, o que culmina em 4.418 suicídios (OMS, 2014).

---

<sup>7</sup> A notificação de violências interpessoais e autoprovocadas integra a lista de doenças e agravos de notificação compulsória no Sinan desde 2011, quando a notificação passou a ser universal para todos os serviços de saúde públicos e privados do país. A violência autoprovocada compreende autoagressões, automutilações e tentativas de suicídio em pessoas dos sexos feminino e masculino, cujo desfecho não resulta em óbito. A notificação tem por objetivo vinculá-las aos serviços de saúde, como forma de intervenção em saúde e prevenção de novas ocorrências (BRASIL, 2017b).

Em relação às taxas expostas, podemos encontrar, na América Latina, indicadores que nos direcionam ao perfil socioeconômico da região. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006), nos anos 1990, o quadro social e do trabalho na América Latina e Caribe revelou graves problemas que estão diretamente ligados a uma baixa produtividade do trabalho e a um aumento do desemprego e da informalidade, com destaque para os países que flexibilizaram suas respectivas legislações, o que acabou liberalizando as formas de contratos e demissões. A OMS (2014) corrobora com o perfil descrito ao afirmar que “nos países mais pobres, as principais causas das mortes são as pressões e o estresse por problemas socioeconômicos” (p. 54).

Dessa maneira, chega-se ao consenso de que “[...] o que se produziu foi um incremento do desemprego e da informalidade, acentuando-se ainda a precarização dos empregos, associada à insegurança das remunerações [...]” (p. 3). Druck (2011) confirma a análise ao afirmar que “essa condição, agravada por outros imperativos típicos dos chamados padrões modernos de organização empresarial (competitividade exacerbada, rapidez ou velocidade ilimitada), tem gerado um cenário de adoecimento mental com expressões diversas, inclusive os suicídios” (DRUCK, 2011, p. 49).

Em relação ao coeficiente geral de suicídio, a OMS (2014) expõe que nos últimos 60 anos os índices de suicídio vinham aumentando, mas, a partir de meados da década de 1990, passaram a decrescer em aproximadamente metade dos países listados pela OMS (houve um decréscimo de 10% da incidência). Porém, nos países restantes, o coeficiente foi elevado para mais 17%, como, por exemplo, em Suriname, México, Chile, Equador e Brasil.

Em relação ao Brasil, “essa taxa vem crescendo. A contar de 1980, constata-se que houve um aumento de 21% nas taxas de mortes por suicídio até o ano de 2000, e de 29,5% até 2006” (BOTEGA, 2015, p. 25). Assim, verifica-se que, em relação ao coeficiente médio, no período de 2004 a 2010 foram de 5,7 e de 5,8 em 2012 (OMS, 2014); em 2012, houve 11.821 suicídios registrados no país, uma média de 32 mortes por dia.

Os dados expostos podem ser expressões do que historicamente, em relação à América Latina, foi denominado por Marine (2011) como relação de dependência<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Marini (2011) assevera que diante do parâmetro puro do capitalismo, a economia latino-americana apresenta peculiaridades. Historicamente, “a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o

frente aos países de economia central e uma maior exploração da força de trabalho. Dejours (2007) indica que a associação das más condições de trabalho a uma maior exploração do trabalho vulnerabiliza o trabalhador, deixando-o mais propenso a fragilidades na sua saúde (física e mental) e suscetível ao suicídio com o prolongamento das condições degradantes de trabalho. Esta relação, nos países latino-americanos, reflete no que Laurentino (1975) afirma a respeito dos acidentes de trabalho, que em geral possuem maior incidência nos lugares supracitados do que nos países do centro da economia mundial:

Em países altamente industrializados, a frequência de acidentes de trabalho varia em torno de 10 por 1 milhão de homens/horas trabalhadas; em São Paulo alguns dados fornecidos pelo Serviço Social da Indústria (SESI) indicam que a frequência atingiu, em 1971, 44 acidentes por 1 milhão de homens/horas trabalhadas, sendo que esse valor variou com o tipo de atividade industrial. Assim, é da ordem de 177 para os trabalhadores em construção civil; 84 para os metalúrgicos; 80 para os do setor gráfico, entre outros, e de 12 para os operários da indústria farmacêutica, 15 para o setor de perfumaria, 17 para a indústria química, sendo estes três últimos os mais baixos coeficientes de frequência de acidentes que foram observados. (LAURENTI, 1975, p. 24).

Na particularidade brasileira, enquanto país periférico e historicamente explorado, o fenômeno do suicídio, nas relações de trabalho, assume uma posição relevante. Tal inferência pode ser observada no seguinte relato:

Xavier (1988) denunciou a ocorrência de mais de uma centena de mortes relacionadas ao trabalho no Brasil somente no setor bancário, entre 1993 e 1995. Destas, pelo menos 72 foram devidas ao suicídio. Uma das cartas deixadas por trabalhadores [...] evidencia significativamente as relações do suicídio com o trabalho. [...] escrita por um trabalhador do BANEBA (Banco da Bahia), em 1993, antes de tirar sua vida: “Este suicídio não tem ninguém culpado, a não ser o BANEBA, pois não suportou mais esta vida de cão [...]”. (NETTO, 2013, p. 129).

No tocante às regiões Sul e Sudeste:

---

aumento do fluxo de mercadoria e a expansão dos meios de pagamentos, que, ao tempo que permitiam o desenvolvimento do capitalismo comercial e bancário da Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2011, p. 134). No século XIX, com a Revolução Industrial e a independência de alguns países latino-americanos, “os novos países se articularam diretamente com a metrópole inglesa, e em função do requerimento desta, começaram a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação superar as importações – de dívidas” (MARINI, 2011, p. 134). A partir de então se configura, para a América Latina, sua posição na divisão internacional do trabalho e sua relação de dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 2011, p. 135). Portanto, a consequência da dependência não pode ser nada mais do que maior dependência.

Segundo pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de suicídios nas últimas três décadas é de 186.136. A região Sudeste está em primeiro lugar: alcançou o número total de 76.643 suicídios, sendo que, somente no Estado de São Paulo ocorreram 44.997 suicídios; a região Sul apareceu em segundo lugar com 52.947 suicídios; somente no Rio Grande do Sul ocorreram 26.907 suicídios. Nos casos verificados há uma predominância masculina e um considerável número de jovens. No Estado de São Paulo, na última década (2000-2009), ocorreu o total de 16.580 suicídios. (CECCON, 2013, et al, p.2228).

Em dados mais atuais, tais estatísticas se mantêm. Um estudo realizado pelo MS, de 2010 a 2015, constatou que a região “Sudeste concentra 38% dos suicídios” (BRASIL, p. 20, 2017a). Deve-se destacar que tais incidências acontecem, majoritariamente, em áreas urbanas, uma vez que, “de fato, em termos de números absolutos, há mais suicídios em grandes cidades” (BOTEGA, 2015, p. 46). Entretanto, também é possível observar a prevalência em áreas rurais e em algumas ocupações como a de agricultor, em que o índice se evidencia relevante, “por exemplo, no interior do Rio Grande do Sul, chegando à casa de 15 a 30 por 100 mil habitantes por ano” (ide BOTEGA, 2015, p. 46). Botega (2015, p. 46) assevera que essa relação se dá pela combinação de vários fatores “socioculturais, econômicos e psicobiológicos”.

Ainda segundo Botega (2015), quando se relaciona o risco de suicídio a categorias profissionais, a prevalência se encontra entre médicos e dentistas, que se destacam por apresentar taxas de suicídio cinco e duas vezes maiores, respectivamente, do que a população em geral, mas os riscos também ocorrem entre “enfermeiros, assistentes sociais, artistas, matemáticos e cientistas” (BOTEGA, 2015, p. 94). Já Dejours e Bégue (2010) asseveram que os suicídios nos locais de trabalho se verificam hoje nos mais distintos meios socioprofissionais: “são homens e mulheres que trabalham nos hospitais, nas instituições de ensino, na construção civil, nas indústrias eletroeletrônicas, nos serviços comerciais, nas empresas multinacionais, entre outros” (DEJOURS; BÉGUE, 2010, p. 12). Desse modo, nenhuma categoria profissional está isenta do risco de acometimento do suicídio.

Dejours e Bégue (2010) chamam a atenção para o tratamento que as empresas dão quando há o desfecho do fenômeno, ao dizerem que “a diretoria da empresa procura isentar-se de sua responsabilidade, imputando, geralmente, o gesto suicida a um ‘temperamento’ depressivo ou psicológico próprio ao suicídio, ou ainda a conflitos afetivos que o mesmo desenvolvia na esfera privada” (DEJOURS; BÉGUE, 2010, p.

12). A consequência destes desenlaces é que as investigações sobre o suicídio terminam, geralmente, antes mesmo de iniciadas.

Esta preocupação denuncia um fator comum no que se refere ao suicídio em geral, mas que também se encontra relacionado ao trabalho, que é uma “tendência” das pessoas [...] de associarem de forma imediata os suicídios com os transtornos psíquicos, neutralizando, desta maneira, quaisquer denúncias que poderiam advir destas mortes. (NETTO, 2013, p. 130).

Sendo assim, torna-se questionável a relação direta entre depressão e suicídio, ou seja, não necessariamente o suicida ou o sujeito que esteja intencionalmente propenso ao cometimento do suicídio, tem por característica a depressão. Solomon (2002), a esse respeito, afirma que “só se podem considerar todos os suicidas deprimidos se a tendência ao suicídio for estipulada como uma condição por si só suficiente para o diagnóstico da depressão” (SOLOMON, 2002, p. 226). De forma ainda mais objetiva, o autor acrescenta: “[...] muitos deprimidos estão tão inclinados a acabar com a vida quanto as pessoas com artrite [...]” (SOLOMON, 2002, p. 226).

Porém, embora não exista uma ligação direta entre depressão e suicídio, não se pode negar que apesar de serem entes distintos, eles coexistem e se influenciam mutuamente: “os dois elementos não são partes de uma única equação lúcida, um ocasionando a outro. São entidades separadas que com frequência coexistem, influenciando-se mutuamente” (SOLOMON, 2002, p. 226). Sua coexistência pode ser constatada em alguns instrumentos, tais como o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM – IV), em que a tendência ao suicídio é um dos nove sintomas do episódio depressivo catalogado pelo DSM-IV.

Já para Aparicio (2018), a relação entre depressão e suicídio, além de não ser direta e imediata, tem um sentido mais profundo quando se remete à esfera do trabalho. Segundo a autora, não é coincidência que a depressão e o suicídio tenham se transformado em uma das principais “doenças do século 21” e uma das principais causas de morte para um amplo setor da juventude trabalhadora:

O transtorno depressivo e seu crescimento brutal parecem mais ser um sintoma de uma época que reflete a pouca esperança em relação ao futuro, causada pelas condições cada vez mais insustentáveis nas quais vive a classe trabalhadora. Não é de se espantar que este setor sinta um profundo desânimo e tenda à depressão crônica ou ao suicídio. (APARICIO, 2018, p. 105).



Desse modo, mesmo que se afirme equivocada a relação direta e inerente entre depressão e suicídio, não se deve descartar, na dimensão empírica, a relevância da depressão (inserida no campo do sofrimento mental, em especial na esfera do trabalho) para as situações que suscitam o fenômeno. Como esclarece Botega (2015) ao ressaltar alguns elementos que se acrescentam ao risco de suicídio, como a ideação suicida<sup>9</sup>.

Segundo Botega (2015), “uma tentativa de suicídio torna-se um fator relevante ao risco para um futuro suicídio” (BOTEGA, 2015, p. 54). Para o autor, a ideação suicida mostrou-se relacionada a sintomas depressivos, em especial à falta de energia e ao humor deprimido; “em outras palavras, a ideação suicida está associada a sofrimento mental” (BOTEGA, 2015, p. 55). Na particularidade brasileira, “um estudo feito em Pelotas (RS), com uma amostra de 1.560 jovens (idade de 18 a 24 anos), revelou que 8,6% tinham risco de suicídio” (BOTEGA, 2015, p. 55).

Neste sentido, podemos relacionar a ideação suicida ao isolamento e à solidão que muitas vezes aparecem no ambiente de trabalho: “quando não é possível desvelar as dinâmicas que ocorrem no cotidiano do trabalho, o manto do silêncio se impõe” (DEJOURS; BÉGUE, 2010, p. 10), sobretudo quando as pessoas perdem a capacidade de pensar sobre o seu trabalho e de construir coletivamente pontos de espaço de troca, de cooperação, visando a recuperar o poder de agir sobre a maneira como o trabalho é organizado. Afirmam Dejours e Bégue (2010) que o suicídio perpetrado no local de trabalho acha-se seguramente vinculado ao trabalho.

Torna-se perceptível, sob este raciocínio, que o suicídio não mais pode ser interpretado como um ato isolado, mas sim como um ato coletivo, produzido socialmente, que se concretiza na vida privada do indivíduo que o comete. O suicídio passa a não ter mais uma centralidade na vida privada do sujeito, mas conta, por meio do âmbito social, em especial da exploração desenfreada do trabalho, com estímulos e impulsos.

Constata-se que o trabalho sob os moldes do capitalismo estimula intensamente o suicídio do trabalhador, como consequência da crescente exploração. Assim, “a privação do trabalho, a demissão, o desemprego de longa duração aumentam consideravelmente o risco de descompensação psicopatológica, expressa por

---

<sup>9</sup> O conceito de ideação suicida envolve nuances: desde pensamentos passageiros de que a vida não vale a pena ser vivida até preocupações intensas sobre por que viver ou morrer. Ideias suicidas podem, ainda, ser consequência de estados delirantes (BOTEGA, 2015).

alcoolismo, toxicomania, depressão, violência, suicídio etc.” (DEJOURS; BÉGUE, 2010, p. 31).

O suicídio, enquanto fenômeno social, assume um perfil singular diante do desenvolvimento capitalista, como Marx (2006) expôs: “[...] o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas [...] está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios” (MARX, 2006, p. 25). E acrescenta:

Cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosa, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio. (MARX, 2006, p. 26).

Nessa direção, a natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos em suas diversas origens, e a “classificação das causas do suicídio é uma classificação dos males da sociedade burguesa moderna” (MARX, 2006, p. 16). Pode-se constatar tal relação através dos baixos salários, do desemprego, da miséria, do controle etc.

Desse modo, analisar a problemática do suicídio na sociedade regida pelo capital é desvelar a natureza contraditória do capitalismo, o que implica buscar nas suas raízes a opressão do caráter construtor do processo de trabalho como fundamento do ser social e na transformação do homem em mercadoria. A partir do momento histórico em que o trabalho é direcionado para satisfazer necessidades alheias à sua real vontade, o trabalhador passa a exercê-lo nos moldes de coerção. Coerção esta descomedida no capitalismo, ao ponto de submeter o trabalhador a relações que o deixam suscetível a cometer ações extremadas como o suicídio.

Para problematizar a caracterização do fenômeno, no item 1.2 abordaremos a possível relação entre suicídio e sofrimento mental no trabalho, e como o trabalhador se enxerga; qual a identidade atribuída ao trabalhador que, sob as contradições do modo de produção capitalista, acaba por suspender a dimensão genérica do homem e o leva a se ver e a ser visto como um ser alienado, uma mercadoria cujo objetivo final é proporcionar o lucro.

## **1.2 Sofrimento mental e a identidade do trabalhador**

Como observado anteriormente, as atuais condições de vida a que os trabalhadores estão submetidos têm levado muitos à morte prematura, seja por

adoecimentos conhecidos dos estudiosos da saúde do trabalhador e/ou por formas de adoecimento de difícil detecção pelos métodos utilizados pela lógica de saúde vigente: por exaustão, acidente ou, ainda, pelo abandono deliberado da vida.

Em decorrência da massiva exploração sobre o trabalhador, segundo Dejours (2000), o organismo tende a se desgastar. Como um sinal de que algo está errado, o próprio organismo gera um mecanismo de defesa que dará origem a vários transtornos mentais, como as depressões, neuroses, psicoses, diversos tipos de ansiedades, descompassos em geral, entre muitos outros.

Cabe, por necessário, realizar uma breve distinção entre doença mental e sofrimento mental. Segundo Dejours (2000), o sofrimento mental origina-se num processo dinâmico e conflituoso entre o sujeito e o trabalho, no qual existem mútuas determinações. De acordo com esta corrente de pensamento, o trabalho é central para esta problemática, mas não há como definir uma fronteira entre o que é sofrimento mental típico do trabalho e o que é da vida social em geral. Logo, a caracterização mais adequada é sobre o sofrimento mental dos trabalhadores, e não sobre doenças mentais relacionadas ao trabalho.

Nesta direção, Dejours (2000) aponta que as condições de trabalho, demarcadas pela cobrança sempre crescente por produtividade, como, por exemplo, o aumento do ritmo de trabalho e a exigência sistêmica do desempenho produtivo, acarretam significativos danos à saúde mental do trabalhador. Em consequência, muitas vezes os trabalhadores são acometidos por descompensações que se manifestam com grande rapidez, alcançando, assim, níveis de epidemia:

O pessoal [...] descompensa em crises de choro, dos nervos e desmaios, que atingem, como uma doença contagiosa, toda uma seção de trabalho. Agitada, uma operária começa, de repente, a tremer e a gritar. Alguns momentos depois, uma outra tem uma crise de choro e abandona sua função. Segue-se, em cadeia, então, uma série de descompensações. (DEJOURS, 2000, p. 120).

O trabalhador que somatiza o transtorno mental é reconhecido pela queda de rendimento na produção ou por sua ausência, devido ao processo de medicalização<sup>10</sup>. O método comumente usado (em grande maioria, pelo setor privado) para tratar o sofrimento do trabalhador é a punição sistemática, ou seja, “[...] a exclusão imediata do trabalho. Basta acrescentar a esse mecanismo de exclusão certas técnicas de seleção de

---

<sup>10</sup> “[...] o trabalhador deverá apresentar um atestado médico, geralmente acompanhado de uma receita de psicoestimulantes ou analgésicos” (DEJOURS, 2000, p. 121).

peçoal, para compreender que a seção de trabalho deve assegurar uma verdadeira ‘assepsia mental’” (DEJOURS, 2000, p. 120).

Teixeira (*apud* SOUZA, 2012) afirma que no Brasil, em 2007, a terceira maior causa de concessão de benefícios previdenciários no país foram os transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Dados da Previdência Social em 2014 revelam que,

[...] doenças motivadas por fatores de riscos ergonômicos e a sobrecarga mental têm superado os traumáticos – como fraturas. Enquanto as primeiras, responsáveis pelos afastamentos por doenças do trabalho, alcançaram peso de 20,76% de todos os afastamentos, aquelas do grupo traumático, responsáveis pelos acidentes típicos, representaram 19,43% do total. Juntas elas respondem por 40,25% de todo o universo previdenciário.

Os dados revelam que o sofrimento mental adquiriu, nos últimos anos, uma dimensão cada vez mais significativa no adoecimento relacionado ao trabalho. Como exemplo, Seligman-Silva (2011) demonstra como o sono dos trabalhadores é afetado por ciclos desregulados, nos quais o trabalhador fica acordado à noite, gerando fadiga que, por sua vez, desdobra-se em desânimo, irritabilidade, insônia, entre outras crises mentais agudas. Entre outros fatores que impõem sofrimento mental ao trabalhador está o medo<sup>11</sup> do esgotamento, de acidentes no trabalho, de não dar conta da tarefa, intoxicações, entre outros.

Para alcançar uma aproximação com a realidade, Maciel et al. (2006), por meio de um amplo estudo realizado com 2.609 bancários de todo o Brasil, buscou levantamentos específicos sobre o caso e obteve resultados preocupantes que relacionam a saúde do trabalhador com os índices de suicídio. A pesquisa apontou para uma alta ocorrência de indivíduos com algum problema de nervosismo, tensão, preocupação (60,72%), transtorno do sono (42,14%), frequentes dores de cabeça (37,37%), sensações desagradáveis no estômago (33,4%) etc. Quase 39% dos entrevistados relataram ter passado por situações constrangedoras no trabalho; a maior parte dos casos relacionada à chefia. Deve-se destacar, ainda, que 4,37% relataram ideiação suicida iminente.

Não há como negar a relação entre a saúde (física e mental) do trabalhador com o suicídio. Botega (2006) confirma tal assertiva, como vimos no tópico anterior: em

---

<sup>11</sup> O medo constitui uma das dimensões da vivência dos trabalhadores quase sempre ignorado por todos os estudos [...]. O medo está presente em todos os tipos de ocupações profissionais, inclusive nas tarefas repetitivas e nos trabalhos de escritório, onde parece ocupar um papel modesto. (DEJOURS, 2010, p. 63).

97% dos casos de suicídio, caberia um diagnóstico de transtorno mental, com relevância entre depressão e suicídio. Dejour (2010) assevera que “[...] o suicídio, como toda conduta humana, está sempre endereçada” (DEJOURS, 2010, p. 25), e esse endereçamento aponta para a crescente exploração que a força de trabalho vem sofrendo nas últimas décadas, exploração tão insuportável que ultrapassa os próprios limites humanos.

A partir desse contexto de ampliação da exploração do trabalho e das condições desumanas a que o trabalhador é submetido, cabe questionar: como o trabalhador se enxerga em tal relação? Qual a real identidade do trabalhador em relação à e na sociabilidade que tem por regência o capital?

Com o intuito de nortear as questões levantadas, Castells (2008) observa que a construção da identidade está interligada com o seu contexto, tendo em vista que todas as intervenções sociais se conectam ao indivíduo de alguma maneira. Num contexto que tem por imperativo, no âmbito do trabalho, relações desumanas, relações que não apenas adoecem o trabalhador, mas que o levam ao isolamento e à solidão, uma das consequências é o silenciamento do seu sofrimento, pois “[...] quando não é possível desvelar as dinâmicas que ocorrem no cotidiano do trabalho, o manto do silêncio se impõe” (DEJOURS; BEGUÉ, 2010, p. 10).

Porém, não apenas a solidão ou o isolamento se tornam presentes e rotineiros no ambiente de trabalho, mas também a competitividade ou, como Engels (2008) expressou, uma guerra de todos contra todos. Segundo o autor, “a concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa [...]” (ENGELS, 2008, p. 117). Com a moderna sociedade burguesa, todo e qualquer produto, inclusive o trabalho, pode se converter em mercadoria. E com isto, a relação social elementar do mundo dos homens passa ser a mercadoria.

Por meio da teoria social de Marx buscaremos elementos para compreender como o trabalho no contexto do capitalismo se reduziu a mera mercadoria, escamoteando o seu verdadeiro sentido ontológico, de atividade transformadora, em que o homem se coloca como sujeito da sua própria vida. Tais pressupostos evidenciam que na sociedade do capital o trabalhador detém uma identidade funcional: a manutenção e reprodução da lógica capitalista, ou seja, o trabalhador assim como o seu trabalho encontram-se na dimensão da mercadoria e com esta se identifica.

Segundo Marx (1988a), o trabalho, no seu sentido ontológico, como categoria fundante do mundo dos homens<sup>12</sup>, é a atividade pela qual o homem medeia, regula e controla a natureza, possibilitando construir-se enquanto ser social, suprindo e gerando novas necessidades. Observa-se, a partir do ponto de vista do trabalho como categoria fundante e central do mundo dos homens, que este distingue o homem do restante do mundo animal<sup>13</sup>, transformando sua atividade em objeto da sua vontade consciente, ou seja, o homem gera, por meio do pensamento, possibilidades para executar suas atividades, planejando suas ações previamente no campo da consciência, antes de concretizá-las. Esse movimento é denominado por Lukács (2013) de “ato teleológico”, um ato exclusivo do indivíduo, único ser capaz de produzir ideias, de elaborar representações do mundo, de pensar e pôr finalidade às suas ações.

Como parte constituinte do trabalho, possuímos a força de trabalho, elemento fundamental do processo de trabalho, que se constitui como conjunto das capacidades físicas e intelectuais que o homem emprega no processo de desenvolvimento da produção dos bens materiais.

Dessa forma, no que se refere ao homem nesse processo, é certo que “ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida” (MARX, 1988b, p. 142). Ou seja, ele é o dispêndio da sua própria energia (física e intelectual), elemento necessário à produção em qualquer forma de sociedade. Todavia, é sob o capitalismo que o trabalho e a força de trabalho, segundo Marx (1988b), se transformam em mercadoria; por isso, a “utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela [...] para representar seu trabalho em mercadoria [...]” (MARX, 1988b, p. 142).

O trabalho, no capitalismo, mostra-se exterior ao trabalhador ou, nas palavras de Marx (2015), alienado. Portanto, o capitalismo como produção mercantil, no seu mais alto estado de desenvolvimento, transforma a força de trabalho em mercadoria; sua principal característica é a exploração do trabalho, e a contratação do trabalhador pelo capitalista não é senão a compra e venda dessa mercadoria com o objetivo final de gerar acumulação e expansão dos lucros.

---

<sup>12</sup> Segundo Lukács (2013), a categoria do trabalho é a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano. Isso não significa que todos os atos humanos sejam redutíveis ao trabalho.

<sup>13</sup> No dizer de Marx (2015), “no modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro da espécie, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem” (MARX, 2015, p. 300).

A consequência primeira será a perda do controle do trabalhador sobre o processo de tomada de decisão, mediante a aceleração do desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva, a degradação humana alcança o seu ápice na relação desigual entre capital e trabalho. A venda da força de trabalho é o aspecto mais desumano<sup>14</sup> e, com isso, as relações sociais tornam-se relações extremamente degradantes.

Assim, o trabalho nas dimensões do capitalismo resulta em trabalho alienado; exterior e não pertencente ao trabalhador. Este mesmo trabalhador produzirá todas as riquezas necessárias à reprodução da sociabilidade, mas contraditoriamente não irá usufruir das riquezas que produz. Assim, “ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele [...]. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação” (MARX, 2015, p. 309).

Logo, o trabalhador não se afirma no trabalho, pelo contrário, ele se esgota numa atividade prática de mortificação. O trabalho converte-se em atividade externa que produz deformação e unilateralização para o trabalhador. Nestas condições, o trabalhador só pode sentir-se em si fora do trabalho, porque neste está fora de si. Suas realizações, como Marx (2015) elucida, se evidenciarão nas funções puramente animais (comer, beber, procriar etc.), porquanto nas funções humanas se vê reduzido a um animal.

Desse modo, quando o homem se confronta com o trabalho, que já se mostra alienado, ele não o introjetará como inerente ao seu desenvolvimento, mas o inverso, reconhecerá como uma atividade alheia a si e extenuante. O trabalho, como atividade livre e consciente, especifica a generalidade do homem, que o distingue dos animais, lhe é negado e quando se evidencia alienado, transforma-se em simples atividade de subsistência contraposta ao seu ser. Nessa atividade alienante, negadora da essência humana, o homem “[...] não se afirma, antes se nega, no seu trabalho; não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico e arruína o seu espírito” (MARX, 2015, p. 308). Afastado da sua generalidade, o trabalhador vê-se convertido em mercadoria viva. Como força de

---

<sup>14</sup> “[...] **para que a produção mercantil capitalista emergisse** foi necessário que se constituísse uma classe de homens que pudessem dispor de riqueza acumulada para comprar meios de produção e força de trabalho, e uma classe de homens desprovidos de tudo, exceto da sua força de trabalho, tornada em seu único bem, agora passível de compra e venda.” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 85, **grifo nosso**). Dessa forma, é notório o caráter desumano que a força de trabalho assume no que concerne à lógica capitalista.

trabalho, limita-se a uma existência física, corpórea e biológica, ou seja, a condições de sobrevivência imediata.

Esclarece Marx (2015):

Como capital, o valor do trabalhador sobe segundo procura e oferta e, também fisicamente, a sua existência, a sua vida, se torna mercadoria tal como qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital, o capital o produz, portanto ele a si próprio, e o homem, como trabalhador; como mercadoria, é o produto de todo o movimento. (MARX, 2015, p. 324).

Amaral (2016) corrobora a assertiva ao elucidar que capital e trabalho produzem sua identidade sempre em relação ao outro, que não há capital sem trabalho e que somente nesta forma de produção o trabalho ganha sentido em relação à dominação do capital, pois o trabalho se deixa silenciar pelo capital, abstraindo a sua real identidade: ser mercadoria. Escreve Marx (2015): “o trabalhador não está, em face daquele que o emprega, na posição de um livre vendedor [...]. O capitalista é sempre livre de empregar o trabalhador, e o operário é sempre forçado a vendê-lo [...]. O trabalho é a vida, e se a vida não se troca todos os dias por alimentos, sofre e em breve perece” (MARX, 2015, p. 260-1).

Há outra categoria que reafirma as práticas sociais na sociedade capitalista no que concerne a sua relação de dominação: a ideologia. Esta categoria sustenta a prática social da crescente exploração do trabalhador, que não raramente conduz a um movimento de silenciamento dos grilhões em decorrência da ordem vigente.

Segundo Marx e Engels (1998), conforme vão se desenvolvendo as forças produtivas, e com elas a divisão do trabalho, desenvolve-se a consciência dos homens, ou seja, a produção das ideias.

A produção das ideias, das representações, da consciência está em principio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens; linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião da metafísica, etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as suas formas mais avançadas. (MARX; ENGELS, 1998, p. 31).



Como é possível observar, existe uma relação entre a atividade material, o intercâmbio material dos homens e a produção das ideias. Nessa relação, a produção e o intercâmbio material efetivado pelos homens mudam a sua realidade, assim como mudam o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Portanto, “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1998, p. 37).

Se entendermos a consciência, isto é, a produção das ideias a partir do ponto de vista de Marx e Engels (1998), torna-se compreensível a seguinte afirmação:

As ideias da classe dominante são em todas as épocas as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhes estão assim, ao mesmo tempo, submetidos em média as ideias daquele a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem, na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 1998, p. 67).

Os indivíduos que têm em suas mãos os meios para a produção material têm também os meios para a produção espiritual. Assim, “as ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 67). A partir dessas constatações é possível afirmar que as ideias que dominam a sociedade capitalista são as ideias da burguesia.

Posto isso, vê-se que no decurso da história as ideias do domínio do capital não medem esforços para reprimir o trabalhador – seja pela repressão, seja pela persuasão. Este é um dos aspectos do processo de dominação de uma classe sobre a outra, demonstrado por Marx e Engels (1998). Na sociedade dominada pelo capital, as ideias dominantes são as da classe dominante e, por isso mesmo, por ser dominante, apropria-se das ideias dominadas e as amolda aos interesses da classe. Na medida em que os indivíduos dominam enquanto classe, dominam como pensadores e regulam a produção e a distribuição de ideias que passam a ser dominantes numa época histórica.

Portanto, a tendência do capital é a ocultação das condições de exploração do trabalhador que é inerente a este modo de produção. O trabalhador é conduzido a um processo de alienação muito mais potente; além de se desgastar física e mentalmente no trabalho, como já acontece no processo de trabalho capitalista, tira-lhe a capacidade de compreender a sua posição de dominado, expropriado, subsumido às condições impostas pelo capital.

Para o capitalista fortalecer a sua dominação, interessa-lhe a força de trabalho como mercadoria, como esclarece Marx (1988a): “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1988a, p. 50).

Toda mercadoria, segundo Marx (1988a), deve expressar seu valor de uso e de troca:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa [...]. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso [...]. O valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca. (MARX, 1988a, p. 45-6).

Para a força de trabalho, o valor de uso se expressa como substância dos valores. É por meio do trabalho que as mercadorias contêm o valor; “[...] a força de trabalho humana ou o trabalho humano constitui a substância dos valores [...] que se revela nos valores do mundo das mercadorias” (MARX, 1988a, p. 46). O seu valor de troca se expressa pelo salário<sup>15</sup>, uma vez que “[...] qualquer mercadoria se troca por outra nas diversas proporções” (MARX, 1988a, p. 43). Caracteriza-se, assim, na sociedade capitalista, a força de trabalho como mercadoria:

A existência do trabalhador é, portanto reduzida à condição da existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele quando consegue encontrar quem o compre. E a demanda, da

---

<sup>15</sup> O salário não é senão determinado pela luta hostil entre capitalista e trabalhadores. No salário é expressa uma pequena parcela de todo o valor gerado pelo trabalhador na produção. Segundo Marx (2015), o salário tende a ser “[...] o mais baixo que é compatível com a simples *humanité*, a saber, com uma existência animal” (MARX, 2015, p. 244); portanto, “[...] na sua relação subalterna para com o capitalista cabe-lhe antes de mais a desvantagem” (MARX, 2015, p. 244).

qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista. (MARX, 2015, p. 245).

Marx (2015) acrescenta a respeito da identidade do trabalhador como mercadoria:

[...] a mercadoria-homem, o homem na determinação de mercadoria, o produz, correspondendo a essa determinação, como ser desumanizado tanto espiritual como corporalmente – imoralidade, disformidade, imbecilidade dos trabalhadores e dos capitalistas. O seu produto é a mercadoria autoconsciente e autoativa. (MARX, 2015, p. 325).

Portanto, quando observamos a relação da degradação progressiva do trabalho e do trabalhador, enquanto força de trabalho, permeada por relações alienantes que respondem à lógica e às necessidades de manutenção e reprodução da dominação do capital, constatamos os crescentes ataques ao trabalhador. Tiram-lhe a capacidade de compreender a sua posição de sujeito dominado, expropriado, subsumido às condições impostas pelo capital, e por isso, “[...] a consequência necessária para o trabalhador é sobretrabalho e morte prematura, decair [à condição de] máquina [...]” (MARX, 2015, p. 249). Ao trabalhador é ocultada a dominação pelo capital, e ele se reduz a mera mercadoria que visa gerar lucro para o capital, o que firma a ideia de que “se o trabalho [...] é uma mercadoria, então é uma mercadoria com os mais funestos atributos” (MARX, 2015, p. 261).

Deste modo, o trabalho sob os moldes do capitalismo acarreta um imensurável prejuízo à integridade física e mental do trabalhador, levando, muitas vezes, a atitudes extremadas como o suicídio.

### **1.3 Uma breve história social a respeito do fenômeno suicídio**

O objetivo do presente texto é desenvolver minimamente a trajetória histórica e social do suicídio, em especial na sociedade ocidental, para evidenciar as mudanças histórico-culturais do significado e sentido do fenômeno.

Faz-se necessário, inicialmente, elencar três aspectos que são observados, por meio da construção histórica e social do suicídio. O primeiro aspecto se relaciona ao significado que o suicídio exerce sobre o sentido da vida e da morte no transcorrer histórico. Assim, nos diversos modos de produção que seguiu a história humana, houve

concepções de homem e mundo que refletiram no significado e no sentido do suicídio (concepções vinculadas à religião, à política e à economia).

O segundo aspecto se refere à intrínseca relação entre o desenvolvimento material e a sociedade, pois quando o homem se afasta da sua relação imediata com a natureza, passando a transformá-la, produzindo instrumentos, adquirindo e acumulando conhecimento, percebe-se o desenvolvimento de técnicas para tirar a própria vida intencionalmente, visando à maior eficácia e ao menor sofrimento.

O terceiro aspecto concerne à consciência que o indivíduo possui de si e do outro. Segundo Minayo (1998), “[...] o ato de atentar contra a própria vida acontece *pari passu* à emergência da consciência, sendo, portanto, um fenômeno que acompanha a própria história da humanidade” (MINAYO, 1998, p. 423).

Luria (1979) afirma que o suicídio é um ato unicamente humano, pois entre os animais não é possível perceber um comportamento desprendido, já que todo o comportamento animal acha-se relacionado a fatores biológicos:

Encontramos frequentemente situações nas quais a atividade consciente do homem, além de não se sujeitar às influências e necessidades biológicas, ainda entra em conflito com elas e chega inclusive a reprimi-las. São amplamente conhecidos casos de heroísmo em que o homem, movido por elevados motivos de patriotismo, cobre com seu corpo bocas de fogo ou se lança à morte sob tanques; esses casos são apenas exemplos da independência do comportamento do homem em relação aos motivos biológicos. (LURIA, 1979, p. 72).

A atividade consciente do homem difere do comportamento individual dos animais, pois o homem se apropria da experiência acumulada historicamente pela humanidade para desenvolver conscientemente suas atividades, ao contrário dos animais, subjugados que estão a um determinismo biológico.

Para uma compreensão do suicídio por uma perspectiva crítica, devemos nos distanciar de uma centralidade imediata do fenômeno e buscá-la nas relações do indivíduo com a sociedade e com o próprio fenômeno enquanto construção histórica e social.

Minayo (1998) acrescenta que “[...] o suicídio é um fenômeno universal, registrado desde a alta Antiguidade” (MINAYO, 1998, p. 423). Observa-se, especificamente, na Grécia antiga que o suicídio era comumente tolerado, desde que seguisse alguns critérios ligados a questões políticas. O aspecto tolerante que o

fenômeno (suicídio) assumiu na Grécia<sup>16</sup> era tão significativo que existiam cidade como Atenas e Marselha que produziam e mantinham uma reserva de veneno para os indivíduos que defendessem o seu uso perante o Senado, visando obter autorização oficial para se suicidar.

No discurso de Libânio, citado por Durkheim (2000), fica clara tal relação:

Aquele que não desejar mais viver deverá declarar suas razões ao Senado e, após ter recebido permissão, poderá abandonar a vida. Se tua existência te é insuportável, morre; se o destino te oprime, bebe a cicuta. Se estás esmagado pela dor, abandona a vida. Que os infelizes narrem os seus infortúnios e que o magistrado lhes forneça o remédio para que sua aflição chegue ao fim. (DURKHEIM, 2000, p. 73).

Todavia, o suicídio também era tido como punição. Exemplo que ainda reverbera na história é a do filósofo Sócrates, que ao questionar os valores da sociedade da época, foi acusado de subverter o pensamento e corromper a população com suas ideias, como esclarece Lima (1967):

Sócrates não morreu por um regime político, mas por um princípio mais alto do que todos os regimes – o da dignidade humana. O que ele não tolerava era a opressão do pensamento, fosse da multidão, fosse do Estado, fosse em nome dos deuses, fosse em nome da onipotência da razão ou da violência. (LIMA, 1967, p. 10).

Já para Alvarez (1999), segundo Aristóteles, o suicídio na Grécia antiga provocava grandes prejuízos econômicos para o Estado; “[...] o suicídio era uma ofensa contra o Estado porque, do ponto de vista religioso, poluía a cidade, e economicamente, enfraquecia o Estado ao destruir um cidadão útil. Era um ato, portanto, de irresponsabilidade social” (ALVARES, 1999, p. 71).

Minois (1998) assevera que o suicídio na Grécia antiga, apesar de comumente ser tolerado, mesmo com o prejuízo que causava economicamente ao Estado, era também estigmatizado; “[...] entre os historiadores gregos existia a atitude de condenar alguns suicídios e glorificar outros, como exemplo Virgílio, que distribuía os suicidas por patriotismos, coragem e afirmação [...]” (MINOIS, 1998, p. 50).

De acordo com Pinguet (1987), o suicido expressava também uma relação de poder e de opressão. Havia a distinção entre os que eram considerados cidadãos e não

---

<sup>16</sup> O aspecto de tolerância ao suicídio não era característica exclusiva da Grécia. Em outras localidades da Antiguidade como Roma, assume outras particularidades, podendo-se observar a aceitação do suicídio.

cidadãos<sup>17</sup>; estes não eram considerados livres, mas pertencentes ao cidadão que o adquiria, e o seu suicídio era um desrespeito à soberania do seu proprietário:

É verdade que os cidadãos de Atenas e de Roma tinham adotado, em relação à morte voluntária, duas atitudes dissimétricas, que refletiam a dupla estrutura de sua sociedade. Admitiam sua legitimidade quando se tratava de um deles, um homem livre, que se matava, exercendo assim sobre si mesmo a soberania própria de sua condição social [...]. Quando um dos súditos do espaço doméstico se matava, o dono da casa não podia achar legítimo um ato que muitas vezes censurava sua autoridade, contestava o seu poder e atingia seu capital. Ele o via como uma rebelião. (PINGUET, 1987, p. 14-5).

Já para os romanos (apesar da aproximação cultural com os gregos), o sentido do suicídio se mostra distinto. Segundo Alvarez (1999), “[...] a questão que se apresentava não era mais se a pessoa devia ou não se matar, mas sim como ela poderia fazê-lo com dignidade, bravura e estilo” (ALVAREZ, 1999, p. 73).

Os romanos não puniam o suicídio como um crime, mas como uma irracionalidade, como assevera Alvarez (1999): “para os romanos, o suicídio não trazia medo ou repulsa; era uma validação cuidadosa considerada e escolhida do modo como havia vivido e dos princípios pelos quais havia vivido” (ALVAREZ, 1999, p. 75).

O cristianismo, ainda segundo Alvarez (1999), em um primeiro momento se apropria do sentido de serenidade que os gregos atribuíam ao fenômeno (suicídio) e das posturas romanas em relação ao suicídio e à morte, e as subverte. Para os cristãos, o suicídio passou, inicialmente, a ser uma forma de martírio; “[...] da mesma forma que o batismo purgava o pecado original, o martírio apagava todas as transgressões posteriores” (ALVAREZ, 1999, p. 73).

Todavia, no século IV d.C. o suicídio começa a assumir um sentido de crime, especialmente pela Igreja Católica, quando a instituição publica legislações que proíbem e condenam o suicídio. Tal postura institucionaliza o repúdio ao suicídio. De acordo com Alvarez (1999), a Igreja passou a considerar que se o indivíduo atentasse contra a sua vida com a intenção de expiar seus pecados, ele estaria violando a função que cabia ao Estado e à Igreja; porém, “[...] se morresse inocente com o intuito de escapar ao pecado, estaria sujando suas mãos com seu próprio sangue inocente, o que tornava o suicídio um pecado pior do que qualquer outro” (ALVAREZ, 1999, p. 60).

---

<sup>17</sup> Por interesse econômico e político, escravos e soldados não eram reconhecidos como cidadãos; os primeiros eram propriedade de quem os comprava, e os segundos, propriedade do Estado. (Alvarez, 1999).

A partir de então, o entendimento do suicídio como pecado se espalha por toda a Europa. A consequência primeira será a punição; os corpos dos suicidas são publicamente humilhados, sua memória é amaldiçoada, seus familiares são perseguidos. Aquilo que “[...] começou como delicadeza moral e esclarecimento, acabou se transformando nas atrocidades legalizadas e consagradas” (ALVAREZ, 1999, p. 60).

No Medievo<sup>18</sup>, há diversos fatos relevantes a respeito do suicídio. Minois (1998) destaca que ao contrário da Antiguidade, poucos são os suicídios de pessoas ilustres. Nesse aspecto, existiu uma diversidade nos motivos entre as categorias sociais e os objetivos para alcançar o suicídio, como, por exemplo: “[...] o camponês e o artesão enforcavam-se para escapar à miséria e ao sofrimento; o cavaleiro e o clérigo deixavam-se morrer para escapar à humilhação e frustrar o infiel com seu triunfo” (MINOIS, 1998, p. 19).

Na transição entre a Idade Média e a Modernidade, há uma nova forma de compreender e lidar com o suicídio, como esclarece Alvarez (1999):

O que diferenciou, portanto, a atitude da Renascença da atitude da Idade Média para com o suicídio não foi um súbito acesso de esclarecimento na prática, mas uma nova ênfase sobre o individualismo que fazia com que os grandes problemas morais da vida, da morte e da responsabilidade parecessem mais fluidos e complexos do que antes, e muito mais abertos a questionamentos. (ALVAREZ, 1999, p. 159).

Entre o século XVI e XVII, o suicídio se popularizou nas manifestações e expressões artísticas, evidenciando mais uma vez uma nova compreensão de mundo. Segundo Minois (1998), “[...] entre os quarenta anos que vão de 1580 a 1620, o teatro inglês divulga mais de duzentos suicídios em suas peças” (MINOIS, 1998, p. 105). Minois (1998) assevera que este fato revela um fenômeno social que promove no público uma tradição feita de curiosidade e inquietude; “[...] abordam pela primeira vez o suicídio como tema central de reflexão, colocando em causa as interdições tradicionais a fim de estudar as motivações e o valor desse ato à luz da razão e dos antigos exemplos” (MINOIS, 1998, p. 113).

Já no século XVIII, após a Revolução Francesa, segundo Coelho (1997):

[...] as punições em relação ao suicida e seus familiares começaram a ser suavizadas; não tanto pela compreensão em relação ao suicídio, mas devido

---

<sup>18</sup> Período da história da Europa entre os séculos V e XV.

ao fato de o indivíduo isolado perder a importância coletiva que tinha, tanto na Antiguidade quanto na Idade Média. (COELHO, 1997, p. 49).

O rompimento entre Igreja e Estado e o advento do liberalismo vão ter papéis fundamentais nesse processo, como esclarece Coelho (1997):

Essa liberalização em relação aos suicidas foi uma das consequências da desvinculação entre Igreja e Estado. Este último, com a ascendência da ideologia liberal, que preservava os assuntos privados, sentia-se cada dia mais intimidado para tomar resoluções contra o indivíduo, à medida que sua ação fosse um ato isolado que não afetasse os poderes do Estado. A Igreja, no entanto, continuou a condenar o suicida, abrandando, entretanto, a condenação em relação aos familiares. (COELHO, 1997, p. 55).

No século XVII, no que concerne ao suicídio, merece destaque o Movimento Romântico<sup>19</sup>. Segundo Alvarez (1999), na figura de Goethe, com seu personagem Werther. No livro homônimo, “os sofrimentos do jovem Werther” influenciaram o pensamento de várias gerações, exaltando e mistificando a figura emblemática do suicídio; “[...] não era mais um personagem de um romance, mas um modelo de vida que firmou todo um estilo de hipersensibilidade e desespero” (ALVAREZ, 1999, p. 208). Sua influência é tão significativa que na contemporaneidade denomina-se de “Efeito Werther”<sup>20</sup> o suicídio por imitação, ou seja, o suicídio em que se cria uma relação romantizada do ato e no qual os indivíduos que se identificam com ou estejam vivenciando um contexto similar reproduzem a mesma ação.

Como fica evidente no excerto do clássico de Goethe (2010):

Deus me concedeu, pela última vez, o supremo alívio das lágrimas mais amargas! Mil planos, mil perspectivas se entrecrocavam em minha alma e, afinal, ali ficou, imutável, inteiro, único, o derradeiro pensamento: “Quero morrer!”. Deitei-me e, ao acordar esta manhã, mais calmo, este desejo ainda permanece firme, decidido em meu coração: quero morrer! Não por desespero, mas pela certeza de que cumpri meu destino e de que me sacrificarei por você. Sim, Lotte, por que ocultar? É preciso que um de nós

<sup>19</sup> O Romantismo foi um movimento cultural ocorrido entre os séculos XVIII e XIX na Europa e nas Américas, marcado pelo fim das monarquias absolutistas e pela ascensão do capitalismo. Resumidamente, pode-se dizer que com o fim do Antigo Regime e a entrada do capitalismo, entra em vigor uma nova ordem social ditada por valores burgueses que tinham como objetivo principal o lucro. Enquanto a aristocracia disponibilizava ao artista o ócio necessário à criação artística, a burguesia exigia da sociedade, na qual o artista estava inserido, intenso trabalho, ou seja, constante produtividade de mercadorias. (FELIZOLA; MOREIRA, 2009, p. 1).

<sup>20</sup> O romance de Goethe, *Die Leiden des Jungen Werthers*, que conclui com o suicídio do seu protagonista, provocou uma onda de suicídios de imitação após a sua primeira publicação em 1774. Referindo-se a este incidente histórico, Phillips (1974) deu-lhe o nome de efeito de Werther. Brent et al. (1992) consideram que a proximidade à tentativa de suicídio pode encorajar a imitação. (ALMEIDA, 2000, p. 1).



três desapareça, e devo ser eu. Oh, minha querida! Este coração dilacerado muitas vezes já insinuou o furioso pensamento de matar seu marido!... de matar você!... de me matar!... Fiquei com esta última ideia. (GOETHE, 2010, p. 137).

O Movimento Romântico contribuiu para a transformação na forma de se compreender o suicídio. Anota Alvarez (1999): “[...] foi Werther quem fez o ato parecer realmente desejável para os jovens românticos de toda a Europa” (ALVAREZ, 1999, p. 210).

Todavia, a discussão que se inicia no século XIX já assume um caráter mais relevante para a saúde mental do indivíduo: se este é apto ou possui pleno controle das suas faculdades mentais. Como observa Coelho (1994):

[...] sobretudo, é sobre a tarefa básica que se propõem esses tribunais que deve concentrar-se nossa atenção: distinguir, na morte voluntária, a parte da loucura e a parte da razão. Loucura/razão, irresponsabilidade/responsabilidade, determinação/vontade, essa oposição será o fundo sobre o qual ocorrerá o debate sobre a morte voluntária e seus principais deslocamentos nos séculos seguintes. (COELHO, 1994, p. 16).

As consequências, caso fosse provado que o suicida realizou de forma consciente o suicídio, recaíam em fatores morais e econômicos. O indivíduo era privado das honrarias fúnebres, e seus herdeiros eram privados da herança. Veneu (1994) chama a atenção para não cairmos em comparações equivocadas, comuns na contemporaneidade, de associar a depressão ao suicídio. Segundo amostra levantada pelo autor, uma minoria dos casos de suicídio por loucura (no século XIX) era relacionada a estados melancólicos ou depressivos.

Veneu (1994) indica o sentido em que na modernidade o fenômeno suicídio personifica a morte voluntária: “[...] neologismo que apareceu pela primeira vez, ainda em latim, na Inglaterra de 1630” (VENEU, 1994, p. 14). Segundo o autor, são os romances modernos e o “século das luzes” os “[...] responsáveis pela popularização do termo, bem como por sua entrada definitiva nos dicionários” (VENEU, 1994, p. 14). Porém, essa mudança na forma de se referir ao fenômeno não se dá por acaso;

[...] ela reflete a mudança no entendimento coletivo do gesto, da mesma forma que na atitude diante da morte em geral e na construção da subjetividade. A criação do termo “suicídio” corresponde a uma reorganização do seu significado que, entretanto, não se apresenta como inovação absoluta, mas filia-se a uma tradição longamente elaborada da morte voluntária. (VENEU, 1994, p. 14).

Todavia, foi no século XX que se retomou a discussão do direito de o indivíduo tirar a própria vida, mais exatamente em 1970. Segundo Guillon e Le Bonniec (1984), a partir da década de 1970 começaram a emergir grupos pró-suicidas<sup>21</sup> em diversos países; estes tinham por objetivo defender o direito do cidadão a ter acesso aos conhecimentos para tirar a própria vida sem dor ou sofrimento, e se por acaso fracassassem, sofreriam o menor número possível de danos físicos. Tratava-se de uma espécie de medida para redução de danos. Dessa iniciativa emergem diversos questionamentos éticos contra os grupos pró-suicidas e a criação de manuais para a redução de dano que visava ensinar as pessoas a cometerem o suicídio com segurança.

Ainda no século XX, no tocante à particularidade brasileira na dimensão legal, é a partir do Código Penal vigente desde 1942, no seu artigo 122, que se considera crime estimular ou induzir o indivíduo ao suicídio:

Induzir ou instigar alguém ao suicídio que venha a se consumir, de 1 a 3 anos, caso resulte em lesão corporal de natureza grave. Parágrafo único. A pena é duplicada: I - se o crime é praticado por motivo egoísta; II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência. (JESUS, 2004, p. 357).

Esta determinação parte da ideia de que punir as tentativas de suicídio apenas contribuiria para que estas fossem mais bem elaboradas, evitando que houvesse falhas e garantindo que os indivíduos alcançassem seu objetivo na próxima tentativa.

Portanto, a história do suicídio continua sendo escrita a cada dia, não apenas por aqueles que atentam contra sua própria vida, mas por todos nós e em si pelo sistema opressor em que estamos inseridos, já que, segundo Marx (2006), “[...] o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. [...] Está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios” (MARX, 2006, p. 25).

No capítulo 2, abordaremos os principais determinantes, introdutoriamente levantados no capítulo 1, que têm por base o trabalho. Com isso, constataremos que tais

---

<sup>21</sup> A referência mais antiga de associação pró-suicídio encontrada foi da EXIT – *The society for right to die with dignity*, fundada em 1930 em Londres. A ideia era dividir com seus membros técnicas eficazes de tirar a própria vida (GUILLON; BONNIEC, 1984). A associação ainda permanece em atividade atualmente; em maio de 2018 foi divulgado pela BBC o suicídio assistido do cientista australiano David Goodall, de 104 anos, realizado pela EXIT: “O cientista australiano David Goodall, de 104 anos, morreu na manhã desta quinta-feira (10) na Suíça após sair de seu país para uma clínica de suicídio assistido. A morte foi confirmada pela clínica Exit International, instituição que ajuda pacientes a morrer na Suíça, onde o suicídio assistido é legal.” (BBC, 2018).

inferências correspondem à ideia de que existem fatores socialmente agravantes de estímulo ao suicídio, quando relacionado ao trabalho, na formação, no desenvolvimento e na consolidação da sociedade capitalista.

## 2. SUICÍDIO E CAPITALISMO

Apresentaremos, a seguir, no tópico 2.1, o trabalho em seu sentido ontológico, como base material de toda sociedade e como constituinte do ser social. Discorreremos também sobre questões que nos mostram como o trabalho, em seu potencial livre e consciente, foi apropriado pelo sistema do capital, tornando-se alienado. No tópico 2.2, resgataremos no processo da acumulação originário ou acumulação primitiva a formação da sociedade capitalista, ressaltando os principais elementos que culminaram no atual sofrimento do trabalhador; e, por fim, no tópico 2.3, delinearemos as relações que mortificam o trabalhador no processo produtivo.

### 2.1 Trabalho e alienação no sistema capitalista

Veremos no presente tópico como o trabalho, em seu sentido ontológico, se converte em atividade transformadora e como essa atividade orientada a um fim, antes livre e consciente, é absorvida pelo sistema capitalista, mudando seu sentido e passando a ser uma atividade extenuante e alienante que “[...] mortifica o físico e arruína o espírito” (MARX, 2015, p. 308).

Segundo Marx (1988a), como visto no capítulo anterior, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens e o ponto determinante de sua evolução e humanização, pois através de suas objetivações para a satisfação de suas necessidades, o homem transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma a si mesmo, desenvolvendo-se como um produto de suas ações e distanciando-se cada vez mais de um ser instintivo e natural para um ser socialmente construído.

O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por usar a própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. (MARX, 1988a, p. 142).

Podemos dizer que é através da transformação da natureza com a finalidade de objetivar algo em resposta a uma necessidade que o homem se constrói como ser social; a partir de uma necessidade, suprida pelo trabalho, ele também gera novas necessidades

que são construídas socialmente; nisso se dá a reprodução da vida social e a caracterização do ser social.

O homem, enquanto ser social, cria mediações articuladas e amplia seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo; quando ele se constitui socialmente, domina a natureza, cria alternativas e respostas sociais e transforma também os sentidos humanos.

[...] A natureza deve ser elaborada para o homem; só por meio desse cultivo sensível o humano surge, “se confirma em ser e saber”, ante a natureza, que por sua vez jamais se tornará presente de modo imediato ou “puro”. Este é o significado do processo de humanização, em sua amplitude crescendo sobre a natureza de modo empiricamente notável, cujo dinamismo objetivo-subjetivo se faz visível, na própria prática humana. (GONTIJO, 2007, p. 85).

Em consequência desse processo, é possível observar o enriquecimento dos sentidos; “[...] os próprios sentidos se enriquecem a cada nova e distinta apropriação do mundo objectual” (VAISMAN, 1999, p. 259).

Em outras palavras, o trabalho socialmente construído pelo homem propicia sua humanização e o desenvolvimento dos seus sentidos, bem como sua evolução. Ao apropriar-se do trabalho como categoria fundante e central do mundo dos homens, observa-se que é pelo próprio trabalho que o homem se distingue do restante do mundo animal<sup>22</sup>, transformando sua atividade em objeto da sua vontade consciente. Portanto, “pressupomos o trabalho numa forma que pertence exclusivamente ao homem” (MARX, 1988b, p. 142).

Para Engels (2004), o trabalho é “a condição básica e fundamental de toda vida humana; foi o trabalho que criou o próprio homem” (ENGELS, 2004, p. 11). O autor defende que, pelo trabalho, o homem se constitui tanto física como intelectualmente. O desenvolvimento das mãos e a postura ereta dos primeiros grupos (os primatas) foram fundamentais para que surgissem os primeiros grupos humanos. As mãos, não apenas como um órgão do trabalho, mas como produto dele, proporcionaram (unicamente pelo trabalho) ao homem adaptar-se a novas funções para atender a novas necessidades, adquirindo assim novas habilidades e a transformação do seu próprio corpo.

Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. (ENGELS, 2004, p. 15).

---

<sup>22</sup> No dizer de Marx (2015): “no modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro da espécie, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem.” (MARX, 2015, p. 300).

Desse modo,

O homem faz a sua própria atividade vital objeto da sua vontade e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade com a qual ele se confunda imediatamente. A atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem da atividade vital animal. Precisamente apenas por isto ele é um ser genérico. (MARX, 2015, p. 312).

A característica principal que diferencia o homem dos demais animais é sua capacidade teleológica, que surge no exercício da consciência, e parte da prévia ideação – impulsionada apenas por necessidades objetivas – para a objetivação; esta se concretiza na transformação da natureza pelo trabalho.

Somente o homem pode idealizar sua ação antes de objetivá-la. Isso decorre de uma necessidade concreta e só é possível pelo trabalho. Cabe apenas ao homem a capacidade de responder a suas necessidades, formulando novas perguntas e finalidades. A consciência é uma capacidade especificamente humana.

Eis como Marx (1988a) estabelece a distinção entre a atividade humana, neste caso o trabalho, e a atividade meramente instintiva do animal:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim [...]. (MARX, 1988a, p. 142-3).

É importante salientar que o trabalho é uma objetivação, uma atividade cujas possibilidades são teleologicamente direcionadas, ou seja, conduzidas a partir do fim proposto pelo sujeito na sua consciência. A realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva. Em outras palavras, o trabalho só acontece quando a matéria é transformada para atender a uma necessidade antecipadamente prevista pelo sujeito.

Dessa forma, segundo Lukács (2013), o ato teleológico necessita, para que o processo de trabalho se concretize, passar para a condição de ato teleológico posto, visto

que, “por sua essência, a teleologia só pode funcionar na realidade como teleologia posta” (LUKÁCS, 2013, p. 90). Ou seja, o homem necessita realizar “na matéria natural seu objetivo” (que existe idealmente) e “ao qual tem de subordinar sua vontade”, pois “qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de um tal pôr, que determina o processo em todas as suas fases” (LUKÁCS, 2013, p. 90). Um pôr que comparece como lei e que constitui a espécie e o modo de sua atividade. Deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho, já que através dele realiza-se, no âmbito do ser material, uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade (LUKÁCS, 2013).

Portanto, o ato do trabalho não é um ato instintivo, determinado geneticamente; como já exposto, ele é uma atividade orientada a um fim, é uma posição teleológica. Por meio de uma posição teleológica, o homem “dá origem a uma nova objetividade” (LUKÁCS, 2013, p. 91) e “realiza [...] na matéria natural o seu objetivo” (MARX, 1988b, p. 143).

Ao se deparar com o resultado da objetivação do seu trabalho, o homem cria alternativas, abrindo possibilidade de escolha entre elas. Mas não apenas isso; ao objetivar, o homem também se exterioriza, num processo pelo qual o ser social toma contato com suas limitações e potencialidades. É como o ser social aprende sobre o mundo; por meio da exteriorização o ser social cria novas habilidades e conhecimentos a partir do trabalho, tornando-se cada vez mais complexo, assim como suas relações sociais. Portanto, pode-se afirmar que a exteriorização é o confronto da prévia ideação com o mundo material, com a causalidade. Por meio desse confronto, o ser social adquire conhecimentos e capacidades que não possuía anteriormente.

Sem a relação de exteriorização e objetivação não há vida social. Sem vida social não há ser social. O homem não pode existir se não transformar a natureza para a sua própria sobrevivência. Como esclarece Lessa (2007):

A exteriorização é o momento do trabalho pelo qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, a causalidade e, por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente. (LESSA, 2007, p. 39).

Neste sentido, não apenas algo material novo emerge como objetividade, mas também, segundo Tertulian (2004), a subjetividade no homem se desenvolve a um patamar que o afasta de um cariz mais instintivo e próximo dos animais:

[...] no ato do trabalho, a distinção entre o momento da objetivação [...] e o momento da exteriorização [...]. O primeiro traduziria as transformações estabelecidas no mundo dos objetos para torná-los conforme o objetivo pretendido; o segundo, as reverberações destas atividades na constituição da subjetividade, as qualidades especificamente subjetivas que se exprimem no objeto criado. (TERTULIAN, 2004, p. 11).

O autor ainda acrescenta:

[...] o trabalho como momento decisivo na constituição da subjetividade, mostrando como a totalidade das atividades humanas se desenvolve a partir deste núcleo arborescente (o que nos permite definir o trabalho como o “fenômeno originário” ou a célula geradora da vida social). No ato do trabalho, a intencionalidade da consciência (a “posição teleológica”) se apoia nas cadeias causais objetivas, utilizando-as para modificar a natureza e adaptá-la às necessidades humanas. (TERTULIAN, 2004, p. 11).

Assim, o que o homem cria através do trabalho integra-se ao conjunto de membros da sociedade na satisfação de necessidades não apenas individuais, e sim sociais e coletivas; este resultado é parte da riqueza humana produzida pelo trabalho para toda a humanidade. O resultado do trabalho do homem se transforma em conhecimento que se torna universal (parte do humano-genérico), e a sua finalidade independe de seu criador, pois se torna base para a objetivação de novas necessidades. Pode-se afirmar que a essência do trabalho é essa relação dialética entre teleologia e causalidade, que pertence efetivamente, materialmente, ontologicamente, ao mundo dos homens.

Os produtos do trabalho do homem correspondem a respostas às suas necessidades pelas suas objetivações, isto é, partem sempre de uma necessidade concreta (inicialmente idealizada e projetada), e o seu resultado responde e supre objetivamente a esta necessidade, criando também novas necessidades.

Por exemplo, ao construir um instrumento de trabalho, o homem concretiza a objetivação de sua necessidade, ao tempo que descobre no objeto criado novas formas de utilização do objeto, novas finalidades, novas propriedades da transformação da matéria, enfim, novos conhecimentos adquiridos a partir da sua ação. Para Lessa e Tonet (2011), a criação de instrumentos de trabalho é uma descoberta decisiva para a



história humana; é uma ferramenta que “aumenta a capacidade produtiva, abrindo novas possibilidades de desenvolvimento” (TONET, 2011, p. 23).

Os instrumentos de trabalho transformam toda a vida dos homens, pois não modificam somente a atividade humana, como criam sempre novas possibilidades. É a partir da criação dos instrumentos de trabalho que o homem descobre sua capacidade de desenvolvimento e humanização, aperfeiçoando cada vez mais o seu produto, criando e recriando finalidades. Esta é a base do processo de produção: o aumento da capacidade do homem de produzir e criar necessidades cada vez mais complexas, demonstrando seu domínio sobre a natureza e o seu distanciamento dela.

A natureza não cria instrumentos: estes são produtos mais ou menos elaborados do próprio sujeito que trabalha. A criação de instrumentos de trabalho, mesmo nos níveis mais elementares da história, coloca para o sujeito do trabalho o problema dos meios e dos fins (finalidades) e, com ele, o problema das escolhas: se um machado mais longo ou mais curto é ou não adequado (útil, bom) ao fim a que se destina (a caça, a autodefesa etc.). (NETTO; BRAZ, 2008, p. 40-1).

Quando se cria uma resposta através do trabalho, cria-se também um conhecimento em que o produto do trabalho ganha características próprias e fins que perpassam a sua primeira necessidade para a qual foi criado. Todo esse agrupamento de informações que constitui estas respostas inclui o singular e imediato, evoluindo cada vez mais de modo “abrangente e genérico” (LESSA; TONET, 2011, p. 25). Isto significa que todo conhecimento produzido pelo homem parte do singular para o humano-genérico, como uma riqueza que se universalizará para toda a humanidade porque, “através do trabalho, o sujeito manifesta-se como ser genérico, suplanta a atividade muda dos animais, produz sua existência, cria a consciência de que é um ser social e atinge a existência de um ser universal e livre” (CHAGAS, 2013, p. 76).

Os conhecimentos adquiridos por um indivíduo tendem a se tornar patrimônio de toda a sociedade; o conhecimento é, pois, generalizado (elevado ao gênero humano). Faz-se necessário observar que todo e qualquer objeto criado também parte de um conhecimento estabelecido pelo trabalho social historicamente produzido.

Marx (1988a, p. 143) define o processo de trabalho como,

[...] atividade orientada a um fim para produzir valor de uso, apropriação natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida

humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

Podemos dizer que, independentemente da forma da organização da sociedade e do seu desenvolvimento, o processo de trabalho é fundamental e essencial para o homem; “[...] o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 1988a, p.143), sem o qual não seria possível a sua reprodução e até a sua existência; o homem existe pelo trabalho e pelas objetivações sobre o produto da natureza<sup>23</sup>.

O processo de trabalho dá-se entre o homem e a natureza, como já exposto. Segundo Marx (1988b), eles são constituídos dos seguintes elementos: atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.

Segundo o autor, o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que faz as mediações entre o homem e o seu objeto de trabalho, algo que posteriormente será transformado por sua ação, mas este não se resume apenas em mediações do desenvolvimento da força de trabalho humana. A força de trabalho é a energia física e intelectual despendida na ação formadora deste processo de trabalho em que “ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida” (MARX, 1988b). O trabalho em si é a sua própria transformação, isto é, a transformação do objeto, o produto do trabalho. São estes elementos que conformam o que é chamado de forças produtivas<sup>24</sup>.

O homem passa a se desenvolver cada vez mais pelo trabalho, assim como suas relações também se sofisticam. Suas objetivações se tornam mais complexas e cada vez mais cristalizam conhecimentos adquiridos historicamente; por fim, o próprio desenvolvimento humano se torna produto do seu trabalho, e assim o homem

---

<sup>23</sup> “[...] não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e nos meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade. Ou, em outras palavras, a sociedade é impossível sem a natureza [...] qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção [...]” (LESSA, 2011, p. 132).

<sup>24</sup> “O processo de trabalho envolve os seguintes elementos:

- a- Os meios de trabalho – tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho;
- b- Os objetos de trabalho – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano;
- c- A força de trabalho – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades.

O conjunto desses elementos designa-se forças produtivas.” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 58).

transforma a natureza e a si mesmo a partir de suas objetivações. Ao transformar a sua atividade concreta, transforma também seu pensar e os produtos de seu pensar.

Nesta direção, toda riqueza social é produzida pelo trabalho, desde a satisfação das necessidades mais primárias e instintivas até a alta capacidade de produção, não apenas material, mas também subjetiva:

E até tal ponto é esta atividade, este contínuo trabalhar e criar sensíveis, esta produção, a base de todo o mundo sensível tal e como agora existe, que se fosse interrompida até mesmo por um ano apenas [...] não só encontraríamos enormes mudanças no mundo natural, mas logo sentiríamos falta de todo o mundo dos homens e de sua própria capacidade de contemplação, e até mesmo de sua própria existência. (MARX; ENGELS, 1998, p. 69).

O homem, pelo trabalho passa a criar respostas para a autoconstrução do ser social e, por consequência, para a construção da sociedade historicamente desenvolvida. Este ser não produz apenas a sua própria sobrevivência, ele determina a sua existência e a existência de seu mundo em suas próprias atividades, o que o torna responsável pela continuidade deste desenvolvimento e pelas consequências de suas objetivações. O trabalho é o que determina e fundamenta o homem; através dele, a humanidade cria a sua história, numa resposta coletiva para objetivações também coletivas.

Portanto, a existência do homem está intrinsecamente atrelada à vida em comunidade; o homem depende do trabalho do outro para a garantia de sua sobrevivência. Isso implica que o ser social se constitui pelo trabalho coletivo.

É um coletivo de homens que constrói o mundo por suas ações, a partir do seu modo de ser e dos seus valores, objetivando necessidades sociais.

Os indivíduos “partiram”, sempre e em quaisquer circunstâncias, “deles próprios”, mas eles não eram únicos no sentido de que não podiam deixar de ser relações entre si; pelo contrário, as suas necessidades, portanto a sua natureza, e a maneira de as satisfazer, tornava-os dependentes uns dos outros (relação entre os sexos, trocas, divisão do trabalho): era portanto inevitável que se estabelecessem relações entre eles. (MARX; ENGELS, 1998, p. 185).

Mais uma vez o trabalho, em sua centralidade e autoafirmação do homem como ser social, excede as expectativas da realidade objetiva concreta, para responder subjetivamente às novas necessidades, para construir conhecimentos a partir de seus questionamentos e descobertas.

Assim, quanto mais o homem aumenta suas capacidades de conhecimento, de sofisticação, de produção e desenvolvimento das forças produtivas, mais ele se distancia

do produto do seu trabalho. Essa relação é passível de verificação em sociedades de classe (como no modo de produção asiático, no feudal e no capitalista). Com a divisão da sociedade em classes<sup>25</sup>, a transformação da natureza é realizada por uma parte dos trabalhadores e a riqueza resultante é apropriada pela classe dominante.

Com o desenvolvimento das sociedades, através do trabalho, a comunidade primitiva e seus membros evoluíram cada vez mais na criação de meios de trabalho, aumentando consideravelmente sua capacidade de produção, adquirindo sempre novos conhecimentos e novas habilidades no processo de trabalho, o que permitiu que produzissem além de suas necessidades imediatas de sobrevivência. Diante desse desenvolvimento produtivo surge o excedente econômico<sup>26</sup>; a comunidade começa a produzir mais do que é necessário para suprir suas necessidades imediatas (NETTO; BRAZ, 2008).

Os produtos criados, bens que possuem valor de uso, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades. Esta troca correspondia ao atendimento das necessidades na diversidade de outro produto qualquer, ou até à aquisição de matéria-prima e/ou ferramentas para a sua própria produção. Nasce daí a mercadoria e as primeiras formas de comércio.

Outro aspecto importante é que, com o excedente, abre-se a possibilidade de acumulação de produtos, e, por conseguinte, a exploração do trabalho humano. Neste momento, há uma divisão da comunidade entre aqueles que produzem os bens excedentes e aqueles que se apropriam dos bens produzidos.

Os meios de subsistência e de produção, imprescindíveis à reprodução de toda e qualquer sociedade, serão produzidos agora com a finalidade de enriquecer a classe dominante. O que passa a direcionar o trabalhador no processo produtivo não é mais as necessidades humanas, mas as necessidades para a acumulação da propriedade privada:

[...] o trabalhador decai em mercadoria e na mais miserável mercadoria. A miséria do trabalhador está na relação inversa do poder e magnitude da sua produção [...]. Toda sociedade tem de dividir-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores desprovidos de propriedade. (MARX, 2015, p. 302).

---

<sup>25</sup> A definição de classe social em Marx e Engels (2008) se dá pela posição que o indivíduo ocupa na estrutura de produção. Há então duas classes: a dos detentores dos meios de produção (burguesia) e a dos que não possuem meios de produção, apenas a sua força de trabalho para ser vendida no mercado (trabalhadores).

<sup>26</sup> O excedente econômico é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos desta produção (NETTO; BRAZ, 2009, p. 57).

Neste cenário, evidencia-se a categoria da alienação; nesta, os detentores dos meios de produção e compradores da força de trabalho – os capitalistas – dominam o processo de produção e os trabalhadores, obtendo lucro sobre a mercadoria produzida mediante a exploração da força de trabalho.

Enquanto o trabalhador depende exclusivamente da venda da sua força de trabalho para sobreviver, o capitalista acumula capital e detém a propriedade privada dos meios de produção; o trabalho torna-se estranho ao trabalhador, pois ele não se apropria da riqueza produzida por ele. O trabalho torna-se, na verdade, alienado.

A alienação é um processo social muito peculiar [...]. Com o surgimento das sociedades de classe, com a divisão social do trabalho, manifesta-se na sua forma mais plena. É através da alienação que as forças humanas, que são sempre forças dos próprios homens e não da natureza ou de entidades sobrenaturais, se tornam “estranhas, poderosas, hostis” e dominadoras da vida humana. (LESSA; TONET, 2011, p. 89-90).

Segundo Marx (2015), o trabalho alienado não produz apenas mercadorias, mas o trabalhador produz-se a si mesmo como uma mercadoria, ao tempo que produz bens; “o trabalhador desce até o nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria” (MARX, 2015, p. 302).

O objeto produzido pelo trabalho alienado, segundo Marx (2015), torna-se estranho; como um poder independente do seu produtor, ele opõe-se ao trabalhador. O trabalhador não mais se identifica com o produto do seu trabalho, ele não mais lhe pertence, mas torna-se propriedade privada do capitalista, assim como os meios de produção e sua própria força de trabalho. O trabalhador resta expropriado de sua função vital e seu trabalho deixa de ser fonte de satisfação de suas necessidades para ser apenas um meio de satisfazer as necessidades de outros. Marx (2015, p. 307) argui: “Como o trabalhador poderia estar numa relação alienada, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção?”.

Como o trabalhador apartado e alienado de seu objeto passa a existir inicialmente como trabalhador e depois como sujeito, constata-se uma enorme brutalidade produzida pela apropriação privada dos meios de produção, a revelar que o sujeito só é sujeito em segundo plano, e que na busca de satisfazer suas necessidades e de sobreviver, atende primeiramente aos interesses do capital para, então, atender aos seus próprios. Quanto mais valor o trabalhador cria, mais sem valor e desprezível se

torna; evidencia-se, portanto, a força negativa da alienação no indivíduo em relação ao seu produto.

Mészáros (2011) observa que a alienação, no modo de produção capitalista, significa um meio de legitimar e fazer com que os indivíduos aceitem os valores estabelecidos pela atual sociabilidade.

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que elas possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados” (*vereinzelte Einzelnen*), que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 39).

A alienação não ocorre apenas na relação entre o homem e o seu trabalho, mas todas as suas capacidades essenciais tendem a ser negadas na sociedade capitalista. Os homens passam a não se reconhecer enquanto gênero, a consciência lhe é negada, a liberdade e a universalidade se expressam de forma limitada, pois os homens não se apropriam mais de suas reais capacidades.

Marx (2015, p.308) esclarece que o homem só se sente livre para realizar as suas atividades instintivas, isto é, as suas funções animais, tais como “comer, beber e procriar, quando muito na habitação, no adorno etc.; enquanto nas suas funções humanas, o homem se vê reduzido a animal”. O trabalho se torna exterior ao trabalhador. A partir de então o trabalhador não se sente bem com o seu trabalho, torna-se infeliz e esgota-se fisicamente.

O próprio trabalho assume uma existência externa ao trabalhador, “existe fora dele e a ele é estranho, como um poder autônomo, torna-se uma força hostil e antagônica” (MARX, 2015, p. 312). O homem não mais se realiza através do trabalho, antes esta atividade torna-se uma tortura, algo que lhe é imposto como um castigo.

O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho não pertence a si mesmo, mas a outro. Assim como na religião, a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, reage independentemente como uma atividade estranha, divina ou diabólica,

sobre o indivíduo, da mesma maneira a atividade do trabalhador não é a sua atividade espontânea. Pertence a outro e é a perda de si mesmo. (MARX, 2015, p. 314).

Para Marx (2015, p. 315), o trabalho alienado inverte as relações de vida genérica quando o homem “transforma sua atividade vital, o seu ser, em um simples meio da sua existência”. A consciência que o homem tem de sua própria espécie é alterada pela alienação porque “o modo de vida genérica se transforma para ele em meio” (MARX, 2015, p. 315). O homem não se vê como construtor de sua própria história, pois não se vê como sujeito em sua própria atividade vital.

Certamente, o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como meio de vida. (MARX, 2015, p. 315).

Por fim, o homem se aliena dos demais homens, não se reconhece e, por consequência, não é capaz de reconhecer o outro como a si mesmo. Marx (2015) afirma que toda autoalienação do homem, de si mesmo e da natureza, também se manifesta na relação com os outros homens, consigo mesmo e com a natureza.

Quando o homem deixa de reconhecer o outro, ele passa a reproduzir sobre os demais a mesma exploração e opressão com que é oprimido, ele não se identifica com o outro como trabalhador explorado; isto prejudica diretamente a consciência do trabalhador na luta pela sua libertação, na luta contra a exploração do trabalho pelo capital.

É no capitalismo que o coroamento da alienação se faz, e assume sua expressão mais significativa por meio do salário. Pois o salário, como expressão da alienação, incita a uma relação de vendabilidade, já que o trabalhador se torna escravo dele para manter a sua sobrevivência. Assim,

[...] salário e propriedade privada são idênticos: porque o salário, donde o produto, objeto do trabalho, paga o próprio trabalho, bem como porque no salário o trabalho também não aparece como autofinalidade, mas como servidor do salário [...]. Toda a servidão humana está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação. (MARX, 2015, p. 318-9).

Para Marx (2015), o trabalho assalariado constitui uma implicação necessária para o trabalho alienado, já que o trabalho não aparece como fim em si mesmo, pois o trabalhador se torna “escravo do seu salário”. A exploração da força de trabalho garante o lucro para o capital, enquanto o salário do trabalhador não assegura o mínimo para a reprodução da sua existência, tão só serve para manter a venda da força de trabalho e a produção e extração permanente da mais-valia<sup>27</sup> e, por consequência, o esvaziamento de sentidos da vida do homem.

Em uma sociedade dividida em classes, permeada por relações alienadoras e alienantes, o trabalho produz maravilhas para os ricos e miséria para o trabalhador, como expõe Marx (2015):

A alienação do trabalhador no objeto revela-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, menos tem de consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e mais desprezível se torna; quanto mais refinado o seu produto, mais desfigurado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais magnífico e pleno de inteligência de trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza [...]. É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores. (MARX, 2015, p. 323).

Todavia, a alienação não se torna exclusiva do trabalho e para o trabalhador, mas se revigora como uma categoria da realidade que se generaliza como meio de conservar a contínua manutenção do sociometabolismo do capital.

Conforme Mészáros (2013):

[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressivo tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontra resistência. É verdade que esta característica torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão. Isto não se aplica apenas aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é bastante óbvia [...] mas até aos capitalistas mais ricos, pois não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é

---

<sup>27</sup> “Marx pensa o capital como um movimento cíclico que mostra como ele se origina da mais-valia e é, ao mesmo tempo, fonte de mais-valia.” (TEIXEIRA, 1995, p. 125).



absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio. (MÉSZÁROS, 2013, p. 97-8).

Assim, o que antes fazia parte do indivíduo no processo afirmativo do trabalho (exteriorização), com a alienação se mostrará no seu aspecto negativo.

[...] nem todas as objetivações/exteriorizações assumem papel positivo no desenvolvimento da generalidade humana. Algumas das objetivações, em momentos historicamente determinados, podem se transformar de impulsos em obstáculos ao desenvolvimento da humanidade. E, nesses momentos, tais objetivações, ao invés de contribuir com o devir-humano dos homens, se transmutam em negação da essência humana, em expressão da desumanidade criada pelo próprio homem. (LESSA, 2007, p. 125).

É assim que o trabalho nos moldes capitalistas vai se mostrar alienado, não pertencente ao trabalhador. Como já dito anteriormente, este trabalhador produzirá todas as riquezas necessárias para a reprodução da sociabilidade, mas contraditoriamente não usufruirá das riquezas que ele mesmo produz. Portanto, “ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele [...]”. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação” (MARX, 2015, p. 308).

Marx (2015) destaca que a propriedade privada passa a ser a expressão sensível da objetividade humana, em especial das relações regidas pelo capital, na qual o homem produz seu mundo e a si mesmo. Sob a transformação da atividade humana em um meio para a busca da lucratividade e vendabilidade do trabalho, a subjetividade resulta numa forma de egoísmo ou no empobrecimento da apropriação sensível como mera posse do objeto, no qual “[...] a propriedade privada é apenas a expressão sensível do fato de que o homem se torna objetivo para si e, ao mesmo tempo, se converte bem mais em um objeto estranho e inumano [...]” (MARX, 2015, p. 317).

Assim, Marx (2015, p. 307) elucida que “o trabalhador torna-se, portanto, um servo do seu objeto [...]”. O objeto produzido pelo trabalhador, a mercadoria<sup>28</sup>, opõe-se a ele como ser alienado, volta-se contra seu produtor e passa a dominá-lo. O trabalhador exterioriza sua subjetividade no objeto, põe sua vida nele, porém, agora, esta não lhe

---

<sup>28</sup> De acordo com Marx (1988a), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa [...]. Deve ser encarada sob um duplo ponto de vista: segundo qualidade e quantidade [...]. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. O valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (MARX, 1988a, p. 45-6).

pertence, mas ao objeto. Em decorrência disso, quanto mais mercadoria o trabalhador produz, menos pode dela se apropriar e mais se subjeta ao domínio de seu produto; “o trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria” (MARX, 2015, p. 304). Com a crescente valorização do mundo das coisas, cresce a desvalorização dos homens na mesma proporção. A subversão do trabalho, nos moldes da produção capitalista, aflige de forma corrosiva a subjetividade do trabalhador, degradando o seu próprio ser.

A alienação, enquanto negadora da atividade do homem (o trabalho) como ser social, tem a função de manter e reproduzir o modo de produção vigente de exploração e expropriação do trabalhador. O trabalhador serve como engrenagem que mantém e reproduz a riqueza do capital; o seu trabalho se torna a fonte de riqueza enquanto produz a sua própria pobreza material, intelectual, afetando seus sentidos e capacidades.

Percebe-se que quanto mais o capitalismo se enraíza, mais a relação do trabalhador com o seu trabalho o aliena, e mais a sua subjetividade torna-se esvaziada, em especial quando o “ser” passa a não importar, mas o “ter”. Nesse caso, o “ter” abriga um valor ímpar e as relações sociais constituem um mediador para as relações efetivamente humanas. Quando o mundo dos homens é apropriado pela lógica da lucratividade, pela posse, o homem torna-se estranho à sua própria sensibilidade.

O sistema do capital, com o objetivo de aumentar a sua produtividade, de satisfazer as suas objetivações através da acumulação, subjeta o ser ao ter. As necessidades humanas passam a ser a necessidade de possuir dinheiro, empobrecendo, dessa forma, o homem na sua totalidade, e em particular na sua subjetividade; “os sentidos do sujeito, físicos e intelectuais, deixam de expandir, quando restritos às delimitações impostas pela posse” (CHAGAS, 2013, p. 79).

Sinteticamente, pode-se afirmar que o processo de alienação é o processo de desumanização, em que o trabalhador não se revela como ser, mas apenas como uma mercadoria, um objeto livre a ser negociado e o seu produto não lhe pertence mais. Reafirmamos que sob a transformação da atividade humana em meio à busca da lucratividade e da vendabilidade do trabalho, a subjetividade resulta numa forma de egoísmo ou no empobrecimento da apropriação sensível como mera posse do objeto.

Sem a crítica das alienações, que têm na conversão da força de trabalho a mercadoria como seu elemento fundante, a crítica do capitalismo perderia a sua base material. Assim, não apenas a exploração do trabalho se intensifica no capitalismo,

como suas mediações se tornam mais alienantes, porquanto “[...] o caráter puro da sociabilidade burguesa possibilitou que a existência humana se alienasse numa intensidade e numa amplitude inédita na história” (LESSA, 2007, p. 126); já o trabalho, em seu sentido ontológico, como meio de objetivar as prospecções verdadeiramente humanas, tem seu sentido obscurecido, invertido. A cada avanço e aprofundamento do capitalismo, mais distante ficamos desse significado.

O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente, realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele. Por isso, na medida em que arranca ao homem o objeto da sua produção, o trabalho alienado arranca-lhe a sua vida genérica, a sua real objetividade genérica, e transforma sua vantagem sobre o animal na desvantagem de lhe ser retirado o seu corpo inorgânico, a natureza. (MARX, 2015, p. 313).

As características humanas próprias são assim abstraídas de cada indivíduo; como consequência direta, sua subjetividade iguala-se aos demais produtos disponíveis no mercado. Assim, até as relações entre seres humanos tornam-se meramente uma relação de compra e venda, na qual a força de trabalho é a principal mercadoria.

Sob a distorção provocada pelo capitalismo nas suas consciências, o comerciante é levado a enxergar no próximo um mero freguês em potencial; o trabalhador – que precisa vender sua força de trabalho para subsistir – é levado a enxergar no próximo apenas um possível comprador da sua mercadoria ou um possível concorrente na busca deste comprador. (KONDER, 2009, p. 131).

O trabalho na sociabilidade burguesa tende a se degradar em relações alienantes como jamais visto na história.

Tal como no passado, também hoje o capitalismo continua sendo capaz de “revolucionar” a vida cotidiana, a começar pela produção do “conteúdo material da riqueza social” até os complexos ideológicos mais elevados (arte, filosofia, religião etc.). Diferentemente do período moderno, contudo, a substância dessa capacidade de “revolucionar” o mundo ganhou uma qualidade alienante historicamente inédita. O que muda, portanto, de forma significativa, não é a essência, mas o caráter “destrutivo” (de produtos, de energia, de recursos naturais, de força de trabalho – de humanidade, enfim) do modo de produção capitalista. (LESSA, 2011, p. 314).

Em suma, sob o capitalismo, a humanidade desenvolve o seu domínio da realidade natural, porém hoje sacrifica muito mais do que em épocas anteriores o seu domínio da realidade social. Essa relação pode ser observada no esgotamento das

qualidades humanas e individuais do trabalho. O trabalhador passa a ser considerado, então, como uma espécie de robô, mas não qualquer tipo de máquina; ele passa a ser visto como uma “[...] espécie de robô deficiente, imperfeito, um autômato dotado de faculdade de produzir, mas incapacitado para ajustar-se completamente às exigências do processo racional de produção, quer dizer, as exigências da técnica” (KONDER, 2009, p. 132).

Deste modo, o capitalismo aparece para o trabalhador como um mundo hostil, sujeito a crises imprevisíveis, regido por leis que independem da sua vontade; “enquanto não supera a percepção empírica deste mundo, o homem é levado a vivê-lo com temor” (KONDER, 2009, p. 133).

A degradação progressiva do trabalho e do trabalhador é permeada por relações alienantes que respondem à lógica e às necessidades de manutenção e reprodução do capital. Verifica-se um crescente ataque ao trabalhador, no que concerne à sua integridade (seja física ou mental), que pode suscitar atitudes extremadas como o suicídio, como assevera Marx (2006, p. 25) ao afirmar que “[...] está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios”.

No próximo tópico veremos, por meio do processo da acumulação primitiva, a formação da sociedade capitalista e do trabalhador como força de trabalho “livre como os pássaros”, além de levantarmos os principais elementos que influem na degradação do trabalhador e do trabalho na sociedade do capital, presentes na relação entre trabalho e suicídio.

## **2.2 A acumulação primitiva e os fundamentos da degradação do trabalho**

Como visto anteriormente, os homens constroem sua história por meio do trabalho. A categoria do trabalho é a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano (LUKÁCS, 2013), e a sociedade é a forma particular de este ser existir. No transcorrer da história, na constituição das sociedades, o trabalho sempre foi a base para o desenvolvimento, contudo, quando o homem enxerga no outro tão só um meio de adquirir vantagens, as sociedades passam a ser constituídas por meio do trabalho baseado na relação de exploração do homem pelo homem.

Nesta condição, tornam-se sociedades desiguais. Como exemplos, o modo de produção asiático, o escravista e o feudal. Mas em nenhuma destas sociedades o

trabalho assumiu uma forma tão desigual e degradante quanto no capitalismo; “[...] a sociedade capitalista se constrói como uma enorme arena, na qual os indivíduos não cessam de lutar entre si por um lugar ao sol” (LESSA, 2007, p. 128).

As relações de exploração geram os resultados mais destruidores e desumanizadores que se podem identificar no curso da história, entre os quais se evidencia um prejuízo da integridade física do trabalhador, em especial no que concerne à sua saúde (física e mental), com sucessivos estímulos para atos extremados como o suicídio. Para compreender isso, faz-se necessário resgatar o processo originário, ou seja, a pré-história da sociedade capitalista, pois é nela que se acham os fundamentos para a questão que nos propomos a investigar.

Para Marx (1988b), a acumulação primitiva representa a pré-história do modo de produção capitalista. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da decomposição da sociedade feudal, a partir do processo histórico que dissocia o produtor direto dos meios de produção. Este será o ponto de partida para a emergência da sociedade do capital, na qual “o produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho [...]” (MARX, 1988b, p. 252).

Emerge, assim, uma situação estruturalmente antagônica: de um lado, um pequeno grupo de homens detentores dos meios de produção e, do outro, os homens expulsos de sua base fundiária, despossuídos de tudo exceto da sua força de trabalho:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadoria têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho alheia e, portanto, vendedores de trabalho. (MARX, 1988b, p. 252).

Os antigos servos que foram expulsos das terras (sua base fundiária) se transformaram em trabalhadores livres, segundo Marx (1988b) em um duplo sentido, pois estes não pertencem diretamente mais aos meios de produção (como os escravos, servos etc.), nem os meios de produção lhes pertencem (como os camponeses economicamente autônomos), restando apenas a sua força de trabalho para ser vendida.

Todo esse processo de expropriação não ocorreu de forma equilibrada, senão mediante o uso exacerbado da violência. O próprio Estado assumiu um papel

fundamental nesse processo, legitimando tal prática através de leis que favoreciam as elites. Segundo Marx (1988b), a forma parlamentar de roubo é a das *Bill for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal); eram decretos que desapropriavam o povo de suas terras, para torná-las posse dos próprios senhores feudais, tornando-as propriedade privada deles. Outro exemplo de expropriação por meio da intervenção do Estado está presente no *Clearing of Estates* (clarear propriedades), ou nas palavras de Marx (1988b, p. 261), “[...] limpá-las de seres humanos”. Como exemplo disso temos a duquesa de Sutherland:

De 1840 até 1820, 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusou a abandonar. Dessa forma, essa madame apropriou-se de 794 mil acres de terras [...]. (MARX, 1988b, p. 262).

Para os trabalhadores expropriados da sua antiga base fundiária, que não conseguiram ser absorvidos e se converteram “[...] em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos [...]” (MARX, 1988b, p. 265), foram designadas punições a partir do que se denominou de leis sanguinárias:

Eduardo VI: um estatuto de seu primeiro ano de governo, 1547, estabelece que se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão, água, bebida fraca e refugos de carne, conforme ache conveniente. Tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio do açoite e de correntes. (MARX, 1988b, p. 265).

As bases do trabalho feudal se modificam. Pois o homem expropriado da sua terra, expulso do seu meio de trabalho, o feudo, passa a ter apenas a sua força de trabalho a ser vendida em troca de um salário. Estavam postas, assim, as condições fundamentais para a constituição do nascente capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção e a relação de assalariamento.

Surge, através da dinâmica de expropriação e da transfiguração do antigo servo em “trabalhador livre”, a relação capital-trabalho, num processo do qual os meios de produção e a força de trabalho são utilizados para a produção de valores de troca de mercadorias, possibilitando o acúmulo de capital por parte dos proprietários dos meios de produção. Assim, “a demanda de trabalho assalariado crescia rapidamente com toda

a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado seguia apenas lentamente” (MARX, 1988b, p. 267).

Os salários eram baixíssimos, como explica Marx (1988b, p.267): “a burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia [...] e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência”. Como exemplo da intervenção do Estado para conservar os baixos salários tem-se o *Statuto of Labourers*, que punia os patrões que pagassem salários acima do permitido legalmente:

Proibia-se, sob pena de prisão, pagar salários mais altos do que o estatutário, porém o recebimento de salários mais altos era punido mais duramente do que seu pagamento. Assim, o estatuto dos Aprendizes de Elizabeth, nas seções 18 e 19, impunha dez dias de prisão para quem pagasse salário mais alto, em contraposição a 21 dias para quem o recebesse [...]. (MARX, 1988b, p. 268).

As sequelas para os trabalhadores foram tão significativas que os salários, muitas vezes, eram complementados pela assistência aos pobres, que “bastava apenas para as necessidades vitais absolutas” (MARX, 1988b, p. 260).

Com isso, ocorreu o aumento da exploração e a elevação do número de excluídos, gerando um enorme exército industrial de reserva, fundamental para o crescimento da indústria. Somam-se a esse processo de acumulação as riquezas provenientes do trabalho forçado nas colônias:

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação [...]. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. (Marx, 1988b, p. 277).

Nas colônias, a degradação da vida era ainda mais intensa por meio da agudização da exploração da força de trabalho nativa, objetivando a crescente extração das riquezas naturais, que refluía para o enriquecimento das metrópoles. Quando se iniciou, efetivamente, a conquista e a dominação de novos territórios, por meio do avanço da navegação, constataram-se, segundo Galeano (2010), suicídios em massa dos nativos, devido ao trabalho forçado:

[...] os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d'água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de arar trazidos da Espanha. Muitos indígenas da Dominicana se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa. (GALEANO, 2010, p. 33-4).

O período de expansão das navegações e as investidas para descobrir novos territórios possuíam uma intencionalidade: a exploração e extração das riquezas dos países recém-conquistados pela Europa, o que impulsionou a acumulação de capital, tornando este mais um dos momentos decisivos para a pré-história do capitalismo:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e a pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1988b, p. 275).

Nasce assim o modo de produção capitalista, a indústria moderna e a exploração como nunca antes se viu. Em síntese, esse é o processo que explica o fato de que

[...] os primeiros [burgueses] acumularam riquezas e os últimos [proletariado], finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesmo, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar. (MARX, 1988b, p. 251).

Portanto, tornam-se visíveis os elementos que caracterizam uma nova forma de organizar a vida social e se acham estão assentados os pressupostos fundamentais para compreender a relação do trabalho explorado, na dimensão do capitalismo, que conduz, muitas vezes, ao suicídio.

### **2.3 O trabalho sob a regência do capital e as relações que mortificam o trabalhador**

Por meio do acúmulo de informações até o momento, verificamos que o esforço que o homem desenvolveu para dominar a natureza, plasmando o mundo natural à sua feição e dando uma feição humana aos objetos naturais, é invertido e negado a partir do estabelecimento das relações capitalistas de produção. Na dinâmica das relações de produção, o trabalhador, enquanto vendedor da força de trabalho, é assimilado a um



mundo de coisas, e as relações sociais assumem um cariz alienado. Nesse movimento crescente, desenvolve-se uma tendência negativa ante a própria vida e o desenvolvimento da subjetividade. Compõe-se “[...] um mundo desprovido de existências singulares, um mundo indiferenciado, um mundo desumano, onde o humano – especificamente humano – se vê triturar e inapelavelmente diluir” (KONDER, 2009, p. 146).

Nesta direção, buscaremos evidenciar como, no decorrer do desenvolvimento capitalista, o controle sobre a força de trabalho se amplia em paralelo ao crescente desenvolvimento das forças produtivas, em especial da tecnologia voltada para a organização do processo produtivo capitalista, acarretando um controle crescente sobre o processo de trabalho e, conseqüentemente, sobre a força de trabalho que irá absorver, gradualmente, não apenas o fazer do trabalhador, mas também o seu saber, levando o trabalhador dos dias atuais a perder a sua autonomia, o seu livre pensar e ao desenvolvimento de relações que o mortificam.

Contudo, se faz necessário resgatar o que desenvolvemos no tópico anterior. Tal resgate diz respeito à implantação do capitalismo, que se dá primordialmente pela relação entre capital e trabalho, uma relação antagônica e contraditória, que possui sua origem na acumulação primitiva.

Vimos que os camponeses, expulsos de forma violenta de suas terras e expropriados de suas condições de trabalho, foram convertidos em trabalhadores livres, obrigados a vender a sua força de trabalho para comprar os meios para a sua subsistência. O presente período é determinado pelo processo de separação entre o produtor direto e seus meios de produção.

Torna-se perceptível a contradição básica em que opera o modo de produção capitalista: o trabalhador torna-se livre, mas essa liberdade é materializada, por meio da venda da força de trabalho, numa relação de exploração visando produzir as riquezas materiais que serão apropriadas pelos capitalistas. Desse modo, constatamos a existência de uma superioridade econômica do comando do capital que revela a relação de troca que configura a sociabilidade regida pelo capital, o que origina as diversas formas de alienação do trabalho e de controle parcial e total do capital sobre o processo de trabalho.

A partir da consolidação do sistema capitalista, a sua dinâmica, apesar de marcada por um avanço das forças produtivas que elevou a complexificação das

relações sociais como jamais visto na história, também é marcada por tendências econômicas que deterioram o ser por meio da “[...] expansão e acumulação, que se apresentam como leis do sistema capitalista. Leis que regem a estrutura metabólica deste sistema em seu contínuo processo de reprodução” (SOBRINHO et al., 2010, p. 75). Nessa cadência, a organização da produção capitalista alcançou uma maior sofisticação com o surgimento e o desenvolvimento da cooperação (expressa pelo trabalho coletivo), da manufatura (com a divisão do trabalho) e da grande indústria (com a maquinaria). Dessa maneira, os meios de produção vão deixando de ser individuais para se converter em uma série de atos coletivos:

A roca, o tear manual, o martelo do ferreiro artesão foram substituídos pela máquina de fiar, pelo tear mecânico, pelo martelo movido a vapor. À oficina individual sucedeu a fábrica, com sua inevitável cooperação de centenas e milhares de operários. E com os meios de produção, transformou-se a própria produção, que deixou de ser uma série de atos individuais para converter numa série de atos coletivos. (ENGELS, 1989, p. 57).

E assim, a organização da produção capitalista vai se delineando. Segundo Alves (2011), há um contrassenso entre a ideia de cooperação, a manufatura e a grande indústria, o que nesse caso representa uma tríade de formas históricas de organização do processo produtivo capitalista que serão substituídas por formas mais avançadas no decorrer da história. Todavia, ao invés de evoluir, essa tríade da organização do desenvolvimento capitalista (cooperação, manufatura e grande indústria) é constantemente reposta de acordo com o momento sócio-histórico, mediante uma nova processualidade.

Marx (1988a, p. 244) assevera que historicamente o ponto de partida da produção capitalista se dá pela “[...] atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar [...] para produzir a mesma espécie de mercadorias, sob o comando do mesmo capitalista [...]”. Por isso, a tendência passa a ser a ampliação da produção de mercadorias. A cooperação, a manufatura e a grande indústria são formas originárias das atuais estratégias que visam controlar e explorar amplamente a força de trabalho, acarretando prejuízos à sua condição física e à sua subjetividade, em detrimento da obtenção ascendente de lucros.

Como explica Souza (2011):

O controle sobre o processo de trabalho incide sobre objetos específicos e implica formas de disciplinamento de força de trabalho, fragmentada do saber operário, de desqualificação profissional e de expansão da alienação. Essas implicações ou objetos de controle atingem, materialmente, as condições de produção capitalista, da reprodução da força de trabalho e, subjetivamente, as relações sociais que resultam do processo de trabalho. (p. 39).

A cooperação, Marx (1988a, p. 246) caracteriza como “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado, e conjuntamente no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”. Podemos acrescentar que essa primeira organização do trabalho funda a produção capitalista. Essa forma planejada de realizar trabalho produz significativas mudanças para o sistema do capital, aumentando a produção de mercadorias ao passo que diminui o tempo para a sua produção pelo trabalho coletivo, acarretando uma inicial ampliação da produtividade. Também tende a estimular mudanças subjetivas, como o reconhecimento do trabalhador de sua capacidade coletiva e o desenvolvimento da alienação do trabalho. Conforme Marx (1988a, p. 248): “se o processo de trabalho é complicado, a simples massa dos que trabalham juntos permite distribuir as diferentes operações entre diferentes braços e, portanto, executá-las simultaneamente, e em virtude disso encurtar o tempo de trabalho necessário [...]”.

A cooperação, numa perspectiva ontológica, como modo planejado do trabalho coletivo que reduz para o trabalhador “[...] suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie” (MARX, 1988a, p. 249), passa a ser estruturada pela necessidade do capital, numa tentativa de controle sobre a força de trabalho, pois “os trabalhadores assalariados não podem cooperar, sem que o mesmo capitalista os empregue simultaneamente e, portanto, compre ao mesmo tempo, suas forças de trabalho” (MARX, 1988a, p. 249). Originalmente, o controle do capital sobre o trabalho aparece com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados:

O comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha. (MARX, 1988a, p. 250).

Assim, os trabalhadores tendem a perder a sua individualidade quando são incorporados por um controle despótico, como um modo de existência específico do capital:

Os trabalhadores [...] entram numa relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa apenas no processo de trabalho, mas então eles já não pertencem mais a si mesmos. Com a entrada no processo de trabalho, são incorporados ao capital. Como cooperadores, membros de um organismo laborativo, eles próprios não são mais do que um modo de existência específica do capital. (MARX, 1988a, p. 250).

Com a emergência da manufatura, a cooperação assume a sua forma mais clássica, desenvolvendo formas de controle que fixam a relação entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador como uma mera relação monetária<sup>29</sup>. Desse modo, “[...] a manufatura introduz [...] a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados [...]. Sua figura final é a mesma – um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1988a, p. 255).

Histórica e economicamente, pode-se dizer que houve um período em que se manteve a cooperação e a manufatura<sup>30</sup>; a partir disso, verificam-se estratégias de controle que caracterizaram uma subsunção formal do trabalho ao capital por meio de uma incipiente divisão entre trabalho manual e intelectual, o que levou à introdução de supervisores na produção, à fragmentação do saber operário, à presença e ao domínio do trabalho parcial, que ainda tinha a preponderância sobre o processo de trabalho; “nele, o trabalhador ainda detém domínio técnico e subjetivo sobre o trabalho [...]” (SOUZA, 2011, p. 38). Constata-se, além de uma disciplina e hierarquia próprias da manufatura, uma exploração fundamentada num extensivo aumento da jornada de trabalho, caracterizando a obtenção da lucratividade por meio da mais-valia, em específico, da mais-valia absoluta<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Em sociedades pretéritas ao capitalismo, o controle sobre o trabalho se dava por métodos da servidão, quando ainda não se tinha a emergência do trabalhador livre (assalariado). Por essa razão, no modo de produção capitalista o desenvolvimento das estratégias de controle do capital sobre o trabalho se dá na fixação de uma mera relação monetária entre proprietário dos meios de produção e trabalhador, como bem demonstra (SOUZA, 2011, p. 39): “[...] esse controle se distingue das formas de controle subjetivas que se traduziram nas formas de servidão precedente – vassalagem, formas patriarcais, escravidão –, sem traço material econômico característico das formas de controle do trabalho assalariado livre no capitalismo”.

<sup>30</sup> Como forma característica do processo de produção capitalista ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito, que, *grossa modo*, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII (MARX, 1988b, p. 254).

<sup>31</sup> As modificações nos processos de trabalho e na produção estão sempre articuladas à transformação no processo dominante de extração do trabalho excedente; o lucro proveniente do trabalho excedente (trabalho não pago) se caracteriza pela produção e realização da mais-valia. Neste sentido, verificamos com maior ou menor intensidade o desenvolvimento de dois tipos de mais-valia (absoluta e relativa) que se condicionam mutuamente, com maior ou menor intensidade, determinado pelo contexto histórico e

Entretanto, mesmo o trabalhador ainda possuindo a preponderância do seu trabalho sobre o processo de produção, a tendência que se evidencia é que gradativamente, com o desenvolvimento da organização da produção capitalista, o trabalhador passe por um processo de empobrecimento objetivo e intelectual, como observa Marx (1988b) ao citar Adam Smith:

[...] a mente da grande maioria dos homens, diz A. Smith, desenvolve-se necessariamente a partir de e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que consome toda a sua vida na execução de umas poucas operações simples [...] não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência [...]. Ele se torna, em geral, estúpido e ignorante o quanto é possível a uma criatura humana. E, depois de descrever a estupidificação do trabalhador parcial, Smith prossegue: a uniformidade de sua vida estacionária também corrompe, naturalmente, a coragem de sua mente [...]. Ela aniquila até mesmo a energia de seu corpo e o torna incapaz de empregar sua força de modo vigoroso e duradouro, a não ser na operação detalhista para a qual foi adestrado. Sua destreza em seu ofício particular parece, assim, ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas em toda sociedade industrial e civilizada é esse o estado a que necessariamente tem de se degradar o pobre que trabalha, isto é, a grande massa do povo. (SMITH *apud* MARX, 1988b, p. 234).

Podemos observar como a refração do controle do capital sobre o trabalho, mesmo que formal, não se dá apenas na objetividade, ou seja, no fazer do trabalhador, mas também em certo grau influi na sua subjetividade. Segundo Marx (1988a, p.270), a manufatura não apenas submete o trabalhador ao comando do capital, apoderando-se da sua força individual de trabalho, como “[...] aleija o trabalhador, convertendo-o numa anomalia [...] mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas [...] o próprio individuo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial”. Dessa maneira o trabalhador, progressivamente, vai perdendo o seu domínio sobre o processo de produção.

A subsunção do trabalho ao capital se dará por completo quando a divisão capitalista do trabalho no interior das unidades produtivas gerar um enorme aumento da produtividade do trabalho e, como efeito, uma diferenciação da força de trabalho que favorecerá os desígnios do capitalista. Cria-se então uma pequena parcela de

---

pelo desenvolvimento das forças produtivas. Podemos caracterizar a mais-valia absoluta por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da ampliação do trabalho necessário, sem alterar as condições de produção. Já a mais-valia relativa resulta na redução da jornada de trabalho e da intensificação da extração do trabalho excedente pelo uso intensivo da tecnologia. (MARX, 1988b).

trabalhadores especializados; em contrapartida, se desqualificará a maioria das atividades produtivas.

Ainda sobre a cooperação e manufatura, Marx (1988a) anota:

[...] torna-se a forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista [...] produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada. (MARX, 1988a, p. 271-2).

Com a grande indústria e a introdução da maquinaria na produção, o capitalista reduz cada vez mais o trabalho manual, passando o trabalhador a perder o total domínio do processo de trabalho e acarretando uma subordinação real do trabalhador ao capital. Assim, “[...] na grande indústria, o uso capitalista da máquina possibilita o despojamento do trabalhador de qualquer controle e dá ao capitalista o domínio da prescrição da natureza do trabalho e da quantidade a ser produzida” (SOUZA, 2011, p. 42). O trabalhador é integralmente subsumido às exigências da produção capitalista e um mero objeto para a extração de mais-valia relativa a partir do uso intensivo da maquinaria e da elevação da intensidade do trabalho pela redução da jornada de trabalho.

O capital necessita da produção constante de mais-valia para manter a sua acumulação. A mais-valia é a forma típica da exploração do trabalho no capitalismo e se dá pela extração do trabalho excedente, como expõe Marx (1988a):

[...] o trabalhador labuta além dos limites do trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ele gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. A essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho. (MARX, 1988a, p. 215).

Ao final do trabalho obtém-se, além do produto final, um excedente: a mais-valia, que será extraída pelo capitalista. Quanto menor for o tempo de trabalho necessário para produzir a mercadoria, maior será o tempo de trabalho excedente e, portanto, maior será a produção de mais-valia. A tendência do capitalista é alargar ao máximo o tempo de trabalho excedente.

Eis o que Marx (1988a) diz a esse respeito:

A grandeza do mais-trabalho obtém-se, porém, subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário. Subtraindo-se 10 horas de 12 ficam 2, e não se pode ver como nas condições dadas, o mais-trabalho pode ser prolongado além de 2 horas. Na verdade, o capitalista pode pagar ao trabalhador, em vez de 5 xelins, 4 xelins e 6 pence ou menos ainda. Para reproduzir esse valor de 4 xelins e 6 pence bastariam 9 horas de trabalho de 12 horas, aumentando-se a própria mais-valia de 1 xelim para 1 xelin e 6 pence. Mas esse resultado somente seria obtido mediante a compressão do salário do trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho. Com os 4 xelins e 6 pence que produz em 9 horas, ele dispõe de 1/10 menos meios de subsistência do que antes, e assim a reprodução de sua força de trabalho só se dá de maneira atrofiada. O mais-trabalho neste caso apenas seria prolongado por ultrapassar seus limites normais; seu domínio só se expandiria usurpando parte do domínio do trabalho necessário. (MARX, 1988a, p. 168).

O método de trabalho e os meios de produção transformam-se para serem mais produtivos (uma mudança que não se opera apenas singularmente em determinada fábrica ou tipo de trabalho, mas em todo o processo produtivo). O aumento da força produtiva do trabalho passa por alterações que implicam menor quantidade de trabalho para produzir maior quantidade de valor de uso.

Esclarece Marx (1988a):

A produção de valores de uso só é levada a cabo na medida em que sejam substrato material, portadores de valores de troca. Primeiro, o capitalista quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para os quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valia. (MARX, 1988a, p. 169).

Quanto maior for o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, menor será a quantidade de trabalho para produzir valor de uso. Isso resulta numa redução do tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria. Assim,

[...] um sapateiro pode, por exemplo, fazer um par de botas numa jornada de trabalho de 12 horas. Para fazer, no mesmo tempo, dois pares de botas, tem de duplicar-se a força produtiva de seu trabalho, e ela não pode duplicar-se sem alteração em seus meios de trabalho ou em seu método de trabalho, ou em ambos ao mesmo tempo [...]. Não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, e mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor. (MARX, 1988a, p. 200).

Devido à mais-valia nesse processo estar submetida à contração do tempo de trabalho necessário e não à extensão da jornada de trabalho, origina-se daí a mais-valia relativa.

Assim, no modo de produção capitalista, nem todos têm espaço; a grande maioria, que não detém os meios de produção e subsistência, é “livre” apenas para vender a sua força de trabalho. Torna-se indispensável para o capital a exploração da força de trabalho ou a dominação de uma classe sobre a outra.

No período conhecido como grande indústria, o controle se adensa sobre o trabalhador, o que se constata pelo enrijecimento do processo de produção como condição da produção material, ou seja, o conhecimento de ofício, passível de ser verificado ainda na manufatura, na grande indústria fica subordinado à máquina<sup>32</sup>. Dessa maneira, as máquinas proporcionaram a superação da atividade artesanal e o trabalhador passou a assumir um papel de acessório da máquina. Tais desdobramentos comprovam que “na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina” (MARX, 1988b, p. 41).

Consolida-se, nesse momento histórico, o desempenho da atividade produtiva em função da valorização do capital, deixando evidentes as formas de controle por meio de uma disciplina rígida do trabalho. Essas formas de controle interferem na habilidade do trabalhador, que se converte, como já foi dito, num acessório da máquina. Outros fatores afetados são os que correspondem aos conhecimentos mais gerais do processo produtivo (reduz-se o trabalho a um conjunto de tarefas simples, dispensando a força motriz do operário) e à emergência de trabalhadores intelectuais responsáveis pela vigilância dos que operam diretamente a produção.

Assim, mais uma vez são passíveis de verificação as sequelas para o trabalhador, no contexto do desenvolvimento da produção capitalista, como expõe Marx (1988b):

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho [...]. Toda produção capitalista, à medida que é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas que, pelo

---

<sup>32</sup> A esse propósito, assevera Marx (1988b, p. 12): “[...] a partir do momento em que a máquina executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana, temos um sistema de maquinaria automática capaz de ser continuamente aperfeiçoado em todos os seus detalhes”.



contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a máquina é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. (MARX, 1988b, p. 41-2).

Observa-se mais uma vez o caráter destrutivo do capitalismo e as evidências de relações de produção que tangenciam a mortificação do trabalhador, pois “à medida que a máquina torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade” (MARX, 1988b, p. 21), e nesse sentido predica o caráter homicida gerado pelo aumento da exploração da força de trabalho no contexto da grande indústria:

A exploração da força de trabalho barata e imatura torna-se [...] mais desavergonhada, pois a base técnica aí existente, substituição da força muscular por máquinas e facilidade do trabalho [...] o corpo feminino ou ainda imaturo fica exposto, de maneira inescrupulosa, às influências de substâncias venenosas etc. [...] o excesso de trabalho, para maiores e menores de idade, assegurou a diversas gráficas de jornais e livros o honroso nome de “matadouro”. Os mesmos excessos ocorrem no setor de encadernação de livros, sendo vítimas sobretudo mulheres, moças e crianças. (MARX, 1988b, p. 70).

Huberman (1984, p.189) sintetiza os efeitos da lógica capitalista com a introdução de uma organização mecânica da produção como aquela que estimula a acumulação de capitais, quando expõe que “[...] com a chegada das máquinas e do sistema fabril, a linha divisória se tornou mais acentuada ainda. Os ricos ficam mais ricos e os pobres, desligados dos meios de produção, mais pobres”.

Marx, (1988b) acrescenta:

[...] à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador [...] tem de piorar [...] a acumulação de riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto. (MARX, 1988b, p. 210).

Todavia, não apenas a “linha divisória” entre possuidores e despossuídos dos meios de produção se torna mais acentuada, mas também todas as mediações que se ligam à mortificação e ao controle do trabalhador pelo aumento da exploração do trabalho se condensam, reforçando o cariz homicida da organização da produção

capitalista, como exemplifica Huberman (1984) por meio de relatos de trabalhadores dos anos de 1840:

Pergunta: Tem filhos?

Resposta: Não. Tinha dois, mas estão mortos, graças a Deus!

Pergunta: Expressa satisfação pela morte de seus filhos?

Resposta: Sim. Agradeço a Deus por isso. Estou livre do peso de sustentá-los, e eles, pobres criaturas, estão livres dos problemas desta vida mortal. (HUBERMAN, 1984, p. 189).

Portanto, podemos apontar, minimamente, as condições e relações de trabalho em que os trabalhadores se encontravam, visando explicitar o reflexo do perfil destrutivo da produção capitalista sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalhador, a estimular ações de mortificação. Eis o que Huberman (1984, p. 190) menciona em relação às condições de trabalho que o período da grande indústria fomentou: “os fiandeiros de uma fábrica próxima de Manchester trabalhavam 14 horas por dia numa temperatura de 26°C a 29°C, sem terem permissão de mandar buscar água para beber”. Suas necessidades físicas, suas necessidades fisiológicas, suas prioridades como sujeito não eram mais importantes do que a acumulação e a expansão do capital.

Engels (2008) observa o impacto que a grande indústria provocou para a classe trabalhadora, em especial a inglesa do século XIX, mediante o potencial desenvolvimento urbano e industrial impulsionado pelo desenvolvimento capitalista nos grandes centros econômicos. Tais evidências revelam mais uma vez o cariz destrutivo que o modo de produção capitalista provoca para o trabalhador, o que o autor denomina de “assassinato social”: “[...] um assassinato contra o qual ninguém pode defender-se [...]” (ENGELS, 2008, p. 136).

Marx (1988b) relata as atrocidades cometidas no período da grande indústria, que não raramente suscitavam o suicídio como fuga de um contexto de extrema exploração:

Em muitos distritos fabris, essas criaturas inocentes e desvalidas (**as crianças**), consignadas aos senhores de fábricas, foram submetidas às torturas mais pungentes. Foram acoissadas até a morte por excesso de trabalho [...] foram açoitadas, acorrentadas e torturadas com os maiores requintes de crueldade; em muitos casos, foram esfomeadas até restar-lhes só pele e ossos, enquanto o chicote as mantinha no trabalho. Sim, em alguns casos, foram levadas ao suicídio! [...] Os lucros dos fabricantes eram enormes. Mas isso só aguçava mais sua voracidade. (MARX, 1988b, p. 280, **grifo nosso**).

Engels (2008, p.105) exemplifica as condições a que a classe trabalhadora no contexto histórico do século XIX estava submetida e afirma que tais condições ultrapassavam o limite humano: “[...] só podem sentir-se à vontade nessas habitações indivíduos desumanizados, degradados, fisicamente doentios e intelectual e moralmente reduzidos à bestialidade”. O autor, prospectivamente, busca nas relações sociais de produção a causa de tamanha degradação:

[...] os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis: cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco, e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida. (ENGELS, 2008, p. 68).

Assim, na relação entre proprietários e despossuídos dos meios de produção, na relação antagônica entre as classes fundamentais, as mazelas sempre recaem sobre a classe desfavorecida, o trabalhador.

Eis o que Engels (2008) afirma a esse respeito:

[...] lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa e não choque a burguesia. (ENGELS, 2008, p. 69).

Com o intuito de melhor exemplificar essas assertivas, reportamo-nos às descrições de Engels (2008, p. 85) acerca das condições objetivas dos trabalhadores no grande centro industrial do século XIX: Manchester, “[...] o tipo clássico da moderna cidade industrial”.

Engels (2008, p. 89), de antemão, afirma que comumente há uma expressiva cisão em cidades que são localizadas em grandes centros industriais: a parte mais desenvolvida e rica se destina a sediar as moradias burguesas, e a parte menos desenvolvida destina-se às moradias dos operários. É nesta que iremos nos deter, por ser nessas áreas que “[...] os bairros operários estão rigorosamente separados das partes das cidades reservadas à classe média [...]”. Assim,

[...] diremos que 350 mil operários de Manchester e arredores vivem quase todos em habitações miseráveis, úmidas e sujas; que a maioria das ruas pelas quais têm de passar se encontram num estado deplorável, extremamente sujas; essas vias foram abertas sem qualquer cuidado com a ventilação, sendo

a única preocupação o máximo lucro para o construtor [...]. (ENGELS, 2008, p. 105).

As habitações assim como a alimentação<sup>33</sup> e as vestimentas<sup>34</sup> são rebaixadas a um nível subumano, e a explicação para isso se encontra no cerne do desenvolvimento capitalista, em especial na fase aqui retratada, da indústria do século XIX. Observemos como o controle sobre o trabalhador, não apenas da sua objetividade, mas também da sua subjetividade, o leva a servir ao capital como fim último. Esse indivíduo é retirado das suas terras, é transformado em um trabalhador “livre como os pássaros” que necessita vender a sua força de trabalho para sobreviver e, dessa forma, é tratado como objeto, de maneira que tenha de se recolher em locais que normalmente seriam consideradas inabitáveis.

Para Engels (2008),

tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria [...] com o único objetivo de obter o maior lucro possível e com base no princípio de que, por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar por outro menos ruim. (ENGELS, 2008, p. 96).

Para aqueles que, tão empobrecidos, não podem pagar pelas habitações, por pior que possam ser, resta

[...] dormir em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos. Alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos bancos dos jardins [...]. (ENGELS, 2008, p. 75).

Diante de uma sociedade atomizada, que atribui ao trabalhador, nas condições retratadas, o encargo de prover suas necessidades, mas em contrapartida não lhes oferece os meios necessários para a sua sobrevivência digna, Engels (2008, p. 115) expõe: “qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente exposto ao perigo do

---

<sup>33</sup> “Os operários mais pobres, para sobreviver com o pouco que ganham, devem recorrer [...] a um artifício: como à meia-noite de sábado as mercearias têm de fechar e nada pode ser vendido no domingo, as sobras que se estragariam até segunda-feira de manhã são liquidadas [...] a preços irrisórios, embora nove décimos desses restos já não sejam comestíveis no domingo de manhã; precisamente essas sobras constituem o prato dominical da classe mais pobre, que as compra.” (ENGELS, 2008, p. 110).

<sup>34</sup> As roupas da esmagadora maioria dos operários estão em péssimas condições; os tecidos empregados em sua confecção são os menos apropriados, e o linho e a lã quase desaparecem do vestuário de homens e mulheres, substituídos pelo algodão [...] todo o vestuário operário [...] é pouco adequado ao clima. (ENGELS, 2008, p. 112).

desemprego, que equivale a morrer de fome, e são muitos os que sucumbem”. Não é por acaso que o trabalho alcança a sua maior degradação sob a regência do capital; assim as relações que derivam da degradação do trabalho e que permeiam a lógica da sociabilidade burguesa são relações que mortificam o ser.

A partir das reflexões trazidas por Marx (2006) estão expostos os elementos que possibilitam um contexto propício ao cometimento do suicídio relacionado ao trabalho nos moldes do capitalismo:

Quando se veem a forma leviana com que as instituições [...] dispõem do sangue e da vida dos povos, a forma como distribuem a justiça civilizada com um rico material de prisões, de castigo e de instrumentos de suplício para a sanção de seus desígnios incertos; quando se vê a quantidade incrível de classes que, por todos os lados, são abandonadas na miséria, e os párias sociais, que são golpeados com um desprezo brutal e preventivo, talvez para dispensar-se do incômodo de ter que arrancá-los da sua sujeira; quando se vê tudo isso, então não se entende com que direito se poderia exigir do indivíduo que ele preserve em si mesmo uma existência. (MARX, 2006, p. 26-7).

Nesse sentido, nos aproximamos das causas que suscitam o trabalhador a cometer suicídio:

Entre as causas do suicídio, está muito frequentemente a exoneração de funcionários, a recusa de trabalho, a súbita queda dos salários, em consequência de que as famílias não obtinham os meios necessários para viver, tanto mais que a maioria delas ganha apenas para comer. (MARX, 2006, p. 48).

Vejamos de forma mais concreta essa conexão na descrição do que Engels (2008) classifica de “assassinato social”:

Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é impossível subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso a mantém [...]. (ENGELS, 2008, p. 135-6).

Podemos ainda acrescentar que a sociedade “[...] pôs os operários numa situação tal que não podem conservar a saúde nem viver muito tempo; que ela, pouco a pouco,

debilita a vida desses operários, levando-os ao túmulo prematuramente” (ENGELS, 2008, p. 136).

No tocante às características industriais do século XIX, Engels expõe alguns dados sobre a mortalidade derivada da alta exploração do trabalho:

[...] a mortalidade é ainda mais alta nas cidades da Escócia: em Edimburgo, em 1838-1839, chegou a 1 óbito para cada 29 habitantes e, em 1831, somente na cidade velha, 1 para 22. Já em Glasgow [...] a média é de 1 para 30 desde 1830 e, em certos anos, de 1 para 22 ou 24. (ENGELS, 2008, p. 145).

Diante do conjunto de elementos expostos e articulados de forma dialética, foi possível verificar as relações que culminaram na degradação do ser, da sua subjetividade e do trabalho, e como o capitalismo potencializa a degradação. Nessa direção, o suicídio é um fenômeno que assume um perfil singular diante do desenvolvimento capitalista, pois, como exposto por Marx (2006, p. 25), “[...] o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas [...]. Está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios [...]”.

Torna-se relevante, novamente, ressaltar que o suicídio focado nesta dissertação não se refere ao fenômeno em sua amplitude generalizada, mas àquele derivado de uma intrínseca exploração do trabalho nos moldes da sociedade capitalista, esta que tem por objetivo último a acumulação e a expansão dos lucros, não importando a necessidade humano-genérica, como assevera Paniago (2012):

O capital [...] constitui um sistema socio-reprodutivo orientado pela expansão e guiado pela acumulação, e encontra nesses determinantes sua própria razão de ser. Qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva deve ser removido, independentemente dos recursos empregados e das consequências desencadeadas. (PANIAGO, 2012, p. 129).

De acordo com Mészáros (2003, p. 97), “[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressivo tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento [...]”. O autor complementa tal assertiva, reforçando o permanente controle do capital sobre o trabalho como meio de manutenção do seu sociometabolismo: “[...] as verdadeiras premissas de seu modo de funcionamento contínuo devem ser organizadas de modo que garantam a subordinação permanente do trabalho ao capital” (MÉSZÁROS, 2003, p. 217).

Marx (2006) assegura que vivemos em uma sociedade em que:

Cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosa, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio. (MARX, 2006, p. 16).

A natureza desumana do capitalismo fere os indivíduos em suas diversas origens, e a “classificação das causas do suicídio é uma classificação dos males da sociedade burguesa moderna [...]” (MARX, 2006, p. 16). Pode-se verificar tal relação através dos baixos salários, do desemprego, da miséria, do controle etc. Marx (2006, p. 24) expõe que se pode constatar um índice maior de suicídio quando uma deflagração de crise econômica chega a alcançar um caráter epidêmico: “[...] na época da paralisação e das crises da indústria, em temporada de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico”. Por meio de tais inferências, evidencia-se, mais uma vez, o cariz destrutivo do modo de produção capitalista.

### **3 ORGANIZAÇÕES DO TRABALHO DO SÉCULO XX E XXI E SUA INFLUÊNCIA NO SUICÍDIO DO TRABALHADOR**

No presente capítulo, o foco se dará nas transformações societárias em curso desde o século XX (3.1), nas crises inerentes ao capitalismo e como este gera estratégias para a resolução da sua contradição (crises), entre elas o fordismo e toyotismo (3.2). Torna-se visível, no contexto das atuais organizações do trabalho, o padecimento físico e principalmente mental dos trabalhadores, especialmente com o toyotismo. Trata-se do desenvolvimento do que chamamos de nova fábrica de suicídios (3.3).

#### **3.1 A organização fordista e as mudanças na esfera do trabalho no século XX**

As mudanças que vêm ocorrendo no modo de produção capitalista desde o século XX, no que diz respeito a sua dimensão tanto econômica como extraeconômica, têm gerado um significativo prejuízo para a classe trabalhadora. Toma-se o fordismo como marco referencial do século XX, por seu significativo impacto para a classe trabalhadora, acarretando o desenvolvimento de novos mecanismos de controle da força de trabalho.

Os novos mecanismos de controle da força de trabalho inaugurados pelo fordismo têm como base os ideais da administração científica criada por Frederick Taylor. É essencial salientar que antes da emergência do taylorismo e do fordismo, a produção era organizada de forma empírica, como expõe Huberman (1984, p. 189-90) ao retratar a rotina dos trabalhadores nos seus ambientes de trabalho no século XIX, lugares onde “[...] a dificuldade maior foi adaptar-se à disciplina da fábrica. Começar numa hora determinada, parar noutra, começar novamente, manter o ritmo dos movimentos da máquina [...]”.

Conforme Heloani (2011, p. 10), “antes da difusão do taylorismo [...] a produção estava organizada em regime de contrato, o que significa que o produto final seria tecnicamente dividido em partes e cada parte seria entregue a um contratante”, acarretando vultosos custos de produção ao capitalista.

Visando padronizar a produção, reduzir os custos e aumentar a produtividade, Frederick Taylor inaugura o chamado taylorismo. Propõe uma administração científica representada pelas atividades de gerenciamento, estimulando a maior intensidade de



trabalho através da modelização da subjetividade dos trabalhadores, “[...] em especial a atenção e a percepção” (HELOANI, 2011, p. 29), seguindo basicamente quatro elementos:

Primeiro – O desenvolvimento (pela direção e não pelo operário) da ciência de assentar tijolos, com normas rígidas para o movimento de cada homem, aperfeiçoamento e padronização de todas as ferramentas e condições de trabalho.

Segundo – A seleção cuidadosa e o subsequente treinamento dos pedreiros entre os trabalhadores de primeira ordem, com a eliminação de todos os homens que se recusam a adotar os novos métodos, ou são incapazes de segui-los.

Terceiro – A adaptação dos pedreiros de primeira ordem à ciência de assentar tijolos, pela constante ajuda e vigilância da direção, que pagará, a cada homem, bonificação diária pelo trabalho de fazer depressa e de acordo com instruções.

Quarto – A divisão equitativa do trabalho e responsabilidade entre o operário e a direção. No curso do dia, a direção trabalha lado a lado com os operários, a fim de ajudá-los, encorajá-los e aplainar-lhes o caminho, enquanto no passado, ao contrário, a direção permanecia de lado, proporcionava-lhes pouco auxílio e sobrecarregava-os com quase toda a responsabilidade quanto aos métodos, uso dos instrumentos, velocidade e cooperação. (TAYLOR, 1970, p. 83 *apud* HELOANI, 2011, p. 29).

As atividades da administração científica propostas por Taylor objetivavam alcançar uma maior produtividade e lucratividade através da maior exploração da força de trabalho; “[...] embora se concentre na esfera da reprodução social, atende funcionalmente à produção quando torna a força de trabalho mais eficiente e menos resistente à subordinação do capital, contribuindo para o processo de acumulação do capital” (SOUZA, 2011, p. 90).

A administração científica, basilar para o fordismo, concentrava-se também na redução do absenteísmo, no estudo de controle de tempos e movimentos e na modernização da divisão do trabalho, colocando de um lado os trabalhadores da produção e, do outro, os supervisores. Nesse caso, a gerência passa a deter o domínio das decisões sobre a produção e sobre o processo de trabalho.

Sob esses ideais da administração científica inaugurada por Taylor, em meados do século XX emerge o fordismo, como um forte meio de controle sobre o trabalho; “a distinção entre ambos é que, nos anos 30/40, exigem-se formas de controle de traços mais ideológicos” (SOUZA, 2011, p. 91).

Todavia, tal modelo de produção não foi imediatamente posto em vigor devido às condições desfavoráveis da época:

[...] houve impedimentos com relação à sua disseminação nos anos entreguerras, pois o fordismo exigia do trabalhador uma longa jornada. Trata-se de um trabalho rotinizado, de poucas habilidades manuais; o trabalhador tinha poucas informações sobre o projeto. Estas condicionalidades promoviam uma alta rotatividade [...]. Uma segunda barreira enfrentada pelo fordismo com relação à sua efetivação residia na incapacidade do capitalismo de regular as condições essenciais de sua própria reprodução, o que exigia uma intervenção estatal para conceber um novo modo de regulação e atender aos requisitos da produção fordista. (ANDRADE; SILVA, 2010, p. 5).

O período fordista inicia-se de fato na pós-crise de 1929<sup>35</sup>, crise esta que, segundo Mészáros (2003), se apresentou como cíclica, o que não reduz o seu impacto devastador sobre a esfera do trabalho e sobre a economia.

Para a generalização do modelo fordista, o Estado teve um papel fundamental, com intervenções estratégicas para recuperar os índices de lucratividade do capital:

[...] a passagem do século XIX para o XX marca a transição: a) do *estágio concorrencial* do capitalismo (em que existe um relativo equilíbrio no patrimônio, na tecnologia e na capacidade de produção e comercialização entre as indústrias concorrentes) para a *fase monopolista* (com o controle de certas indústrias que passam a comandar a produção e comercialização, eliminando ou controlando a concorrência); b) da hegemonia mundial inglesa para a hegemonia imperialista *norte-americana*, num contexto de profundas crises (ex.: 1887, 1929); e c) de fortes *lutas de classe* [...]. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 149).

Para amortecer a crise de 1929, o padrão de acumulação e regulação do capital foi alterado visando reverter o quadro de baixo lucro e dos conflitos sociais, a fim de alcançar maiores taxas de lucratividade, bem como garantir a vigência do capital. Para combater a crise, adota-se o fordismo/keynesianismo, sob a influência de Keynes<sup>36</sup> na esfera da política, e de Taylor no âmbito da economia. O modelo de produção fordista

---

<sup>35</sup> “[...] a Grande Depressão, iniciada nos Estados Unidos. Na década de 1920, centenas de milhares de norte-americanos haviam comprado títulos a créditos; essa onda de aquisições provocou um aumento nos preços das ações muito superior ao real. Em fins de 1929, o mercado de ações foi atingido por uma onda de vendas por pânico, e os preços rebaixaram violentamente. Dentro de poucas semanas, o valor das ações relacionadas na Bolsa de Nova Iorque caiu em cerca de 26 bilhões de dólares. Uma terrível reação em cadeia seguiu-se nos anos subsequentes. As empresas reduziram a produção, e o desemprego aumentou. Agricultores incapazes de resgatar suas hipotecas perderam suas terras: bancos que haviam feito maus investimentos tiveram de cerrar as portas. Os investimentos norte-americanos retiraram o capital que haviam empregado na Europa, provocando falências de empresas e bancos europeus. Em todo o mundo, o movimento comercial diminuiu e o desemprego aumentou.” (PERRY, 1999, p. 585-6).

<sup>36</sup> “Keynes escreve *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* [...] substitui a ‘mão invisível do mercado’ (de Adam Smith) e o *laissez-faire* (do pensamento liberal clássico) pela regulação estatal do mercado, pela intervenção do estado na economia [...] gerando mais empregos e maior renda, e impulsionando o consumo.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 57).

inaugura uma nova fase do capitalismo que fora denominado monopolista, caracterizando-se pela concentração do capital<sup>37</sup>, sob o poder de poucos capitalistas.

Com este novo modelo de produção, a economia sofreu vários impactos, entre eles a redução dos custos da produção para garantir uma maior produtividade e alavancar os lucros, a partir de estratégias que originaram “[...] um processo produtivo de crescente quantidade de mercadorias padronizadas numa linha de montagem, ampliando o investimento geral, mas diminuindo os custos da produção” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 158), para atender às necessidades de recuperação dos lucros das indústrias, além de introduzir novas tecnologias para oferecer suporte à produção em massa.

Assim, na dimensão produtiva, é adotado um novo modelo de gerenciamento e organização, que segue aspectos de coerção e coibição da classe trabalhadora, na dimensão objetiva e, em certo grau, subjetiva, em função dos interesses da acumulação capitalista. A sua estratégia de controle se dava por meio do “[...] controle sobre a vida do indivíduo no que se refere às questões familiares, à probidade moral e à sexualidade” (SOUZA, 2011, p. 91) e tinha como proposta “[...] um novo padrão de conduta do trabalhador, que articula os novos métodos de trabalho [...] ligados a determinado modo de viver, de pensar e sentir a vida [...]” (GRAMSCI, 1988, p. 396 *apud* SOUZA, 2011, p. 91). Como forma de contribuir no aumento do controle da força de trabalho houve “[...] a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima)” (ALVES, 2011, p. 99).

O poder de controle do modelo de produção fordista sobre o trabalhador se expressava em especial pela

[...] elevação dos ritmos e tempos de trabalho pelo cronômetro voltado para garantir a produtividade, diminuir os custos de produção, destituir do trabalhador o controle sobre o processo produtivo, dirimir os conflitos entre trabalhadores e ampliar a extração do sobretrabalho. (ALVES, 2011, p. 90).

---

<sup>37</sup> Ocorre a partir da fusão de grandes empresas, a fim de eliminar a concorrência, garantir o domínio de mercado e aumentar os lucros. “Essa organização – na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado – comporta níveis e formas diferenciados que vão deste o ‘acordo de cavalheiros’ à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e o truste” (NETTO, 2008, p. 16).

Mediante as estratégias fordistas, o controle do capital sobre o trabalho aumentava de forma exponencial, produzindo trabalhadores mais submissos às necessidades do capital:

As formas de controle fordista contribuem para produzir sujeitos mais submissos às regras de consumo, à probidade moral, ao lazer orientado e à aceitação de que a expansão da produtividade capitalista era compatível com as necessidades individuais e sociais da classe trabalhadora. (SOUZA, 2011, p. 91).

Na fábrica do tipo fordista surge também o trabalhador especializado. Devido à padronização dos produtos, estes trabalhadores tiveram de se adaptar aos ritmos das máquinas, tornando-se especialistas em determinada função. Com isso ocorre a substituição do trabalhador qualificado, que detinha o conhecimento de todo o processo produtivo, pelo trabalhador especializado, que executa apenas uma tarefa mecânica, padronizada e repetitiva. Este trabalhador possui o conhecimento específico de determinada função. O trabalhador, ao ser substituído pela máquina, reafirma sua posição de submissão, ou como Marx (1988b) assevera, houve a ampliação da subsunção real deste trabalhador, que perde plenamente o domínio do processo produtivo e se submete ao capital.

O modelo fordista não expressava apenas uma maior espoliação da força de trabalho por meio de seus métodos, mas também uma imposição ideológica como a do “cidadão fordista”. Essa imposição é constatada na ideologia do *american way of life* ou “americanismo” por um viés que abrange o consumo em massa, a transformação do automóvel e outros bens de luxo em mercadorias populares. Como expressão do seu tempo, Ford “[...] eliminou a identificação do automóvel como símbolo de *status* econômico e transformou a linha de montagem em uma manifestação do progresso exemplar norte-americano, se não da própria civilização. Automóvel, mercado, consumo e cidadania” (ALVES, 2011, p. 98).

Por meio de suas diversas estratégias, o fordismo acarretou um potencial prejuízo não apenas à subjetividade do trabalhador, mas à sua saúde, seja ela física ou mental. As realizações profissionais e pessoais são reduzidas ao atendimento das necessidades do capital e as necessidades do trabalhador se tornam residuais.

Numerosos casos pessoais mostram que certos trabalhadores, desgastados por problemas pessoais, familiares e materiais, entregam-se brutalmente a uma

cadência desenfreada para esquecer as dificuldades durante o tempo de trabalho. Ao contrário, outros só sobrevivem ao trabalho repetitivo graças à autonomia mental que eles conseguem conservar, mesmo na fábrica. (DEJOURS, 2000, p. 44).

Segundo Dejours (2000), atribuir as sequelas do trabalho apenas a problemas de saúde física devido às condições de trabalho que exploram a vitalidade do corpo é um equívoco, pois a exploração do trabalho vai muito além do adoecimento decorrente do trabalho.

Acrescenta Dejours (2000):

[...] revisar o ponto de vista segundo o qual a exploração teria por alvo, diretamente, o corpo. E inverter a problemática, insistindo nas mediações em jogo no exercício das exigências corporais. Tudo se daria como se as condições de trabalho nocivas só atingissem o corpo após tê-lo **submetido, domesticado e adestrado** como a um cavalo de tração. Docilidade que [...] depende de uma estratégia inicialmente concernente ao **aparelho mental, para dele anular as resistências** que ele opõe, espontaneamente, à exploração. (DEJOURS, 2000, p. 21, **grifos nossos**).

Como dito anteriormente, o trabalho se expande para as relações fora do ambiente fabril, o qual atinge cada vez mais a vida cotidiana do trabalhador, pois esta é indissociável da vida profissional. De fato, “é o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho, e fora da fábrica, ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça” (DEJOURS, 2000, p. 46).

Por ser indissociável desta realidade, o trabalhador

[...] mantém ativamente, fora do trabalho e durante os dias de folga, um programa onde as atividades e o repouso são verdadeiramente comandados pelo cronômetro. Assim, ele conserva presente a preocupação ininterrupta do tempo permitido a cada gesto, uma espécie de vigilância permanente para não deixar apagar o condicionamento mental do comportamento produtivo. (DEJOURS, 2000, p. 47).

O capital busca ampliar a produtividade intensificando as formas de extração do sobretrabalho. Tal exploração se acentua com a adoção da maquinaria que subsumiu ainda mais os trabalhadores, enquanto se preserva essencialmente a forma do trabalho alienado. Com os avanços tecnológicos, as formas de exploração também se adaptaram às novas formas de produção e organização do trabalho, como explicitado ao caracterizarmos o modelo fordista e suas consequências para o trabalhador.

Infelizmente, na trajetória histórica de ascensão e generalização do modelo de produção fordista, não foi possível encontrar índices, ainda que incipientes,

relacionados à crescente exploração do trabalho com o suicídio. Todavia, podemos apontar que os métodos de coerção e coibição (de controle), especialmente do modelamento da subjetividade do trabalhador por meio dos aspectos ideológicos que anulavam a resistência do trabalhador, são elementos relevantes para indicar uma possível expressão do fenômeno (suicídio) relacionado com o fordismo, pois, segundo Marx (2006, p. 15-6), “[...] o suicídio é significativo sobretudo como sintoma de uma sociedade doente, que necessita de uma transformação radical”.

Prosseguiremos a discussão a partir da crise estrutural do capital e da adoção do toyotismo e do neoliberalismo, abordando as transformações atuais na esfera do trabalho que têm impactado de forma significativa a vitalidade do trabalhador.

### **3.2 A crise estrutural e o advento do neoliberalismo: uma conjuntura consentânea para a emergência de uma nova organização do trabalho**

A partir da década de 1970, o capitalismo vivencia uma de suas maiores crises, que perdura até a atualidade. Alguns autores, como Antunes (2002), apontam traços evidentes dessa crise, como a queda da taxa de lucro devido ao aumento do preço da força de trabalho e a intensificação das lutas sociais dos anos 1960, que tem como objetivo o controle da produção. Isto tudo propiciou a redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro. Outro traço referido pelo autor é o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, como também o fim do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e dos seus mecanismos de funcionamento, o que desencadeou a crise fiscal do Estado e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado, acarretando o incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Segundo Netto e Braz (2008), a crise de 1970 representou o esgotamento da “onda longa expansiva”, possuindo como relevância dois elementos: o colapso do ordenamento financeiro mundial com a desvalorização do dólar e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Já Mézáros (2003) tem um pensamento diferenciado sobre a crise, quando comparado aos autores expostos. Afirma que a atual crise se mostra distinta das crises

anteriores e denomina-a de crise estrutural<sup>38</sup>, pois, ao contrário das crises cíclicas notadas periodicamente no movimento de expansão do capitalismo, não afetou apenas um ramo da produção ou se concentrou apenas em uma territorialidade, mas impactou todo o globo, toda a esfera da produção. Por isso, “[...] a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação geral” (MÉSZÁROS, 2003, p. 800); “[...] sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital” (MÉSZÁROS, 2003, p. 796).

As crises “[...] são constitutivas do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 157). Assim, como o modo de produção capitalista não pode ser superado,

[...] não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises. (MÉSZÁROS, 2003, p. 795).

O capitalismo usa como estratégia para amortecer a sua própria contradição (a crise) uma recomposição na produção, uma ampla reestruturação produtiva<sup>39</sup> como meio de mediar seu auge de crescimento, impondo um novo padrão de acumulação capitalista e iniciando uma ampliação cada vez mais crescente no cenário de miserabilidade da força de trabalho. Porém, o novo auge de crescimento, pensado a partir da reestruturação produtiva como meio de alcançar crescentes índices nas taxas de

---

<sup>38</sup>A crise estrutural do capitalismo que ainda ressoa nas crises cíclicas da atualidade possui os principais aspectos: 1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não aquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como forma todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente emprenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2003, p. 795-6).

<sup>39</sup> O modo de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia [...] denomina-se reestruturação produtiva, em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequada as autovalorização do valor. (ALVES, 2011, p. 33).

lucros, já não é mais possível; como também seu horizonte civilizador míngua de forma intensa, acarretando uma verdadeira barbárie social.

Conforme Mészáros (2003):

O mais provável é [...] continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa “reversão positiva”, no devido tempo, de determinantes meramente cíclicos da crise atual do capital. (MÉSZÁROS, 2003, p. 810).

Como forma de legitimar as novas transformações no mundo do trabalho, derivadas da crise estrutural do capital, o Estado intervém, novamente, como um instrumento de organização da economia, garantindo a manutenção e a reprodução do capital. Marx e Engels (2008) asseveram que o Estado é o comitê executivo da burguesia, agindo para legitimar as formas de exploração da classe trabalhadora, pois “[...] a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta ao exercício da tirania nos locais de trabalho” (MÉSZÁROS, 2003, p. 107). Antunes (2002, p. 32) acresce que “esse período caracterizou-se também [...] por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora [...]”.

Torna-se relevante elucidar que o Estado, enquanto legitimador das relações de exploração do trabalho, é um produto da sociedade, ou seja, não é “[...] um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel” (ENGELS, 2012, p. 191). Dessa forma, o Estado nada mais é do que uma instituição histórico-social, um produto da sociedade, expressando uma relação de dependência ontológica dele mesmo para com a sociedade.

Marx (2010, p.65) afirma que “o Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade”, isto é, o Estado surge para administrar os antagonismos, sempre em favor da classe dominante, para que “[...] essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril [...]” (ENGELS, 2012, p. 191).

De acordo com Engels (2012), o Estado tem como função social amortecer os conflitos entre as classes. Marx (2010) observa que não cabe ao Estado eliminar os males sociais, mas administrá-los; “o Estado não pode eliminar a contradição entre a



função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios de possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, já que repousa sobre essa contradição” (MARX, 2010, p. 66).

Podemos também incluir como parte de suas funções a proteção da propriedade privada e a repressão, pois o Estado “é a organização da classe dominante em poder político. Tal poder apenas pode existir apoiando-se em um conjunto de instrumentos repressivos (exército, polícia, sistema penitenciário, funcionalismo público, leis etc.)” (LESSA; TONET, 2011, p. 56).

Logo, em momentos de crise econômica, o Estado intervém a fim de garantir a manutenção e a reprodução da lógica do capital; “[...] o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como administrador dos ciclos de crise” (NETTO, 1996, p. 22). Com efeito, ao passo que a sociedade capitalista se desenvolve, o Estado burguês é acionado para intervir socialmente, como estratégia para a manutenção dos interesses da burguesia.

Escreve Mészáros (2003):

Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção [...] e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandado pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem estas estruturas jurídicas, até os “microcosmos” do sistema capitalista [...] seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica. (MÉSZÁROS, 2003, p. 107-8).

Portanto, o Estado é um instrumento utilizado pela classe dominante para oprimir a classe dominada e, assim, manter-se no poder. Na sociedade do capital, chega-se ao ponto de o trabalhador não ter tempo para mais nada, exceto para o trabalho<sup>40</sup>. O seu trabalho não lhe dá prazer, pelo contrário, o separa da sua própria vida, tanto física quanto espiritual, não usufruindo da riqueza que produz, pois não tem acesso (de forma adequada) aos bens socialmente produzidos. Como anota Marx (2015), o trabalho na sociedade do capital faz com que o homem “[...] não se afirme, antes se negue, no seu trabalho, não se sinta bem, mas desgraçado; não desenvolva qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifique o seu físico e arruíne o seu espírito” (MARX, 2015, p. 308).

---

<sup>40</sup> Abstrato, gerador de mais-valia.

Ademais, o Estado realiza constantemente ajustamentos para que o capital tenha espaço de se desenvolver, de se expandir, administrando os conflitos de classes e tudo quanto venha a se tornar uma ameaça à sua reprodução.

De acordo com Mészáros (2003):

O Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isso que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. [...] O princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas, [...] é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente. (MÉSZÁROS, 2003, p. 121).

O Estado, como comando político do capital, atua de maneiras diferenciadas, mantendo sua função social, administrando as contradições estruturais do capital de acordo com as suas necessidades. Os ciclos da economia capitalista entre recessão e expansão são determinantes para a forma de atuação do Estado.

A estratégia que o capitalismo encontrou para amortecer a sua própria contradição (a crise) e viabilizar seu processo de acumulação e expansão<sup>41</sup>, em especial na contemporaneidade, foi um redimensionamento do Estado moderno a partir da emergência de um novo projeto político e econômico que configurou suas funções, denominadas agora como neoliberalismo.

Em decorrência da crise estrutural do capital, ressurgiu a vertente liberal, configurada na teoria neoliberal<sup>42</sup>. Porém, as ideias neoliberais só começaram a ser executadas a partir do declínio do Estado interventor, em decorrência da crise estrutural de 1970.

Teixeira (1998, p.195) afirma que o neoliberalismo se expressou como “uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado, que passou a se constituir, desde então, na principal força estruturadora do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social”. Os neoliberais consideravam essa intervenção como a principal causa da crise do sistema capitalista e

---

<sup>41</sup> “[...] Expansão e acumulação, portanto, apresentam-se como as leis do sistema capitalista. Leis que regem a estrutura metabólica deste sistema em seu contínuo processo de reprodução.” (SOBRINHO et al., 2010, p. 75).

<sup>42</sup> O neoliberalismo surgiu após a Segunda Guerra, como uma reação teórica ao Estado intervencionista, baseado nas premissas de Friedrich Hayek, que publicou uma obra denominada “O Caminho da Servidão”, em 1944. Além desta obra pode-se considerar também como marco inicial de tal perspectiva o livro de Popper intitulado “A sociedade Aberta e seus Inimigos”, de 1945.

passaram a combater qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado. Dessa forma, eles retomam a tese do liberalismo clássico de que “o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política” (Teixeira, 1998, p.195).

Sua implantação se iniciou como experimento em 1970 no Chile<sup>43</sup>. Posteriormente, em 1979, é adotado pela Inglaterra no governo de Margareth Thatcher, e em 1980 nos Estados Unidos da América. Posteriormente, alcançou horizontes intercontinentais. Este modelo econômico e político traz, em si, segundo Behring (2007), seis princípios: 1 - um Estado forte para romper com o sindicalismo e controlar a moeda; 2 - cortes em gastos sociais e redução na regulamentação da economia; 3 - busca pela estabilidade monetária; 4 - disciplina orçamentária para controlar os gastos e restaurar uma taxa natural de desemprego; 5 - o Estado terá de viabilizar uma reforma fiscal que beneficie o mercado; 6 - flexibilização dos direitos sociais.

Behring e Boschetti (2010, p. 102) expõem, usando como modelo a Inglaterra, como o projeto neoliberal se desenvolve: “elevaram-se as taxas de juros, aboliu-se o controle sobre os fluxos financeiros, criaram-se níveis de desemprego maciço, enfraqueceram-se as greves, aprovaram-se legislações antissindicais, realizaram-se cortes nos gastos sociais e instituiu-se um amplo programa de privatização”.

O impacto das medidas neoliberais também se mostra expressivo na dimensão do trabalho, especialmente com o advento da reestruturação produtiva e as mudanças na organização do trabalho. Com isso, houve importantes reconfigurações, identificadas por meio do desemprego de longa duração, da precarização das relações de trabalho, da ampliação de oferta de empregos intermitentes em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos.

Assim, a taxa de desemprego, de acordo com Navarro, citado por Behring e Boschetti (2010), chegou a 7,4% nos países da OCDE<sup>44</sup> (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a 7,9% na União Europeia no período de 1980-1990, o que é confirmado por Anderson (1995, p. 16-7): “[...] com a recessão dos

---

<sup>43</sup> A respeito da ofensiva neoliberal na América Latina, Anderson (1995, p. 195) esclarece: “[...] a América Latina [...] hoje em dia se converte na terceira grande cena de experimentações neoliberais. [...] Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet [...]. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra.”.

<sup>44</sup> Organização internacional composta por 34 países que promovem os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. Entre os países que fazem parte da organização estão: Japão, Estados Unidos, Austrália, Alemanha e Espanha.

primeiros anos da década de 90, todos os índices econômicos tornaram-se muito sombrios nos países da OCDE, onde, presentemente, há cerca de 38 milhões de desempregados, aproximadamente duas vezes a população total da Escandinávia”.

Na particularidade brasileira, as consequências não foram distintas, segundo Pochmann (2006):

O Brasil, em 2002, ocupou o quarto lugar no *ranking* mundial de desemprego, apenas abaixo da Índia, Indonésia e Rússia no quesito total de desempregados. O país era responsável por 3,1% da força de trabalho mundial e recebia 6,6% do desemprego [...]. Neste início de século XXI, o país ainda pertence ao grupo com maior quantidade de desempregados no mundo. Ademais, o desemprego continuou crescente, absorvendo parcelas da força de trabalho nacional [...] até o final da década de 1980. Conforme as estatísticas oficiais, o desemprego era relativamente baixo no Brasil. A partir de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e procurando por um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo com qualquer período de tempo anterior. (POCHMANN, 2006, p. 60-61).

Em dados atualizados, segundo o IBGE (2017a), a taxa média anual de desemprego no Brasil subiu em 2017, tornando-se um referencial histórico, já que não se tem uma elevação tão substancial da taxa média anual de desemprego desde 2012. A porcentagem chegou a 11,5% em 2016 e em 2017 foi elevada para 12,7%, alcançando o pico no primeiro trimestre de 2017 (13,7%). Se compararmos 2014, ano em que houve uma média de 6,8%, o que equivale a 6,5 milhões de desempregados, com 2017, quando a média foi de 12,7%, equivalendo a 13,2 milhões de desempregados, veremos que ocorre um salto de quase 96,2% a mais no número de desempregados.

Já quanto à taxa de acumulação de capitais, o projeto neoliberal se revela também como ineficiente. Segundo Anderson (1995, p. 16), “no conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 1960, de 3,6% nos anos 1970, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente”.

As refrações da ofensiva neoliberal para a classe trabalhadora mostram-se devastadoras; “do ponto de vista social, atesta-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo” (BEHRING, 2007, p. 26). Com o projeto neoliberal, a reestruturação do capital alcançou outro patamar, com a difusão de um novo modelo de organização social do trabalho.

O projeto neoliberal ocorre através da vigência de políticas que propiciaram condições favoráveis à adaptação diferenciada de elementos do toyotismo no Ocidente (privatização, desregulamentação e flexibilização), sendo o processo de reestruturação produtiva do capital sua base material. (ANTUNES, 2010, p. 25).

Com base nos dados mencionados, o novo padrão de acumulação capitalista, conhecido como acumulação flexível ou toyotismo<sup>45</sup>, desencadeou prejuízos imensuráveis à classe trabalhadora, no que concerne ao controle da produção e à subjetividade do trabalhador, intensificando ainda mais a produção por meio de suas diversas estratégias de gerenciamento<sup>46</sup> visando à intensificação do trabalho, em que a subjetividade do trabalhador sofre uma aguda espoliação.

O toyotismo [...] por meio da recomposição da linha de produção, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura “capturar” o pensamento do trabalhador, operário ou empregado, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias [...]. Sob o toyotismo, o trabalhador pensa e é obrigado a pensar muito mais, mas colocando a inteligência humana a serviço do capital. (ALVES, 2011, p. 112).

Assim, esta organização do trabalho desarticula, precariza e debilita cada vez mais as relações de trabalho, fazendo com que o trabalho fique cada vez mais subsumido aos interesses do capital:

O toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. Ele é um dispositivo organizacional e ideológico cuja *intentio recta* é buscar debilitar (e anular) ou negar o caráter antagonístico do trabalho vivo no seio da produção do capital. Por isso, a construção do toyotismo é decorrente (ou é resultado sócio-histórico) de um processo de intensa luta de classe, em que ocorrem importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social do trabalho. (ALVES, 2011, p. 60).

O novo padrão organizacional vai assumir espaços globalmente. Seu modelo gerencial, assim como todas as sequelas inerentes a ele, irá ocupar cada regionalidade, cada fase da produção, cada espaço sociolaborativo, pois “[...] todo empreendimento capitalista tende hoje a ser coagido pela concorrência a adotar procedimentos técnico-

---

<sup>45</sup> “O toyotismo é a ideologia orgânica do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias.” (ALVES, 2011, p. 43).

<sup>46</sup> Círculos de Controle de Qualidade; Kanban/Just in Time, Total Quality Control, Kaizen, 5Ss (Seiri, Seiton, Seiso, Seiketsu e Shitisuke), Total Productive Maintenance, administração by stress, bypanopticum etc.

organizacionais oriundos da matriz ideológico-valorativa toyotista” (ALVES, 2011, p. 43). Assim, os empreendimentos capitalistas são estimulados pelo acirramento cada vez maior da acumulação e expansão do capital, expresso pelo poder da concorrência econômica. Dessa maneira, cada empresa ou adere às novas configurações da reestruturação produtiva ou ficará no ostracismo.

O preço da manutenção da crescente acumulação capitalista recai mais uma vez sobre a classe trabalhadora, tendo como consequência do aumento da produtividade e do maior investimento tecnológico, a agudização da exploração e o maior controle da sua força de trabalho. Segue-se a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, além da ampliação da massa de desempregados e desassistidos socialmente, resultando no aumento do exército industrial de reserva.

Os trabalhadores que ainda permanecem empregados exercem diversas funções, tornando-se polivalentes em sua maioria por vínculos empregatícios precários<sup>47</sup>. Isto implica sérias consequências para a esfera da subjetividade do trabalhador, tendo como consequência o enfraquecimento da sua consciência de classe, promovendo um encaixe perfeito com a tendência neoliberal. Desse modo, “a ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária” (NETTO, 1995, p. 32).

Neste quadro de insegurança<sup>48</sup>, os trabalhadores tornam-se ainda mais subordinados ao capital e não conseguem lidar com as sobrecargas e cobranças, entre outros processos presentes nos ambientes de trabalho que deixam o trabalhador fragilizado (tanto física quanto mentalmente).

Estabelece-se, portanto, um cenário de barbárie social:

[...] a nova era de barbárie social se caracteriza pela reestruturação produtiva do capital sob o espírito do toyotismo. Exacerba-se o contraste entre racionalização intraempresa capitalista sob a lógica do trabalho flexível e irracionalidade social com a disseminação do desemprego de longa duração e a precarização estrutural do trabalho. Na medida em que o capitalismo global

<sup>47</sup> “[...] ampliando a terceirização e as redes de subcontratação. O espírito do toyotismo impulsiona o aumento da utilização da terceirização e do trabalho por encomenda, ou ainda, das formas marginais de trabalho: trabalho em domicílio, trabalho clandestino. Enfim, a ‘externalização’ de uma parte do pessoal realiza-se por meio do apelo à mão de obra temporária [...]” (ALVES, 2011, p. 48-9).

<sup>48</sup> “[...] a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho [...]. Pode ser percebida ainda, no dia a dia da atividade laboral, diante da forte sensação de que o tempo foi comprimido; ou também na clara densificação da jornada de trabalho, na qual todos se desdobram para executar sozinhos o que antes era feito por dois ou mais trabalhadores. Além disso, é visível por meio dos bancos de dias e horas, que ajustam a jornada às demandas flexíveis do mercado, assim como através da instituição de uma parcela variável do salário subordinada ao cumprimento de metas de produção e “qualidade”, entre outras formas e manifestação.” (PRAUN, 2014, p. 125).

é a etapa superior do capitalismo manipulatório, acirra-se o processo de dessocialização do proletariado desterritorializado pela nova precariedade salarial, com impactos importantes na consciência de classe. Nesse caso, o poder da ideologia e a intensificação do fetichismo da mercadoria devido à vigência do mercado na estruturação social compõem um cenário qualitativamente novo de desefetivação do ser genérico do homem. (ALVES, 2011, s/p).

Percebem-se as razões pelas quais o trabalhador sofre sucessivamente intensos desgastes físicos e mentais, pois suas necessidades básicas, sejam fisiológicas ou psicológicas, submetem-se à aceleração do processo produtivo de valorização do capital. O toyotismo, como parte desse processo, expressa na materialidade a intensificação do processo de adoecimento do trabalhador através de sua estratégia primordial da captura da subjetividade do trabalho vivo.

Como relata Alves (2011):

Sob o toyotismo, o homem produtivo é instigado a pensar demais, mas de acordo com a racionalidade instrumental do capital. O cérebro dos operários e dos empregados não está mais livre [...]. Deve-se combater nos locais de trabalho e nas instâncias de reprodução social o pensamento crítico ou aquilo que Gramsci tratou como “um curso de pensamentos poucos conformistas”. Incentivam-se habilidades cognitivo-comportamentais, proativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos. No plano linguístico-locucional, deve-se trocar a sintaxe da luta de classe pela sintaxe da concertação social. (ALVES, 2011, p. 65).

Diante da massiva exploração sobre o trabalhador, a tendência é que seu organismo se desgaste e apresente sinais de que algo está errado. Dejours (2000) esclarece que o próprio organismo irá gerar um mecanismo de defesa e que este mecanismo dará origem a vários transtornos mentais, como forma de somatização da massiva intensificação sob a força de trabalho, levando ao surgimento de depressão, neuroses, psicoses, diversos tipos de ansiedades, descompassos em geral etc.

Portanto, o trabalho sob os moldes do capitalismo não acarretará apenas o sofrimento físico e mental, mas vai além: induz ao suicídio do trabalhador como consequência da exploração do trabalho. O toyotismo é um intensificador dessa prática.

### **3.3 Toyotismo: a nova fábrica de suicídios**

Alves (2011) conceitua a atual reestruturação produtiva como o movimento que reorganiza a produção, possuindo como meta a obtenção crescente de lucros por meio

da mais-valia relativa<sup>49</sup>. Afirma: “o movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa denomina-se reestruturação produtiva, em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas à autovalorização do valor” (ALVES, 2011, p. 33).

De acordo com Marx (1988b):

A revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais-valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. (MARX, 1988b, p. 31).

Desse modo, “o movimento de posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa [...]” (ALVES, 2011, p. 33) influi no novo modelo de organização do trabalho, que terá no desenvolvimento da extração de mais-valia relativa seu ponto central e a dinâmica do novo paradigma, a buscar a flexibilização das linhas de produção, utilizando, de forma combinada, novos meios de trabalho que introduzem os conhecimentos inovadores oriundos da informática e da microeletrônica.

Antunes (2002) adverte que contraditoriamente é notada a presença da mais-valia absoluta, na qual o prolongamento da jornada de trabalho tem se mostrado presente muitas vezes além do legalmente permitido. Assim, “apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou do tempo de trabalho), pode-se presenciar em países como Inglaterra e Japão [...] uma política de prolongamento da jornada de trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 33).

Esse autor acrescenta:

A Inglaterra tem a maior jornada de trabalho entre os países da União Europeia, e o Japão, se já não bastasse sua histórica jornada prolongada de trabalho, vem tentando, por meio de proposta do governo e dos empresários, aumentá-la ainda mais, como receituário para a saída da crise [...] pela própria lógica que conduz essa tendência [...] acentuam-se os elementos destrutivos [...] a destruição e/ou precarização [...] da força humana que trabalha [...]. (ANTUNES, 2002, p. 34).

---

<sup>49</sup> “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho, chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho, chamo de mais-valia relativa.” (MARX, 1988, p. 239).



Na dimensão empírica, remetemos ao primeiro capítulo da presente dissertação para verificar tais relações. Contudo, destacaremos em especial um relato, devido à sua importância em relação ao que está sendo discutido, a saber, as sequelas do prolongamento da jornada de trabalho para o trabalhador:

Matsuri Takahashi tinha 24 anos e trabalhava na companhia havia sete meses quando pulou da janela. [...] A jovem chegava a fazer 105 horas extras por mês [...]. A carga horária disparou em outubro de 2015, quando ela só chegava em casa por volta de 5h, depois de ter trabalhado dia e noite. Além disso, ela não teve nenhum dia de folga em sete meses. (BBC, 2016).

Independentemente da presença de uma maior mais-valia relativa ou absoluta, a acumulação de capitais se dará na transformação de mais-valia em capital, tornando-se a base da produção e reprodução do modo de produção capitalista, constituída e mantida pela exploração da força de trabalho. Por isso, no fim das contas, verifica-se haver apenas uma mais-valia; suas duas formas condicionam-se mutuamente.

Vejamos mais uma vez, a partir do relato de Gennari citado por Netto, a relação entre a tecnologia para o aumento da produtividade e o prolongamento da jornada de trabalho, a desencadear o crescente cenário de exploração da força de trabalho num contexto suscetível ao suicídio:

A Foxconn é uma empresa de tecnologia que produz componentes para grandes empresas transacionais de tecnologia, como Apple, Microsoft, Motorola, Sony, Intel e Hewlett-Packard, o que faz dela a maior produtora mundial de componentes eletrônicos. Uma de suas maiores plantas está em Shenzhen, onde ocorre um grande número de suicídios. Seu contingente de trabalhadores constitui-se essencialmente de jovens na faixa etária de 15 aos 25 anos [...] oriundos do interior do país [...] atrás do sonho de enriquecimento nos polos industriais. Esses jovens vivem em alojamentos precários, submetidos a condições de trabalho desumanas, com extenuante jornada de trabalho e quase nenhum descanso [...]. Esses contingentes experimentam um forte aumento do individualismo, da solidão, do isolamento, junto com as pressões para subir na vida e na empresa, às exigências de suportar o esforço físico, de abrir mão de tudo para dar conta das metas e de um angustiante sentimento de precariedade. (GENNARI, 2010, p. 53 *apud* NETTO, 2013, p. 134).

Assim, observa-se que a nova organização do trabalho, que emerge após a crise de 70, como visto anteriormente, denominada como modelo japonês ou toyotismo, tem um potencial desmedido de manipulação. Como bem observado por Alves (2011, p.

111), “a organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura”.

Podemos identificar no toyotismo um poder de controle sobre a classe trabalhadora com maior densidade do que no fordismo, mediante fatores que abrangem “[...] a participação ativa da inteligência, a fantasia da iniciativa do trabalho” (ALVES, 2011, p. 113). Tais características foram implementadas por intermédio da linha de montagem e da especialização dos trabalhadores.

No modelo toyotista, o controle ocorre especificamente por meio de uma violência sutil, que visa a uma intervenção maior na subjetividade do trabalhador, por meio de iniciativas afetivo-intelectuais ou, segundo Alves (2011), “pela captura da subjetividade”:

[...] a empresa toyotista busca hoje mobilizar “conhecimento, capacidade, atitudes e valores” necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor. Eis o significado da “captura” da subjetividade do trabalho [...]. Exige-se, deste modo, um novo nexos psicofísico do trabalhador, pelo qual o indivíduo é educado para atuar competitivamente [...]. O processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, mas nas instâncias socio-reprodutivas. (ALVES, 2011, p. 114).

Ao contrário do que ocorria na pretérita organização do trabalho, o objetivo não é apenas controlar o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, pois “[...] se o trabalhador no fordismo, exercendo atividades monótonas e repetitivas na linha de montagem, pensava demais, no toyotismo ele é estimulado a pensar cada vez mais, só que agora com sua inteligência a favor do capital” (ALVES, 2011, p. 111). É assim que:

[...] o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar “proativamente” e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam. (ALVES, 2011, p. 112).

Desse modo, “por meio da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais, captura o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais aos objetivos da produção de mercadorias” (ALVES, 2011, p. 55).

As estratégias gerenciais tomam corpo para fundamentar os novos métodos da organização toyotista, exercendo uma reconfiguração no espaço produtivo que visa a

uma adequação do trabalhador às atuais necessidades da acumulação capitalista. Estas estratégias se dão por meio de mecanismos de controle do trabalho, tais “[...] como autonomação/autoativação, *just in time*, *kanbam* e a polivalência operária, expressando uma nova via de racionalização do trabalho” (SOUZA, 2011, p. 94).

Tais mecanismos expressam, além da adequação do novo perfil do trabalhador voltado às atuais necessidades da acumulação capitalista, uma apropriação das forças naturais do trabalho vivo, assim como ocorria no passado, sem que isso implique custos para os capitalistas.

Isso aconteceu de forma semelhante no período da manufatura e da grande indústria, quando foram apropriadas pelo capital as forças naturais do trabalho derivadas da cooperação e da incipiente divisão social do trabalho. A absorção de mais trabalho, sem custo para o capital, é uma prática recorrente no capitalismo. (SOUZA, 2011, p. 94).

Por meio da recomposição da produção, é possível observar o atual perfil do trabalhador exigido pelas empresas. Na nova linha de produção, recompõe-se a racionalização do trabalho, mediante a aceleração da produção pela via da desespecialização flexível dos trabalhadores qualificados, pelo incremento da polivalência operária e pela plurifuncionalidade das máquinas.

Alves (2011) expõe outros mecanismos de significativa relevância, que influem no controle do trabalho através de uma maior manipulação dos trabalhadores e de uma maior coerção sobre a subjetividade.

Como um desses mecanismos, há a Qualidade Total ou Total Quality Management (TQM), que constitui um sistema integrador para a melhoria da qualidade dos serviços ou produtos por meio dos diversos grupos envolvidos nas atividades de trabalho numa organização. Nas palavras de Coltro (1996, p. 4), “[...] é uma forma de ação administrativa que coloca a qualidade dos produtos ou serviços como o principal foco para todas as atividades da empresa”.

A qualidade, na produção, sempre foi uma preocupação, especialmente num contexto marcado pelo avanço tecnológico, pela automação industrial e dos ambientes de trabalho. Desta maneira, a qualidade total (TQM), como estratégia para aumentar a produtividade e o acirramento da competitividade mercadológica, tem sido aplicada como uma importante ferramenta da administração na solução de problemas na produção.

Segundo Coltro (1996), a TQM se mostra como uma forma de ação administrativa. Para concretizar essa ação se faz necessária uma gestão da qualidade total:

[...] a gestão da qualidade total é a concretização desta ação, na gestão de todos os recursos organizacionais, bem como no relacionamento entre as pessoas envolvidas na empresa. Esta ação consolida-se através de um agrupamento de ideias e técnicas voltadas para o aumento da competitividade da empresa, principalmente no que diz respeito à melhoria dos produtos e processos. (COLTRO, 1996, p. 6).

Os “agrupamentos de ideais e técnicas” destacados pelo autor, como expressão que visa alcançar uma excelência<sup>50</sup> nos serviços e produtos, podem ser caracterizados por uma diversidade de métodos. Entre os métodos da gestão da Qualidade Total, há destaque para o “cinco zeros”<sup>51</sup>, com o objetivo de reduzir os custos e aumentar a produtividade.

As técnicas e métodos que constituem a TQM provocam um forte impacto para os trabalhadores. Monaco e Mello (2007, p. 8) asseveram que “[...] a introdução de programas de gestão da Qualidade Total desencadeia inevitavelmente mudanças no comportamento, no modo de pensar das pessoas e na relação da organização com o meio ambiente, gerando transformações de ordem social e cultural [...]”.

As consequências para o trabalhador se evidenciam potencializadas em acordo com a exigência cada vez maior pela excelência, o que implica uma maior intensificação da competitividade entre as empresas, segundo Albuquerque e França (1998):

[...] o ambiente empresarial brasileiro vem se tornando intensamente competitivo em virtude das profundas mudanças que vêm ocorrendo na economia mundial, nas relações sociais e políticas, na tecnologia, na

---

<sup>50</sup> Não há o interesse exclusivo, da organização do trabalho, de controlar somente o produto, mas sim de elaborar um controle altamente sofisticado de atividades e processos. Neste sentido entra em cena a excelência garantida por meio de um sistema de certificação da qualidade. (MONACO; MELLO, 2007).

<sup>51</sup> “- Zero atraso: a demanda puxa a produção, o fluxo comanda o crescimento; um cliente não deve esperar para comprar um carro;  
- Zero estoque: só são permitidas reservas de base;  
- Zero defeito: cada posto de trabalho controla a qualidade do trabalho do posto de trabalho precedente;  
- Zero pane: as máquinas nunca são usadas com capacidade plena e são escolhidas não em função de seu avanço técnico, mas de sua função na cadeia; para uma operação simples é preferível uma máquina simples;  
- Zero papel: o *kanban* reduz bastante as ordens administrativas e a papelada em geral.” (GOUNET, 2002, p. 29).

organização produtiva, nas relações de trabalho e na própria inserção do elemento humano no tecido social e produtivo. (ALBUQUERQUE; FRANÇA, p. 40).

Amaral (2005, p. 157) observa, ao analisar o discurso da Qualidade Total, que “todo empreendimento das empresas para mudar os padrões organizacionais é justificado pela necessidade de competirem no mercado”; logo, “a competitividade é [...] o princípio de orientação das relações entre os agentes dos negócios [...] e o mundo desenvolvido [...]” (AMARAL, 2005, p. 151). Afloram, nesse cenário de competitividade, relações desiguais que se tornam a base de sustentação das atuais relações de trabalho e de negócios:

Todo processo de competição gira em torno de um resultado da disputa entre dois ou mais sujeitos, onde um terá “vantagens” sobre o outro. Essas vantagens poderão ser usufruídas de formas diversificadas, seja derrotando e aniquilando o adversário, seja submetendo-o à vontade e à dominação do vencedor. (AMARAL, 2005, p. 151).

A lógica da TQM está baseada num contexto de exacerbação da competitividade por meio do ritmo acelerado da busca pela crescente produtividade e da obtenção constante de lucros, deixando as sequelas de todo o processo para o trabalhador, pois este será tão só mais uma peça na engrenagem da nova gestão do trabalho.

Harvey (1993, p. 139) assevera que é nesse contexto que o toyotismo irá se expandir, pois “[...] a acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

Outras técnicas que integram a Qualidade Total podem ser acrescentadas, como o Panopticum, estratégia utilizada para controlar o trabalhador, realizada através da vigilância pelo olhar, ou como o próprio nome significa: “administrar com os olhos”. Essa estratégia surgiu no século XIX, nas fábricas russas, e posteriormente foi utilizada em presídios.

O toyotismo resgatou essa ideia da administração pelo olhar para utilizá-la como instrumento de controle:

[...] sob o toyotismo, a captura da subjetividade do trabalho pressupõe controle do trabalho vivo por meio do olhar que perscruta o interior da alma humana. “Estar insistentemente diante dos olhos de um inspetor é perder de fato o poder de fazer o mal e quase a ideia de desejá-lo” [...]. Com o toyotismo, a figura do inspetor não está fora, mas introjetada nos operários e empregados. É o sentido da captura da subjetividade traduzida na figura do inspetor interior que perscruta, com seu olhar, as tarefas do trabalho seu e dos

outros. O operário ou empregado torna-se o patrão de si mesmo e dos outros. (ALVES, 2011, p. 115).

Outra estratégia relevante de captura da subjetividade do trabalhador por meio de consentimento é a “emulação individual”, mais conhecida como participação nos lucros e resultados (PLR), e as carreiras vitalícias no interior das grandes empresas. Alves (2011) exemplifica o funcionamento dessas estratégias, que resgatam o modelo original japonês:

[...] o sistema de pagamento japonês é caracterizado pelo sistema de *seniority* (antiguidade na empresa) e pelo sistema de bônus bianual. O *seniority* estimula o trabalhador a permanecer no serviço em uma mesma companhia. O sistema de bônus bianual funciona como um meio de ajustar o pagamento às condições do negócio e, também, em curto prazo, de premiar a *performance* individual dos trabalhadores. Não somente a promoção para os mais altos postos, mas também o aumento salarial anual dos trabalhadores e a bonificação são determinados tomando como base a avaliação do desempenho individual, embora o nível médio das taxas de pagamento aumente, e os bônus sejam fixados através de barganhas coletivas. (ALVES, 2011, p. 122).

Nesta estrutura pode-se observar, mais uma vez, o estímulo à competitividade, mas uma competitividade que não é mero individualismo, pois esta seria prejudicial ao trabalho em equipe. Trata-se de uma competitividade que cobra a maior eficiência de cada trabalhador que forma a equipe, “uma vez que a cooperação e a comunicação com os companheiros de trabalho são altamente valorizadas [...]. A competição entre eles não pode ser individualista e prejudicar o trabalho em equipe” (ALVES, 2011, p. 122).

O modelo de produção industrial idealizado por Taichii Ohno<sup>52</sup> aperfeiçoa as equipes de trabalho, ou o trabalho em grupo, uma vez que “o toyotismo considera importante estimular o comprometimento do trabalhador pela pressão coletiva exercida pela equipe de trabalho sobre todo elemento do time” (ALVES, 2011, p. 124).

O objetivo do incentivo à competição é que cada trabalhador tenda a se tornar supervisor do outro, como esclarece Alves (2011):

[...] a constituição das equipes de trabalho é a manifestação concreta do trabalhador coletivo como força produtiva do capital. Além disso, é resultante da captura da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulativa. (ALVES, 2011, p. 125).

---

<sup>52</sup> Criador do modelo de produção toyotista.

Assim, as estratégias utilizadas pelo capitalismo para docilizar não só o comportamento do trabalhador, mas a sua subjetividade, visam apenas o que é mais lucrativo para a empresa. O toyotismo busca “[...] mobilizar ‘conhecimento, capacidade, atitudes e valores’ necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor” (ALVES, 2011, p. 114).

Souza (2011) expõe a importância dos mecanismos toyotistas para a captura da subjetividade do trabalhador, pela extração da sua disposição afetivo-intelectual em prol da empresa:

A empresa, de forma consciente e deliberada, procura construir sistemas organizacionais que manipulam os pensamentos e penetram no mais íntimo da estrutura psíquica dos indivíduos, para induzir comportamentos indispensáveis à dinâmica institucional. Esse é o mecanismo inovador dos novos modelos gerenciais: extrair intensivamente do trabalhador sua disposição afetivo-intelectual, tornando-a disponível a suas exigências. (SOUZA, 2011, p. 169).

A cultura imposta pelo novo sistema organizacional é de “harmonia, equilíbrio e colaboração” no ambiente profissional, intentando a integração física e mental do trabalhador na conservação desta imagem. Lançando mão desse poder ideológico, os capitalistas geram uma crescente manipulação adaptativa do trabalhador. As contradições na empresa podem ser facilmente resolvidas se o trabalhador se adequar às novas mudanças. O controle sobre o trabalhador vai se agudizando; “investe-se na subjetividade para que se concretize então o ‘contrato psicológico’. O apelo ao afetivo reflete, contraditoriamente, a conquista da autonomia e a submissão do trabalhador” (SOUZA, 2011, p. 169).

A degradação do trabalhador, expressa na fragilização da sua saúde física e mental, como sequela da intensa exploração da sua força de trabalho em decorrência do desenvolvimento capitalista, não é um fenômeno atual. Como visto em capítulos anteriores, isso já se verificava nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora na Inglaterra de 1845, descritas por Engels, ou até no contexto da grande indústria, com Marx (1998b):

[...] são em regra franzinos, de má construção física, e frequentemente têm o tórax deformado. Envelhecem prematuramente e vivem pouco, fleumáticos e anêmicos. Patenteiam a fraqueza de sua constituição através de contínuos ataques de dispepsia, perturbações hepáticas e renais e reumatismo. Estão especialmente sujeitos a doenças do peito: pneumonia, tísica, bronquites e asma. (MARX, 1988b, p. 90).

Todavia, na contemporaneidade, sob a égide da atual reestruturação produtiva, a degradação do trabalhador assume outras configurações:

O resultado dessa flexibilização da jornada de trabalho, nos aspectos quantitativos e qualitativo, tem sido o aumento do número de acidentes de trabalho e principalmente de doenças ocupacionais [...] inclusive, as mortes e até suicídios relacionados ao estresse laboral. (SILVA, 2013, p. 71).

Antunes e Praun (2015) explicitam como a nova organização do trabalho estimula a degradação da saúde do trabalhador:

Dessa forma, por um lado, os trabalhadores pertencentes ao núcleo que atua com maquinário mais avançados, dotados de maior tecnologia, encontram-se cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo de suas atividades, expressas não somente pela cadência imposta pela robotização do processo produtivo, mas, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados pela pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 411).

Em nível global, “mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual [...]” (ANTUNES, 2010, p. 13). Isso pode ser verificado na Espanha, “país no qual se promoveu uma fortíssima flexibilização, com a propaganda de combate às crises econômicas [...]. Em 2008, houve 804.959 acidentes do trabalho na Espanha, sem contar os 90.720 acidentes *in itinere* [...]” (INFORME ANUAL, 2010 *apud* SILVA, 2013, p. 71).

Na particularidade brasileira, segundo Antunes (2010), os dispositivos do atual complexo de reestruturação produtiva influem, como já ressaltado anteriormente, na busca da potencialização da produtividade, objetivando o aumento dos lucros para o capitalista, recaindo sobre o trabalhador a carga intensiva e extenuante da busca pela crescente lucratividade:

[...] vem ocorrendo, então, fundamentalmente através de reorganização sociotécnica da produção, da redução do número de trabalhadores, da intensificação da jornada de trabalho dos empregados, do surgimento do CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, entre outros elementos [...]. Nos anos 1990 essa processualidade deslanchou através da implantação do receituário oriundo da



acumulação flexível e do ideário japonês e assemelhados, da intensificação da *lean production*. (ANTUNES, 2010, p. 15).

Em dados:

No Brasil, houve um aumento de 60% de 2001 a 2008, no número de acidentes de trabalho. E um aumento absurdo de 586% de LER/DOT apenas de 2006 a 2008, com um custo aproximadamente de R\$ 2,1 bilhões [...]. Assim, houve no Brasil, somente em 2008, um total de 755.980 acidentes e adoecimentos laborais. (EAT, 2008 *apud* SILVA, 2013, p. 16).

Autores como Djours (2000), Praun (2014), Antunes (2013) e SILVA (2013) concordam, em síntese, que a massiva exploração sobre o trabalhador faz com que vários transtornos psicofísicos, como forma de somatização da massiva intensificação sobre a força de trabalho, venham à tona. Tais transtornos provocam o surgimento de depressão, neuroses, psicoses, diversos tipos de ansiedades, descompassos em geral. Por fim, “[...] a exposição cumulativa à fadiga e ao estresse desemboca em doenças mentais e cardiovasculares” (SILVA, 2013, p. 72):

Relato do funcionário da General Motor de São José dos Campos (SP): *“Trabalha na empresa desde 2007, na função de operador de suporte. Reporta que trabalha sobre pressão de chefia e dos colegas; está em tratamento psiquiátrico, faz uso de medicamentos [...]”*. (PRAUN, 2014, p. 138).

*“Tomo Tramal 37,5mg três vezes por dia”, disse, “além da injeção para dor que, quando estou trabalhando, tenho que tomar uma por mês. (...). É o único remédio que consegue aliviar a dor (...). Você fica anestesiado”*. Anestesiava-se à base de remédios fortes, e assim, ao longo da jornada, conseguia trabalhar com os demais, sem lesões. É claro que, conforme o próprio trabalhador admitiu durante a entrevista, sua estratégia de defesa estava piorando a cada dia sua condição de saúde. Ele tinha consciência disso. Afirmou sentir-se *“como se fosse um robô”*. Segundo explicou, *“trabalha, trabalha e, a partir do momento que você não precisa mais dele, você o descarta, joga fora e encosta no canto; é assim que o lesionado se sente”* [...]. (PRAUN, 2014, p. 149).

O trabalho sob os moldes da nova organização do trabalho não estimula apenas o adoecimento físico e mental, mas vai além, estimula o suicídio do trabalhador. O toyotismo se mostra um intensificador dessa prática:

O suicídio é a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível. Ele, e todo o sofrimento que o cerca, encontra espaço para se desenvolver à medida que o trabalhador se vê diante de uma organização do trabalho voltada para o controle acentuado de sua atividade, em que as margens para a autonomia e o imprevisto tenham sido gradativamente eliminadas. Uma organização do trabalho que oscila o

tempo todo entre o discurso de valorização e o controle físico e mental extremados. (PRAUN, 2014, p. 131).

Como podemos constatar no exemplo de Silva (2013, p.72):

[...] os trabalhadores da indústria, no Japão, quando trabalharam em horas extras, tiveram aumentados os riscos de problemas de saúde mental. Com efeito, é impressionante o número de mortes súbitas e suicídios naquele país. Houve 1.257 casos oficiais de suicídios relacionados ao trabalho já em 1996.

A partir deste modelo de organização do trabalho, verifica-se o surgimento de categorias específicas que identificam o suicídio ou mortes relacionadas ao trabalho, como o *karoshi* e o *karo-jisatsu*<sup>53</sup>: “o *karoshi* é, em verdade, resultado de um modo de gestão empresarial, o chamado modelo de gestão japonesa – vulgarizado no Ocidente com a expressão toyotismo [...]” (SILVA, 2013, p. 73).

O termo *karoshi*, como forma de identificar o suicídio ou a morte súbita pela sobrecarga de trabalho, foi cunhado oficialmente na década de 1980, porém seus relatos são registrados no seu país de origem, o Japão, desde a década de 1960.

Uehata (1990) conceitua o termo como uma

[...] condição na qual o processo de trabalho psicologicamente mórbido/insano é levado a um ponto que provoca rupturas nos ritmos de trabalho e na vida dos trabalhadores, levando ao desenvolvimento de fadiga no corpo/organismo e a uma crônica condição de sobrecarga de trabalho acompanhada pela piora de preexistente alta de pressão sanguínea e endurecimento das artérias, resultando, finalmente, em colapso fatal. (UEHATA *apud* FRANCO, 2002, p. 150).

Ainda em relação ao *karoshi*:

O termo é compreensivo tanto das mortes ou incapacidades laborais de origem cardiovascular devido à sobrecarga de trabalho (acidente vascular cerebral, infarto do miocárdio, insuficiência cardíaca aguda) como de outras mortes súbitas (por exemplo, as relacionadas com a demora no tratamento médico por causa da falta de tempo livre para consultas) e também suicídios atribuídos ao excesso de trabalho. Em sentido estrito, recebe o nome de *karo-jitsu*, ou suicídio por excesso de trabalho [...]. Em 2006, foram reconhecidas no Japão 560 indenizações por danos à saúde (213 delas foram por falecimentos) ligados à sobrecarga de trabalho, incluindo tanto as doenças cerebrovasculares como os distúrbios mentais (incluindo a morte por suicídio). É relevante precisar que 40% dos trabalhadores afetados tinham menos de 30 anos. Dado o caráter extremamente restritivo destes

<sup>53</sup> “Alguns países, como o Japão, chegaram a desenvolver expressões específicas para se referirem a determinados tipos de mortes relacionadas ao trabalho [...] para além da morte por sobretrabalho (*karoshi*), o *karo-jisatsu* (suicídio por sobretrabalho) é uma ameaça ocupacional e um problema social que se alastra pelo Japão [...] referindo-se ao suicídio por pessoas que foram conduzidas a tirar suas próprias vidas após excessivo sobretrabalho.” (NETTO, 2013, p. 128).

reconhecimentos, tem-se estimado que na realidade o *karoshi* e o *karo-jisatu* ocasionam a morte de 10 mil trabalhadores anualmente. (URRUTIKOETXEA BARRUTIA, 2010, p. 36-7 *apud* SILVA, 2013, p. 73).

A morte pelo excesso de trabalho é denominada na China de *guolaosi*:

A morte por excesso de trabalho, na atualidade, é um fenômeno que tem se estendido a outros países asiáticos, como a China, país onde esse tipo de morte é denominado de *guolaosi* e que se tornou notícia em todo o mundo por conta do suicídio por sobrecarga de trabalho de nove empregados jovens da empresa que produz e monta o Ipad e outros produtos da empresa Apple. (SILVA, 2013, p. 74).

A partir da perspectiva adotada, o suicídio relacionado ao trabalho é a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível. Ele, e todo o sofrimento que o cerca, encontra espaço para se desenvolver à medida que o trabalhador se vê diante de uma organização de trabalho voltada para o controle acentuado de sua atividade, em que as margens para a autonomia e o imprevisto tenham sido gradativamente eliminadas, o que culmina numa organização do trabalho que oscila o tempo todo entre o discurso de valorização e o controle físico e mental extremados (PRAUN, 2014).

Para Netto (2013), o processo de reestruturação produtiva e suas novas formas de gestão da força de trabalho levaram ao incremento da quantidade de suicídios. No Japão, “o número de suicídios em 1999 foi três vezes maior do que o número das mortes devido a acidentes automobilísticos” (GUIMARÃES; CAETANO, 2004, p. 81).

Essa relação pode ser constatada com a crescente intensificação que o trabalho assumiu nas últimas décadas, expressa em especial pelas intensas jornadas de trabalho. Em “[...] um universo de 60 milhões de trabalhadores, no Japão, aproximadamente 10 milhões trabalham brutalmente 3.000 horas/ano, constituindo a população potencial sob risco de *karoshi*” (FRANCO, 2002, p. 153).

Recentemente, algumas mídias jornalísticas trouxeram informações que corroboram as assertivas sobre a situação do país em discussão. O jornal O Globo (2015) publicou matéria que dizia: “no Japão, trabalhador passa 78 horas no escritório e apenas 35 dormindo em 6 dias”. A BBC (2016) expôs que “Morrer de tanto trabalhar gera debate e onda de indenizações no Japão”; já segundo a Folha (2016): “Suicídio por excesso de trabalho leva à renúncia de empresário japonês”. Todas as matérias em foco evidenciam que as iniciativas das empresas daquele país vão de encontro ao que é

sugerido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que orienta os países signatários para que se cumpra uma carga horária de 40 horas semanais.

Netto (2013) cita outro caso no qual foram registrados 60 suicídios durante a privatização da empresa francesa de telecomunicações France Télécom. Na empresa francesa de serviço postal “La Poste”, houve 17 suicídios em 2010 e 11 entre 2011 e o início de 2012. Nestes casos esteve presente como fator preponderante o assédio moral no trabalho, como explicitado por uma das vítimas em suas últimas palavras: “por três anos, eu tive a impressão de estar sendo assediado e acuado por meus superiores” (La Poste *apud* Netto, 2013, p. 133).

No Brasil, Netto (2013) cita o importante estudo de Xavier (1998), no qual são relatados aproximadamente 72 suicídios entre 1993 e 1995, apenas no serviço bancário. Uma das vítimas é categórica em sua última nota ao falar sobre um dado caso de suicídio: “não tem ninguém culpado, a não ser o Baneb, pois não suporto mais esta vida de cão. Por favor, não condenem ninguém da minha família. Adeus” (NETTO, 2013, p. 129).

Também chama atenção o suicídio entre os trabalhadores de zonas rurais, que entre 1999 e 2009 chegou a 1.876 mortes registradas, em especial pela ingestão dos agrotóxicos que os trabalhadores utilizam em seu dia a dia, como revela Bombardi, citada por NETTO (2013):

No período de 1999 a 2009 foram notificadas 25.350 tentativas de suicídio através do uso de agrotóxicos, e 1.876 mortes foram registradas. É um escândalo. Dá quase 180 mortes por ano. Cerca de 75% das mortes ocorrem por suicídio, em praticamente todos os Estados. (BOMBARDI *apud* NETTO, 2013, p. 135).

Dessa forma, é notória a relevância que o suicídio vem assumindo na dimensão do trabalho, como sequela da crescente exploração da força de trabalho, especialmente da década de 1980 até os dias atuais, período este marcado pela disseminação do modelo toyotista de produção, propagado por seu cariz “fetichizado” como “[...] asséptico, harmonioso e eficiente [...]” (FRANCO, 2002, p. 142).

Deve ficar claro que apesar de o suicídio por excesso de trabalho (ou *karoshi*) possuir como elemento desencadeador central as intensas jornadas de trabalho, que são incrementadas pela microeletrônica e pelos avanços tecnológicos incorporados e

disseminados pela organicidade toyotista, isso não o torna esse fator (a exaustiva jornada de trabalho) o único interveniente na produção de tal fenômeno.

Outros elementos catalisadores podem ser expressos através das condições objetivas externas e internas ao ambiente de trabalho, como, por exemplo, a falta de lazer, as interferências na mobilidade da moradia para o trabalho, o isolamento familiar derivado da desterritorialização das empresas empregadoras – comumente conhecida como transferência solitária – entre outros.

Neste sentido, reafirmamos o que expusemos anteriormente: que após a implementação do processo de reestruturação produtiva do sistema capitalista e com as novas estratégias adotadas na gestão da força de trabalho, assiste-se ao incremento da quantidade de suicídios. Podemos verificar em nível global as manifestações do fenômeno:

[...] nas ocorrências de suicídio e tentativas de suicídios relacionadas às fábricas da Renault e Peugeot, à Electricité de France (Dejours; Bégue, 2010), La Poste, France Télécom (Merlo, 2009), na França; à Foxconn (Gennari, 2010; Barreto; Venco, 2011), na China; ao setor bancário brasileiro (Xavier, 1998; Rodrigues, 2004; Santos 2010), entre outros tantos locais de trabalho. (NETTO, 2013, p. 127).

Com o novo modelo de organização do trabalho, potencializa-se a incapacidade dos indivíduos de se adequarem ao trabalho e extinguem-se os meios de defesa contra o sofrimento físico, fato que agrava a sua saúde mental.

Portanto, a produção capitalista, além de explorar a força física da classe trabalhadora, suga ainda suas faculdades mentais, afetando diretamente sua saúde e a conjuntura social da categoria em todos os aspectos. Muitas vezes, esse sofrimento representa a perda de significado para a própria vida do trabalhador e culmina no suicídio. O capital não tem receio em subtrair a vida do trabalhador, se isso lhe conferir lucro.

## 4. O DEBATE DO SUICÍDIO NA CONTEMPORANEIDADE

Sob a crítica da sociabilidade do capital e especificamente das atuais mudanças no mundo do trabalho expressas na contemporaneidade, a relação entre suicídio e trabalho assumira um sentido mais complexo e profundo. Seguindo este raciocínio, o suicídio não mais pode ser compreendido ou interpretado como um ato isolado, mas sim como um ato coletivo produzido socialmente, que se concretiza na vida privada do indivíduo. Neste aspecto, o fenômeno social – suicídio – quando relacionado à dimensão do trabalho não estará reduzido à esfera privada – individual –, mas terá seu sentido espreado e mais relevante na exploração do trabalho (com alcance na extração cada vez maior do sobretrabalho), com um objetivo determinado: a busca constante pela obtenção de lucro, como ficará explícito no desenvolvimento do presente capítulo.

### 4.1 Sociabilidade atual: reflexões sobre a ambiência presente e o suicídio

Como já dito, entende-se por suicídio todo e qualquer ato de natureza voluntária que busca pôr fim à própria vida, tratando-se de algo peculiar aos seres humanos, visto que só estes podem fazê-lo intencionalmente.

Como bem esclarece Luria (1979):

Encontramos frequentemente situações nas quais a atividade consciente do homem, além de não se sujeitar às influências e necessidades biológicas, ainda entra em conflito com elas e chega inclusive a reprimi-las. São amplamente conhecidos casos de heroísmo em que o homem, movido por elevados motivos de patriotismo, cobre com seu corpo bocas de fogo ou se lança à morte sob tanques; esses casos são apenas exemplos da independência do comportamento do homem em relação aos motivos biológicos. (LURIA, 1979, p. 72).

Entretanto, parece haver socialmente a disseminação da ideia de que o suicídio está apenas associado ao sofrimento que é sentido no âmago do indivíduo<sup>54</sup>, quase que singular, encontrado naquele que está de alguma forma “desajustado”, “desassistido”, isto é, não contemplado nos anseios postos na sociedade em que se acha inserido. Por vezes, o suicídio é justificado em atos individuais, atribuindo-se ao sujeito diversos

---

<sup>54</sup> A dimensão singular é social e historicamente construída; isto quer dizer que o sofrimento, as dores, a psique do indivíduo são socialmente determinados.

adjetivos e termos pejorativos, que traduzem no senso comum o julgamento moral construído na sociedade.

Como elucida Marx (2006):

Tudo o que se disse contra o suicídio gira em torno do mesmo círculo de ideias. A ele são contrapostos os desígnios da providência, mas a própria existência do suicídio é um notório protesto contra esses desígnios ininteligíveis. Falam-nos de nossos deveres para com a sociedade, sem que, no entanto, nossos direitos em relação a essa sociedade sejam esclarecidos e efetivados, e termina-se por exaltar a façanha mil vezes maior de dominar a dor ao invés de sucumbir a ela, uma façanha tão lúgubre quanto a perspectiva que ela inaugura. Em outras palavras, faz-se do suicídio um ato covarde, um crime contra as leis, a sociedade e a honra. (MARX, 2006, p. 26).

Sendo o suicídio um fenômeno de múltiplas determinações, ele não está fechado apenas no ato em si, ou seja, não é um fenômeno atribuído somente a uma escolha individual, desprendido de um contexto histórico, mas a própria existência deste ato aponta para causas exteriores ao indivíduo.

Para Löwy (2006), Marx em *Sobre o suicídio* compreende que o privado também é político; o suicídio é, portanto, um ato individual produzido coletivamente. Segundo o autor, a crítica à sociedade capitalista não está fundada na exploração econômica, mas assume um caráter ético que abarca todos os indivíduos, sejam eles pertencentes à classe trabalhadora ou não: “a natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais” (MARX, 2006, p. 18).

Já a análise positivista, em especial a de Émile Durkheim, traz uma perspectiva bastante endogenista e individual do fenômeno, sobretudo a partir da sua célebre obra *O suicídio*. Pois o que importa é que o indivíduo se sinta parte do todo e viva bem com este todo, caso contrário, surgirão anomalias. Em sua análise, Durkheim mantém um distanciamento do objeto de pesquisa e compreende a sociedade como um organismo onde cada parte completa a outra.

O positivismo traz propostas significativas para a manutenção da atual sociabilidade. Impõe um modo de pensar que reforça as ideias do sistema vigente – o sistema capitalista –, formulando-o como único e “natural”, ocultando sua historicidade, sem deixar possibilidades para questionamentos e mudanças; reforça valores e princípios com o objetivo de instituir a ordem e a manutenção do que está estabelecido.

Nesta perspectiva teórica torna-se fundamental a manutenção dos valores e pensamentos que reforçam as contradições da sociedade vigente, porquanto não busca

apenas a conservação das relações sociais, mantendo-as como estão, mas visa ao não questionamento da ordem social capitalista. Segundo Douglas (1970, p. 8), “assumia-se que o suicídio era um problema moral e implicitamente que qualquer teoria sobre o suicídio deveria incluir os aspectos morais do suicídio como um dos fatores básicos”.

Como problema moral, Durkheim (2000) considerou um aspecto do suicídio entendido como “suicídio egoísta”. Segundo o autor, esse aspecto se caracteriza por uma individuação extremada; o sujeito não consegue se integrar em grupos sociais (família, amigos, comunidade etc.) e acaba por se isolar. Nas palavras do autor, “[...] o eu individual se afirma excessivamente diante do eu social e às expensas deste último; podemos dar o nome de egoísta ao tipo de suicídio que resulta de uma individuação descomedida” (DURKHEIM, 2000, p. 258). Dessa maneira, reforça-se o pensamento relatado anteriormente, de o fenômeno assumir características de ato egoísta, covarde e que remete à dimensão dos valores morais.

O positivismo, na figura de Émile Durkheim, contribuiu para o fortalecimento da sociedade burguesa (e de suas contradições), pois sua análise justificou as desigualdades postas nesta sociedade, criando um sistema científico e moral onde está embutida a ideia de harmonia. Para analisar o suicídio, Durkheim desconsidera o fator individual nos seus estudos, pondo o foco nos problemas sociais e “[...] enfatizando o caráter imoral desse fenômeno, utilizando dados estatísticos como instrumento básico e estimulando os fatos extraindividuais na regularidade das taxas de suicídio” (DOUGLAS, 1970, p. 9).

Já para Marx (2006), a análise do suicídio distingue-se das impostas por Durkheim, além da nítida distinção teórica entre o positivismo e o marxismo. Marx não analisa o real de forma estática, mas em um movimento constante e dialético. A partir da sua obra *Sobre o suicídio*<sup>55</sup>, este fenômeno estará relacionado a uma crítica radical da sociedade burguesa como forma de vida “antinatural”. Nas palavras do autor, trata-se dum “[...] sintoma de uma sociedade doente, que necessita de uma transformação radical” (MARX, 2006, p. 16).

Para Marx (2006), o suicídio não era reflexo de uma anomalia social, assim como considerado por Durkheim (2000), mas sim um fenômeno que intrínseco à “natureza de nossa sociedade” (MARX, 2006, p. 20).

---

<sup>55</sup> Cinquenta e um anos antes da publicação da obra de Durkheim, Karl Marx já discutia o suicídio em seu artigo de janeiro de 1846, que em português foi intitulado “Sobre o Suicídio”.



Todavia, seria muita pretensão, e correríamos o risco de enveredar em erros teóricos, se tentássemos definir ou apresentar o suicídio a partir de uma única causa, já que se trata de um fenômeno de múltiplas determinações, sujeito às mais variadas interpretações teóricas.

Pretendemos analisar o suicídio na perspectiva da teoria social crítica de Marx – segundo a qual os fenômenos são determinados por múltiplas circunstâncias e determinações –, com o determinante estrutural e histórico conjuntural. Consiste esta numa análise ampliada da sociabilidade, atribuída como possível causa de diversas modalidades de suicídio, a saber: *Suicídio Louvável*, *Suicídio Partilhado*, *Estrutural-Laboral*, e *Suicídio Barbárie*.

Por meio dessas modalidades de suicídio faremos a análise concomitantemente com as reflexões da sociabilidade atual e suas consequências materializadas no cotidiano da vida social. Criamos estas modalidades com o intuito de exemplificar a dinâmica do fenômeno suicídio no movimento histórico das transformações desta sociabilidade, em face da complexidade dessas análises conjunturais. Reforçamos que, de modo algum, isso significa um enquadramento, mas sim uma escolha metodológica no trato do objeto de estudo. Todas as modalidades foram criadas a partir de ideias baseadas nas leituras que fizemos de nosso referencial teórico, que fundamenta nossos apontamentos acerca desta sociabilidade.

#### **4.2 Modalidades de suicídios**

Observaremos por meio das modalidades de suicídios desenvolvidas no presente trabalho – *Suicídio Louvável*, *Suicídio Partilhado*, *Estrutural-Laboral* e *Suicídio Barbárie* – que o fenômeno não é um ato individual desligado de um contexto histórico, pois a própria existência deste ato aponta para causas exteriores ao indivíduo. Portanto, o suicídio não deve ser compreendido como um ato isolado, mas sim como um ato coletivo, produzido socialmente, que se concretiza na vida privada do indivíduo que o comete.

#### **4.2.1. O quanto as ofensivas do capital ditam as regras da sociedade a favor dos seus interesses – *Suicídio Louvável***

O desenvolvimento do capitalismo se dá em decorrência do alto incremento das forças produtivas em escala global. Diante do avanço das tecnologias e das transformações no mundo do trabalho (retomamos este ponto na sequência das nossas reflexões), este sistema hegemônico estabelece regras organizativas das sociedades para manter a sua dominação. O capitalismo é um sistema que se estabelece em condições necessárias para a sua reprodução, tais como a dominação ideológica, essencial para a sua manutenção.

Este desenvolvimento não produziu apenas riqueza em sua grande escala produtiva, mas a disputa pelo poder econômico e político das sociedades. O acúmulo da riqueza produzida que tem como base a obtenção da mais-valia – pela exploração da força de trabalho – se perpetua nas sociedades pela dominação, enfrentando todo tipo de obstáculos contra suas determinações e formas de exploração.

Como exemplo do poderio estratégico de dominação, ressalta-se o momento do capitalismo monopolista que ocorreu na segunda metade do século XIX, quando grandes empresas industriais tornaram-se grandes monopólios. Neste período há que se considerar a mudança no papel dos bancos, que se tornaram fundamentais como financiadores e detentores de crédito, intervindo direta e decisivamente na centralização do capital.

De acordo com Netto (2011):

O capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos leninianos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista. (NETTO, 2011, p. 19).

Segundo (NETTO, 1996, p. 19), “é consensual que o período do imperialismo clássico situa-se entre 1890 e 1940”; o capitalismo ingressa então no seu estágio imperialista. O capital financeiro desempenha papel decisivo, o comércio entre países ganha grande relevância para as exportações, a indústria bélica torna-se um grande negócio, pois envolve interesses econômicos e políticos de dominação do capital.

Na sua fase conhecida como “anos dourados”<sup>56</sup>, a inflação torna-se um instrumento pela qual os monopólios adquirem os recursos, garantindo assim o aumento dos preços e das mercadorias. Neste período há um crescimento significativo do setor terciário ou setor de serviços, composto das atividades financeiras e securitárias, comerciais, publicitárias, médicas, educacionais, hoteleiras, turísticas, de lazer, de vigilância privada etc. Dá-se também a refuncionalização do Estado com a finalidade de assegurar os superlucros, preservando as condições de produção e acumulação de capital, o que requer sua intervenção (in)direta na economia.

Como elucidam Netto e Braz (2008):

Sabe-se que as guerras precedem largamente a história do capitalismo, assim como também se sabe que a história do capitalismo sempre foi marcada por guerras. No entanto, é sob o imperialismo que as atividades diretamente vinculadas à guerra adquirem um novo significado – sob o imperialismo, a indústria bélica (e as atividades a ela conexas) torna-se um componente central da economia. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 184).

Torna-se claro que o sistema do capital não tem limites em suas ações para manter sua hegemonia política e econômica, lançando mão das guerras e da morte de milhares de pessoas, por ações “legítimas” de dominação, para que mantenha todas as condições necessárias à sua reprodução e não seja abalado ou substituído por outro projeto societário, como adverte Mészáros (2003, p. 97): “[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressivo tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento [...]”.

As ações do capital são inconsequentes e, ao mesmo tempo, conscientes e estratégicas quando se trata de sua dominação. Usa artifícios de qualquer natureza para que sua hegemonia seja mantida e que seu poder se perpetue, assegurando todas as condições necessárias para a acumulação financeira e a exploração de força de trabalho assalariada, bem como para a exploração desmedida dos recursos naturais e da economia dos países subordinados ao seu poderio.

O *Suicídio Louvável* suscita a ideia de que a morte por uma causa, um ideal, um objetivo, é justificável desde que atenda a alguma expectativa que necessariamente não é somente sua, mas sim coletiva. Parece distante a ideia de que um indivíduo possa se sacrificar em prol de um determinado grupo ou segmento; entretanto, isso não é só

---

<sup>56</sup> Netto e Braz (2008).

possível como também real. É o exemplo de soldados que são chamados para o *front* de uma guerra, ou em submissão a uma crença ou tradição, como os “homens-bomba”.

No que diz respeito à coragem, se considera que ela existe naquele que desafia a morte à luz do dia no campo de batalha, estando sob o domínio de todas as emoções. Nada prova que ela necessariamente falte quando se tira a própria vida em meio às trevas. (MARX, 2006, p. 25).

Um exemplo de *Suicídio Louvável* é o caso dos kamikazes japoneses que durante a Segunda Guerra, diante dos já esgotados recursos financeiros para a compra de armas bélicas, foram instruídos por seus superiores a lançar seus aviões contra os inimigos. Vale ressaltar que a tradução para kamikaze é “Vento de Deus”. Estima-se que mais de 2 mil homens sacrificaram suas vidas durante a guerra como kamikazes (BANDO et al., 2010). Até hoje estes homens são lembrados como heróis e suas atitudes são referenciais motivadores de ações que exigem bravura e destreza. A estrutura cultural tradicional japonesa exerce uma forte influência para atitudes que possuem similitudes com o autossacrifício, ou nas palavras de Pinguet (1987), “*Shikarare jisatsu*”: suicídio provocado por uma reprimenda<sup>57</sup>.

Por suas origens, como já visto, o capitalismo ocidental foi associado à aventura comercial e marítima, ao recrutamento de companhias mercenárias em função de lucro sobre as mercadorias. Todavia, o modelo que inspira as práticas japonesas, segundo Pinguet (1987), é o terrestre, ou seja, é o da produção doméstica, do vasto grupo familiar, originalmente organizado para e pela agricultura (em especial a rizicultura) sobre um território permanente, estreitamente limitado. No decorrer do desenvolvimento econômico, político e social do Japão, é comum verificar relações de mercados contratuais, precárias, longínquas, abstratamente desiguais.

Pinguet (1987, p. 50) acrescenta mais elementos: “os princípios de organização do trabalho, originários de um sistema de parentesco aberto e flexível, inspirado fortemente pela ética feudal, ainda é perceptível na atualidade”. Neste sentido, “a modernização do Japão se apoia em valores inscritos em sua tradição”. Assim, o autor afirma que os assalariados não têm uma proteção eficaz no que concerne à prevenção do suicídio pela exacerbada exploração do trabalho, pois em sua maioria os trabalhadores fazem parte de empresas poderosas. Conforme Pinguet (1987, p.51), “firmas muito poderosas que não podem ser ameaçadas”, impõem uma “vida econômica que não deixa

---

<sup>57</sup> No sentido de reprovação, censura, repreensão.

de ser, em certos momentos, uma luta mortal” . As sequelas são brutais; como exemplo: “em 1979, mais de um décimo dos suicídios masculinos foi provocado por problemas de dinheiro” (PINGUET, 1987, p. 52).

Retomando a questão cultural japonesa, ou o que o Pinguet (1987) considera como “a tradição do sacrifício”. O papel do samurai, neste contexto, tem um importante significado. Em meados do século XIX (1868), os privilégios dos samurais foram abolidos por decreto imperial; os serviços desta casta se tornaram obsoletos diante do desenvolvimento do Japão em relação aos demais países, tanto os orientais como os ocidentais. Todavia, a figura do samurai no imaginário japonês se manteve:

Seu espírito continuou a agir, difundindo-se as virtudes de honra, de lealdade, de devotamento, de disciplina e sacrifício. O Estado, em suas escolas e em seus exércitos, empenhou-se em inculcá-las a todos os seus súditos. As crianças do Japão, primeiro como alunos, depois como recrutas, foram chamadas a se tornar samurais de espírito. O *bushido* deixa de ser código de uma casta desaparecida, pondo-se a serviço de uma fé nacional. (PINGUET, 1987, p. 272).

A figura do samurai e todo o seu significado de honra e obediência inerentes que a revestia foram transmitidos para as gerações seguintes, em especial as gerações de militares, reafirmando o papel autoritário de um Estado de cariz autocrata:

Outros povos, pensavam os dirigentes do novo Japão, podem ser mais ricos, mais bem armados. Mas a sorte da batalha se decide sempre em favor dos que sabem morrer – sejamos corajosos: nas lutas internacionais, nosso longo treinamento na morte voluntária será um trunfo decisivo. A casta guerreira podia recuar diante de um militarismo rejuvenescido, que herdaria todas as suas tradições essenciais aprendendo a matar, a morrer pelo Estado. A morte, mesmo sem a esperança de uma sobrevivência, não parecia mais absurda quando se tornava homenagem de uma vida consagrada. (PINGUET, 1987, p. 272).

Ainda no contexto do século XIX (1873-1878), a embrionária indústria japonesa tinha por financiador o Estado. Este cobrava vultosos impostos para o desenvolvimento industrial, a uma população que em sua maioria se mostrava carente e ainda possuía resquícios de uma economia feudal: a velha sociedade de guerreiros e de camponeses.

Como consequência dos interesses de classe e das divergências políticas, foi “na cidade de Kumamoto, no centro de Kyushu, que samurais indignados fundaram um grupo restrito, nomeado de ‘Liga do vento Divino’” (PINGUET, 1987, p. 280). Como já frisado, trata-se da tradução livre para kamikaze. Inicia-se a insurgência, representada

pela “liga dos ventos divinos”, que reunia os poucos samurais que ainda restavam no território japonês, contra o Estado.

A derrota era iminente, porém ficou registrada na história e na cultura tradicional japonesa a intenção desses guerreiros; “eles não morreram apenas como mártires da vassalagem feudal, pelo estrito interesse de luta contra um novo Estado opressor. Doravante, um princípio universal pôde inspirar a ação: a coragem e a honra em transgredir as leis, mas pela morte voluntária uma imediata redenção lhes é dada” (PINGUET, 1987, p. 283).

Objetivando ilustrar a força da cultura japonesa no que concerne ao *Suicídio Louvável*, tendo como referência o contexto já desenvolvido, Pinguet (1987) cita Mishima (1967) por meio de uma narrativa baseada na literatura nacional: consagra a “Liga do Vento Divino” ao ataque ao castelo de Kumamoto:

O número de companheiros que se tinham retirado para o monte Kimpo não atingia um terço do que eram quando tinham pegado em armas. Os outros tinham encontrado a morte em combate, ou então, perseguidos pelas tropas regulares enquanto se retiravam para cuidar dos ferimentos. Tinham-se matado heroicamente.

Um dos mais velhos, Aikyo Masamoto, tinha-se retirado até o desfiladeiro de Mikuni, mas encurralado por três policiais, sentara-se subitamente à beira do caminho, abrira o ventre e estava morto. Estava então no seu quinquagésimo quarto ano. Matsumoto Saburo, de vinte e três anos, Kasuga Suehiko, de vinte e dois, tinham voltado para suas casas, onde se tinham matado. Arao Tatenao, que estava no seu vigésimo segundo ano, tinha voltado para casa e tinha apresentado à mãe suas desculpas por aquele desgosto que lhe causava tirando-se a vida antes dela; tinha-lhe confiado sua vontade de se matar, pelo que, contra sua expectativa, ela o tinha calorosamente felicitado. Arao tinha chorado de alegria. Tinha ido até o tumulto de seu pai e lá nobremente aberto o ventre. (MISHIMA, 1967 *apud* PINGUET, 1987, p. 281).

A partir do contexto histórico retratado e da narrativa exposta, torna-se explícita uma cultura do suicídio no Japão e uma visão do suicídio que atrela ao cotidiano um cariz romântico e natural, como meio de alcançar uma redenção ou afirmar uma morte honrosa, como exposto na continuação do romance acima:

Tsuruda Goichiro voltou a descer do monte Kimpo com os sete jovens que tinham sido confiados; reconduziu cada um deles a casa, depois voltou para a sua própria moradia, onde se entregou aos preparativos do suicídio. Mandou servir saquê e pratos de acompanhamento, trocou com sua esposa Hideko a taça do adeus, compôs um último poema e lhe disse que, já que ela guardaria junto a si, após a morte dele, o filho único de ambos, Tanao, que ela não devia soçobrar no desalento. Era já a noite do segundo dia após a sublevação. Tsuruda tinha também duas filhas, na idade de treze e nove anos, que estavam deitadas. Sua esposa quis acordá-las para que dessem adeus ao pai,

mas ele a reteve: “Não! Não as acorde!” Então desnudou o busto, abriu o ventre, depois cortou a garganta com a lâmina. No momento em que arrancava o ferro e saía, entrou sua filha mais velha que por acaso tinha acordado. À vista desse espetáculo, ela prorrompeu em soluços. (MISHIMA, 1967 *apud* PINGUET, 1987, p. 281).

Remetendo, neste momento, à contemporaneidade japonesa, percebe-se que tal cultura (do suicídio) não se desvincilhou da história do país. Segundo Pinguet (1987), há alguns pontos conhecidos no país que concentram um grande número de suicídios ou de tentativas. Takashimadaira, localizada numa zona industrial, é conhecida como “a meca do suicídio”. Já a floresta que se localiza no sopé do monte Fuji, conhecida como “floresta dos suicidas”, é caracterizada pelos suicídios romanescos; “dirigem-se para aí solitários ou casais, para cometer suicídio” (PINGUET, 1987, p. 53).

Portanto, mesmo existindo dualidade nos pareceres e nas possíveis justificativas sobre o suicídio, o fato é que em algumas ocasiões ele aparece como legítimo e louvável, e em outras como desprezível ou como um ato de covardia<sup>58</sup>. No que concerne a esta modalidade, *Suicídio Louvável*, o mesmo ato pode ser visto e assimilado de maneiras opostas.

#### **4.2.2 A sorrateira transformação ideológica da sociedade e a sociabilidade sob o signo neoliberal produzindo vidas programáveis – *Suicídio Partilhado***

O capitalismo contemporâneo em suas estratégias de dominação não parou nas transformações estruturais do mundo do trabalho, mas avançou com uma proposta ideológica que corresponde a essas mudanças e supera a situação de crise vivida na década de 1970. Como visto no capítulo anterior, o neoliberalismo constitui uma resposta a esses entraves enfrentados pelo capitalismo, justificando teórica (ou seja, o liberalismo) e ideologicamente a causa dessas crises; é também a resposta para a sua superação e para a perpetuação do seu comando. O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (meio de o indivíduo realizar os seus propósitos privados) fundada na ideia natural e necessária da desigualdade entre os homens, e uma noção rasteira de liberdade (associada à liberdade de mercado).

---

<sup>58</sup> Ver o sentido que o suicídio assumiu na Grécia antiga e na Roma antiga, exposto no primeiro capítulo do presente trabalho.

O neoliberalismo também traz uma ideologia que pretende diminuir a atuação do Estado em suas intervenções e gastos públicos, porém não descarta a possibilidade de sua intervenção na economia como aquele que possibilita melhores condições para o capital, salvando-o das suas crises; um Estado que atue em função do capital. Esta diminuição pretendida das funções estatais coesivas, principalmente aquelas que correspondem aos direitos sociais, resulta na verdade em um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Uma das principais reformas neoliberais na refuncionalização do Estado consiste nas privatizações: “das indústrias internas (siderúrgica, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transporte, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros)” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 228). Essa proposta de privatização se expande para todos os demais serviços públicos com a mercantilização de diversos setores, transformando direitos sociais em serviços privatizados, com o fim da obtenção de lucro.

Para Chauí (2011), o neoliberalismo é a solução capitalista que visa superar os obstáculos da crise do capital, e, sobretudo, a maneira pela qual se pretende neutralizar a contradição deste modo de produção, isto é, a utilização do fundo público para a manutenção da força de trabalho, dirigindo a totalidade desses recursos em favorecimento da acumulação do capital.

Ainda segundo Chauí (2011):

Por conseguinte, visto sob a perspectiva da luta política, o neoliberalismo não é de modo algum a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do Estado e o desaparecimento do fundo público. Ele é a posição política, vitoriosa no momento, que decide cortar o fundo público no polo do financiamento dos bens e dos serviços públicos, cortar o financiamento público do salário indireto e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu. (CHAUÍ, 2011, p. 316-7).

Diante deste movimento é perceptível o sucateamento dos serviços públicos, o que leva às privatizações destes serviços em função dos interesses do capital. Segundo a autora, a crise do Estado de Bem-Estar, reduzindo os recursos públicos para esse fim, conduz à diminuição da esfera pública ou até ao desaparecimento da identidade de bem público e do direito. Essa diminuição significa a ampliação da esfera privada.

E prossegue Chauí (2011):



O encolhimento do estado público e a ampliação do espaço privado, a recusa de marcos regulatórios estatais ou da instância da lei e dos direitos, a ideia de soberania do mercado e da competição sem peias e sem tréguas, a percepção dos seres humanos como instrumentos descartáveis, a obtenção da maximização dos lucros a qualquer preço e os recursos tecnológicos “desregulados” e “flexíveis” criam as condições para o exercício ilimitado da violência, transformando-se em terreno fértil para o crescimento do crime organizado transnacional, que opera uma clandestinidade perfeita, com capacidade de aterrorizar, paralisar e corromper o aparelho judiciário e político, infiltrando-se nos governos, nos parlamentos, nas administrações públicas e desfrutando de total impunidade. (CHAUÍ, 2011, p. 323).

Segundo a autora, os principais traços do modo de produção capitalista no neoliberalismo são: o desemprego torna-se estrutural; o monetarismo<sup>59</sup> e o capital financeiro são centrais, desvalorizando o trabalho produtivo; a terceirização também se torna estrutural, deixando de ser um complemento à produção; a ciência e a tecnologia tornam-se forças produtivas; os direitos sociais tornam-se serviços privados regulados pelo mercado; as decisões são tomadas a nível supranacional devido à dependência dos demais países ao capital e há uma grande disputa por investimentos entre os estados do Terceiro Mundo.

Chauí (2011) afirma que neste período é reforçada a “ideologia da competência”, acrescida da justificativa da atual “sociedade do conhecimento”, que pretende ocultar a ciência como uma força produtiva. O saber se torna o direito natural de alguns, que, ao possuí-lo, comandam “naturalmente” esferas da vida social. Neste sentido, o político e o social são controlados por um saber que cabe a alguns, fazendo escapar dos trabalhadores as decisões e despolitizando a sociedade.

O reforço ideológico do capital através do neoliberalismo não permite opções e contraposições às suas decisões; esse sistema de dominação deve se encarado pelos cidadãos como algo natural, algo dado, sem abrir precedentes a discussões e questionamentos sobre suas ações, mesmo que estas sejam percebidas como exploração e/ou abuso. Verifica-se a sorradeira transformação ideológica da sociedade e desta sociabilidade através do aprofundamento da alienação, inferida na consciência de classe dos trabalhadores, que outrora se reconheciam como dominados e hoje anseiam por se tornar dominadores, traduzindo suas ações em um profundo individualismo diante da competitividade do mercado de trabalho. Deixa de reconhecer a si mesmo como

---

<sup>59</sup> “O monetarismo significa a ausência de relação concreta entre a economia real e a economia virtual, de maneira que somas astronômicas circulam sem corresponder à produtividade e a um aumento real das riquezas; ‘flutuam’ como bolhas especulativas que se deslocam de um país para outro, acarretando a ilusão de prosperidade ao chegar e a realidade da miséria do partir.” (CHAUÍ, 2011, p. 319).

trabalhador explorado, e por consequência não consegue reconhecer o outro como igual a si, mas como possível concorrente em todas as esferas da vida social.

A naturalização e a valorização positiva da fragmentação socioeconômica estimulam o individualismo agressivo e a busca de sucesso a qualquer preço, ao tempo que dão lugar a uma forma de vida determinada pela insegurança e pela violência, institucionalizadas pela volatilidade do mercado. (CHAUÍ, 2011, p. 324).

Tal insegurança e medo proporcionados pelo resultado do individualismo e da volatilidade das relações sociais reforçam a ideia de antigas instituições, tais como a família e o clã como refúgios contra um mundo hostil, e o retorno das formas místicas, autoritárias e fundamentalistas de religião, bem como de autoridades políticas conservadoras. Com isso se oculta a luta de classes e fecha-se cada vez mais o espaço público para a ampliação do espaço privado.

Tendo a modernidade lançado a religião para o espaço privado, hoje, com o neoliberalismo e a “terceira via”, estamos perante o encolhimento do espaço público e a ampliação do espaço privado, que podem dar novamente às religiões a função que tiveram outrora de produzir a ordenação e a coesão sociais. (CHAUÍ, 2011, p. 334).

A nossa experiência de vida se torna volátil e efêmera, e desconhece qualquer sentido de continuidade. Para Chauí (2011), ela se esgota num presente vivido como um instante fugaz, o que impede que haja questionamentos sobre o presente e o porvir. Assim como a ação das tecnologias virtuais, que, segundo a autora, fazem o elogio ao simulacro, isto é, tudo se reduz ao gosto e à paixão pelo efêmero e pelas imagens; estas são comercializadas, mercantilizadas. Compram-se imagens de beleza, de saúde, juventude e sucesso, bem-estar, segurança e felicidade; e por serem temporárias, poderão ser logo substituídas por outras imagens, o que torna as preferências individuais efêmeras e descartáveis.

A essa nova forma da experiência corresponde uma formulação ideológica conhecida pelo nome de pós-modernismo – definido por Fredric Jameson como “lógica cultural do capitalismo tardio” –, comemoração entusiasmada da dispersão e fragmentação do espaço e do tempo, da impossibilidade de distinguir entre aparência e sentido, imagem e realidade, do caráter efêmero e volátil de nossas experiências. Em outras palavras, toma a fragmentação econômica e social, com o sentido temporal, como elogio da contingência e do acaso. (CHAUÍ, 2011, p. 326).

Por fim, é importante ressaltar outra mudança advinda da perspectiva neoliberal, que segundo Chauí (2011), abandona a ideia de justiça social, relacionada à igualdade econômica e social, substituindo-a pela ideia de solidariedade comunitária e igualdade de oportunidades; abandona a ideia de trabalho, substitui-a pela ideia de emprego, que logo mais será substituída pela ideia de produtividade; abandona a realidade das classes sociais, substituindo-a pela defesa da autonomia pessoal.

Percebe-se que este ideário neoliberal se alastra no sentido de demolir as construções sócio-históricas para implementar apenas um pensamento: reproduzir os princípios e valores do capital, perpetuar seu ideário e facilitar o seu domínio, para que nenhum movimento da sociedade se torne um entrave à acumulação de riquezas do capital.

A influência neoliberal afeta todas as relações sociais, pois se torna necessário aplicar um molde à sociedade que corresponda ideologicamente às suas transformações. É perceptível o reforço do conservadorismo, a noção limitada de liberdade – e até enganosa – para parametrizar seus próprios projetos de vida, a descartabilidade e a mercantilização do humano. Ocorre um avanço progressivo de esvaziamento do ser, isto é, cada vez menos o homem é protagonista de suas escolhas, pois a própria sociedade é que determina concretamente as possibilidades de vida.

A notória perversidade posta no ideário neoliberal pressupõe o seguinte questionamento: será que esta forma de sociabilidade representa a morte de si mesmo no cotidiano? Ou a anulação do humano-genérico em prol da ideologia dominante? Seria esta anulação uma forma de suicídio inconsciente ou até involuntário?

Que outra coisa devemos esperar de três por cento de pessoas que nem sequer suspeitam de que elas próprias, diariamente e a cada hora, pouco a pouco, assassinam a sua natureza humana? (MARX, 2006, p. 43).

É de interesse do neoliberalismo que o indivíduo suporte as condições de exploração sem que haja questionamento e tampouco enfrentamento, que suporte as péssimas condições, encarando-as como algo natural.

As vidas programáveis, resultantes das transformações no mundo do trabalho e da ideologia neoliberal compartilhada e reproduzida constantemente no cotidiano, pavimenta o caminho para o *Suicídio Partilhado*. Nesta sociabilidade, as possibilidades de escolhas parecem estar prontas e programadas, e são reproduzidas sem questionamento algum. Neste sentido, a vida se resume a reproduzir os padrões

impostos pela sociedade conforme parâmetros preestabelecidos, tais como a moda, o culto ao corpo perfeito sob o falso signo de saúde perfeita, o sucesso profissional a qualquer custo na perspectiva de cargos e salários altos, promovendo um *status* social gerado por padrões de consumo, as amizades virtuais com pouca profundidade – no entanto, em grande proporção numérica e rotatividade, dando a impressão da obtenção de extenso ciclo social (porém apenas virtual) –, relacionamentos e vida postos em um fluxograma social ditado pela sociabilidade atual.

O indivíduo morre aos poucos sem perceber que suas escolhas implicam a negação da sua própria vida. E pode se esgotar no ato de tirar a sua própria vida, no momento em que esta perde o seu sentido e significado.

#### **4.2.3 As transformações no mundo do trabalho e o esvaziamento do humano na sociedade capitalista contemporânea – *Suicídio Estrutural-Laboral***

É sob o capitalismo contemporâneo que o mercado de trabalho foi substantivamente alterado com a reestruturação produtiva. Enquanto uma pequena parte dos trabalhadores possui garantias e direitos, uma grande parte dos trabalhadores é submetida a péssimas condições de trabalho, a grande rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas e até inexistentes.

Segundo alguns autores<sup>60</sup>, torna-se inevitável a incorporação de tecnologias – pela automação, robótica e microeletrônica – à produção na reestruturação produtiva, o que determina o desenvolvimento das forças produtivas e reduz a demanda do trabalho vivo. Em outras palavras, o desenvolvimento expressivo das tecnologias impulsionou a substituição do trabalho vivo pelo maquinário, aumentando consideravelmente sua produtividade em menos tempo, explorando a mais-valia absoluta e relativa dos trabalhadores, estendendo e intensificando sua jornada de trabalho, e, também, gerando uma grande massa de desempregados.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento do setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais

---

<sup>60</sup> ANTUNES, 2010; ALVES, 2011.

velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2010, p. 47).

Outra marca característica da atual reestruturação produtiva é a forma cooptada de “participação” dos trabalhadores na perspectiva de “colaboradores” e “cooperadores”, o que pressupõe a incorporação e a aceitação, por parte dos trabalhadores, dos ideários empresariais de concorrência e de competitividade. Vende-se a fantasia de participação na “Família Toyota”, compartilhando dos mesmos objetivos, reforçando nos trabalhadores “o sonho de alcançar a vida do capital”, algo apenas ilusório, pois eles não desfrutam dos mesmos lucros nem das mesmas condições de vida (ANTUNES, 2010, p. 38).

Para Antunes (2010, p. 34), um ponto essencial é que, “para a efetivação da flexibilização do aparato produtivo, é imprescindível a flexibilização dos trabalhadores”. Isso se traduz na perda e/ou anulação dos direitos trabalhistas conquistados.

Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, a depender das condições do mercado. (ANTUNES, 2010, p. 34).

Todas essas mudanças no mundo do trabalho, que atendem aos interesses do capital, modificam o modo de ser do trabalho, afetando os trabalhadores. Para Antunes (2010, p. 40), essa crise afeta intensamente “o universo da consciência, da subjetividade do trabalho e das suas formas de representação”. As transformações no mundo do trabalho são objetivas e subjetivas.

Essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc. dos diversos países onde são vivenciadas, afetam diretamente o operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no ser do trabalho. A crise atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. (ANTUNES, 2010, p. 40).

Diante dessas transformações, o trabalhador perde ainda mais sua identidade no processo produtivo, tornando o trabalho ainda mais alienado ao seu produtor. Neste processo, é nítida a intensificação da alienação e da expropriação do trabalhador no processo produtivo. Este trabalhador que sobrevive pela venda da força de trabalho

encontra-se diante do desafio de inserir-se no mercado de trabalho qualificado, seletivo e competitivo ou no mercado informal precarizado, o que cabe àqueles que não se encaixam nos padrões e exigências do capital e fazem parte da grande massa de desempregados, inválidos neste aparato produtivo, além de afetar diretamente sua subjetividade e de serem minimizados em sua capacidade de produção.

A nova dinâmica do trabalho abre precedentes para compreendermos o suicídio como parte estrutural deste processo com causas diretamente relacionadas ao trabalho. Há casos de suicídio gerados por esta nova dinâmica, tais como a intensificação do trabalho e o desemprego estrutural.

O emprego passa a ser fundamental e aparece como única possibilidade de garantia de sobrevivência, porém a atividade laboral muitas vezes é degradante e exaustiva devido à intensificação e à precarização do trabalho, e ainda, regulado pela ameaça constante da demissão, o que se torna outra possível fonte causadora de suicídio. Isto é o que chamamos de *Suicídio Estrutural-Laboral*, provocado pela reestruturação do trabalho.

Como se constata em matéria publicada pela ONG *China Labor Watch*<sup>61</sup> (CLW), em que três trabalhadores da empresa Foxconn<sup>62</sup>, na cidade chinesa Zhengzhou, saltaram de diferentes edifícios num espaço de vinte dias, cometendo suicídio. Segundo relato da CLW, o primeiro caso, ocorrido em 24 de abril, foi o de um homem de 24 anos de idade que pulou do edifício-dormitório Yukang. No segundo caso, ocorrido no dia 27 de abril, uma mulher de 23 anos pulou do 12º andar. No dia 14 de maio foi registrado o terceiro: um trabalhador de 30 anos de idade casado e com um filho de cinco anos também se lançou de um edifício.

Na reportagem publicada pela ONG é sugerida a possibilidade de a causa dos suicídios ocorridos num espaço de tempo tão curto estar diretamente relacionada ao fato de a empresa ter adotado uma nova política na qual supostamente os trabalhadores sofriam ameaças de demissão caso não alcançassem as metas estabelecidas. Os fatos ocorridos são fortes evidências de que este suicídio é resultante da exploração intensa da força de trabalho no contexto da reestruturação produtiva.

---

<sup>61</sup> A ONG China Labour Watch fundada em 2000 é uma organização independente sem fins lucrativos, tem colaborado com organizações trabalhistas e os meios para realizar uma série de avaliações em profundidade nas fábricas da China.

<sup>62</sup> Maior fabricante e exportadora de componentes eletrônicos e de computadores no mundo.

#### 4.2.4 A barbárie como um resultado da sociabilidade atual: a ausência do humano e a banalidade nas relações sociais – *Suicídio Barbárie*

É na sociedade capitalista que se alcança um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas e um avançado desenvolvimento tecnológico e científico que atinge todas as áreas da vida social. A sociedade é capaz de produzir o suficiente para suprir as necessidades de todos os homens, no entanto, esta produção é apropriada por uma minoria capitalista e não é distribuída aos demais.

Segundo Tonet (2002, p. 2), é neste período que se instala a desigualdade social, “não mais por escassez de conhecimento, de recursos, de tecnologias ou de bens”, mas como resultado das relações entre os homens. O princípio da barbárie consiste na apropriação dos meios de produção como propriedade privada<sup>63</sup> do capital.

Este é exatamente o fundamento da decadência desta forma de sociabilidade. Uma ordem social que, tendo alcançado a possibilidade de criar riquezas capazes de satisfazer as necessidades de todos, vê-se impossibilitada de atender a essa exigência. E que, para manter-se em funcionamento, precisa impedir, de maneira cada vez mais aberta e brutal, o acesso da maior parte da humanidade à riqueza social. (TONET, 2002, p.2).

Atualmente, milhares de pessoas vivem entre a miséria e a extrema pobreza, e muitas vezes não possuem condição alguma de suprir sua própria sobrevivência; ao mesmo tempo, constata-se um alto nível de concentração de riqueza em poucas mãos.

Conforme Tonet (2002):

Miséria, pobreza, fome, desnutrição, subnutrição e todo o cortejo de horrores – gerado pela falta de acesso (quantidade e qualidade adequadas) aos bens materiais necessários à manutenção de uma vida digna – acompanham esta situação. Populações inteiras são submetidas às condições de vida mais degradantes e praticamente descartadas como supérfluas, pois o capital não pode incluí-las no seu processo de reprodução. Milhares de pessoas são obrigadas a viver em condições subumanas porque não têm acesso ou têm um acesso precaríssimo à alimentação, à saúde, à habitação, ao vestiário, ao saneamento, ao transporte etc. (TONET, 2002, p. 5-6).

Nesta perspectiva, o bárbaro está instituído nas relações sociais pela falta de interesse do capital em “incluir” essas multidões que vivem em condições miseráveis em seu processo de produção. Além de manter estas condições degradantes, esconde-se

---

<sup>63</sup> “[...] a causa fundamental esta nas relações de produção fundadas na propriedade privada. O capitalismo necessita de escassez como um elemento vital para a sua reprodução” (TONET, 2002, p. 4).

atrás de um discurso humanista que o desresponsabiliza por tal situação. É clara a desvalorização do humano, considerando populações inteiras como “descartáveis”.

Para Tonet (2002, p. 5), a devastação da natureza e a violência também são resultantes desse movimento do capital de acúmulo de riqueza, que fatalmente “levará a humanidade ao caminho da destruição”. Assim, o capital com seu alto nível de exploração dos recursos naturais abre caminhos que precedem a ruína. A inconsequência do capital promove a devastação em diferentes territórios, visando à obtenção de lucro a qualquer custo, mesmo que isso implique a devastação de populações inteiras; entretanto, mostra-se capaz de criar um discurso de “sustentabilidade”, transferindo sua culpa para os indivíduos, como uma demonstração de positividade coletiva.

Argumenta-se, muitas vezes, que nunca, como hoje, houve tanta preocupação com os direitos humanos, com as questões ecológicas, com a problemática ligada à qualidade de vida e ao espaço público. Isso é verdade, contudo, em vez de tomar isso como um sintoma de decadência, considera-se como uma demonstração de positividade. Ao contrário, a nosso ver, a ênfase em todos esses aspectos é uma clara demonstração de decadência desta sociabilidade. Ela constitui a expressão de que quanto mais a realidade objetiva evolui no sentido da desumanização, mais o universo dos valores ganha um estridente caráter de discurso vazio e até de moralismo barato. Ou seja, quanto menos se vai no sentido de mudar a realidade, tanto mais se acentua o discurso sobre a necessidade de mudar a realidade. (TONET, 2002, p. 8).

A violência desta sociabilidade também é uma expressão clara dessa barbárie; ela se expressa de forma brutal nos atos que escandalizam por sua perversidade e esvaziamento do humano. Atualmente vivenciamos diversos tipos de violência, tidos por Tonet (2009) como “um cortejo de horrores”: massacres, roubos, assaltos, sequestros, violência contra mulheres e crianças, como estupros e pedofilia, a própria corrupção.

O autor fundamenta este ato na compra e venda da força de trabalho, como o gerador da propriedade privada capitalista:

Esse é um ato que, por sua própria natureza, implica a submissão violenta – embora “livremente” aceita – do trabalho ao capital. Somente na aparência este é um ato livre. Afinal, o trabalhador tem de submeter-se a ser explorado sob pena de perder a vida. Este ato violento gera, necessariamente, uma sociedade permeada de violência, nas suas formas mais diversas. (TONET, 2009, p. 10).



Ainda em relação à violência, como expressão da barbárie, podemos observar a incidência em grupos vulneráveis, como, por exemplo, a população LGBT (Lésbica, Bissexual, Gay, Travesti, Transexual ou Transgêneros), a população negra e os indígenas, que incide fortemente para o desfecho do suicídio.

Em relação à população LGBT, Arilha (1998, p. 38) menciona a estigmatização que esta população sofre em decorrência dos padrões estabelecidos socialmente, conhecidos como padrões heteronormativos: “a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. Tal superioridade é o que legitima a violência contra a mulher e/ou feminino, que se atualiza no corpo masculino” e gera uma violência simbólica, psicológica, moral e física, conhecida por homofobia.

Segundo Erixon e Haboury (2003), a homofobia aparece como uma defesa psíquica e social que visa afastar todo e qualquer questionamento ou desestabilização da heteronormatividade, lançando, assim, bases para a construção do masculino e a opressão, rejeição e exclusão a tudo que diverge dessa normativa. Desse modo, “quando se trata do enfrentamento dessas opressões, em especial na adolescência” (ERIBON; HABOURY, p. 40), em muitos casos, os efeitos podem ser o surgimento de pensamentos e as tentativas de suicídio (ERIBON; HARBOURY, 2003).

Baseando-se em diversas pesquisas sobre suicídio no mundo, Arenales et al. (2005) apontam que entre os adolescentes, as taxas de suicídio triplicaram entre os anos de 1950 e os anos de 1980. Recordemos que no Brasil, segundo o relatório epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde do Brasil (2017), o suicídio é a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, e em pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e divulgada pela BBC (2017), a cada 25 horas um LGBT é assassinado ou se suicida, vítima da homofobia, o que faz do Brasil o campeão mundial desse tipo de crime.

Realizando um paralelo com outros países, por exemplo, os Estados Unidos, no que tange à orientação sexual, inúmeros estudos mostram que a taxa de suicídio é elevada entre os adolescentes LGBT; assim, “os jovens gays são duas a três vezes mais propensos a tentar suicídio comparativamente aos jovens heterossexuais” (RUSSEL; JOYNER, 2001, p. 51).

Em relação a outros grupos vulneráveis, como a população negra, Tavares (2017) alerta para a morte invisibilizada dos negros, derivadas do suicídio.

Historicamente, quando nos remetemos ao século XIX, em pleno contexto da escravidão no Brasil, os suicídios da população negra eram uma prática muito comum:

Relatos estrangeiros destacavam que esta era uma prática muito comum, que as mortes voluntárias entre os cativos aconteciam de forma passiva, como recusar alimento e deixar-se morrer em apatia extrema, ou de forma ativa, como por enforcamento, afogamento, uso de armas brancas e revólveres, entre outros. A morte por suicídio era atribuída, quando citadas as motivações, ao banzo, à crença de reencarnação com retorno à terra natal, ao desgosto com o cativo, mas fatores como maus costumes, vícios, desespero diante de condenações severas e loucura eram especialmente enfatizados. (TAVARES, 2017, p. 73).

Todavia, na contemporaneidade o debate acerca da temática é praticamente nulo, como confirma Tavares (2017):

Chama a atenção que embora os negros correspondam a cerca de 54% da população brasileira, alcançando representatividade numérica no universo estudado, e estejam expostos aos principais fatores predisponentes individuais e coletivos ao suicídio apresentados na literatura, esse grupo não recebe qualquer análise específica sobre sua sub-representação nas notificações. (p. 73).

Em relação aos dados estatísticos divulgados por órgãos oficiais brasileiros como IBGE, IPEA e Ministério da Saúde, somente no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, divulgado pelo Ministério da Saúde em 2017, é possível verificar uma única referência a respeito do suicídio entre a população negra, mesmo assim, sem uma análise aprofundada e com um percentual baixo.

O que parece destonar com os dados divulgados que reafirma o perfil vulnerável desse grupo social, pois a população negra (notadamente a masculina) morre por causas externas à violência, correspondendo a 67,9% das mortes por agressões e 51,9% por acidente transporte terrestre. Na estratificação por faixa etária, dos 152.013 óbitos por causas externas, 55.291 (36%) ocorrem entre jovens de 15 a 29 anos. Nesta faixa etária, 49.555 (90%) eram de sexo masculino e 32.632 (59%) de cor/raça negra; as causas mais frequentes foram agressões 62% (20.204 óbitos), acidentes de transporte 22% (7.201 óbitos) e suicídios 4% (1.254 óbitos). (BRASIL, 2017b).

Seguem os dados gerais, divulgados pelo IBGE (2017b), no que concerne aos riscos que corre a população negra no tocante à violência:

a) à desigualdade social, baixa renda e desemprego – pardos e pretos recebem respectivamente 55,6% e 54,9% do rendimento dos brancos e são a maior parte da população desocupada, sendo pardos 52,7% e pretos 11,0% (negros = 63%), correspondendo a  $\frac{3}{4}$  da população mais pobre; b) baixa escolaridade – tem maior incidência de analfabetismo (11,8%) e representa apenas 37,4% dos universitários; c) abuso de drogas e transtornos mentais – brancos têm mais acesso à rede de atenção em saúde mental por abuso de álcool (44%) e outras drogas (42%) que pardos, com respectivamente 26% e 22%. No entanto, a mortalidade (por 100 mil hab.) é alarmante na população negra por abuso de álcool: 5,3 entre pretos, 3,89 entre pardos, 2,69 entre brancos e 2,08 entre índios. (IBGE, 2017b, p. 7).

Agregando mais dados, Tavares (2017) revela tal contradição a respeito das pesquisas sobre o suicídio da população negra, ressaltando “a morte invisibilizada do negro”:

No que se refere às mortes por arma de fogo (AF), segunda forma de suicídio mais comum no país, somos alertados de que existe uma enorme escassez de fontes e poucas alternativas para estudar a questão da cor das vítimas na mortalidade por arma de fogo. Embora os levantamentos indiquem que, entre os óbitos por AF, 70,5% dos casos de homicídios e 37,8% de suicídio ocorreram com negros, nenhuma análise é apresentada sobre estes números. (p. 74).

Dessa forma, no contexto de uma população negra historicamente submetida a extremo sofrimento físico, psíquico e social, questiona-se a invisibilidade das mortes por suicídio, pois, como assevera Tavares (2017, p. 74), “números tão baixos de casos notificados nesta população deveriam suscitar estudos que investigassem essas disparidades”.

Contudo, o último grupo destacado como vulnerável ao suicídio, decorrente da barbárie social, em especial a violência, são os povos originários, que têm alcançado índices crescentes, de 2011 a 2016, extremamente preocupantes. Como destaca Gonçalves (2018, p. 5), “o suicídio indígena bate recordes. Mais do que opção, a morte voluntária dos indígenas tem sido consequência de uma existência em conflitos, uma vida de quase-nada”.

Segundo levantamento do Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade por suicídio entre indígenas é quase o triplo da média nacional. Enquanto o Brasil registra 5,7 óbitos a cada 100 mil habitantes, o índice é de 15,2 na população indígena. A maioria das mortes (44,8%) ocorre na faixa etária de 10 a 19 anos (BRASIL, 2017a).

Segundo Manso (2014), fundamentado na última atualização da edição “Homicídios e Juventudes” do Mapa da Violência (2014, p. 20):

Nos últimos dez anos, entre 2002 e 2012, o Amazonas foi o estado onde o suicídio de jovens mais cresceu (134%). Lá, onde os índios representam 4,9% da população, 20,9% dos suicídios foram praticados por indígenas. O município de São Gabriel da Cachoeira, noroeste da Amazônia, é o município recordista de suicídios por habitantes dos municípios brasileiros. De um total de 73 mortes ocorridas entre 2008 e 2012, apenas cinco não eram de indígenas, segundo o Mapa da Violência 2014. Entre os indígenas, 75% eram jovens.

Manso (2014) assevera que esses dados são sequelas de uma violência sistêmica contra os povos indígenas, por meio da redução dos seus direitos e das suas terras, confinando-os em pequenas parcelas de terras, sem assistência efetiva. “No Brasil há 1.296 terras indígenas, 63% não estão demarcadas, ou seja, não garantem nenhum direito básico ao povo dali. Além disso, historicamente os governos têm confinado os indígenas em pequenas parcelas de terras” (MANSO, 2014, p. 25).

Remetendo a Galeano (2010), observa-se que historicamente a violência, em relação aos povos originários, esteve presente na América Latina como etapa importante da dominação do capitalismo na sua fase conhecida como mercantil (séculos XV a XVIII), o que não raramente, na época, levou muitos indígenas, como já relatado<sup>64</sup>, a cometerem suicídio em massa, como forma de fugir de uma violência implacável:

Os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d'água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de arar trazidos da Espanha. Muitos indígenas da Dominicana se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa. (GALEANO, 2010, p. 33-4).

A questão da terra se torna algo de grande importância para os indígenas; a desterritorialização significa a destruição do seu estilo de vida, pois “é nos territórios originais que estão presentes os elementos da vida comunitária, é onde eles se conhecem, cantam, dançam, fazem rituais, se relacionam da maneira mais completa e complexa” (MANSO, 2014, p. 25).

Neste sentido, a barbárie se intensifica na reprodução deste modo de produção que absorve toda e qualquer ação que viabilize a acumulação de capital em detrimento do desenvolvimento de todas as esferas da vida social. Ela não se limita às coisas materiais, mas se materializa na subjetividade e na consciência dos indivíduos, na

---

<sup>64</sup> Na seção 2, subseção 2.2.

dominação ideológica e negando qualquer movimento autônomo de escolha e construção de vida social emancipada.

A perversidade posta na sociabilidade atual, classificada por alguns autores como “barbárie”, remete a algo tão profundo e perverso que correríamos o risco de errar ao tentarmos encontrar (sob este contexto) um sinônimo para esta palavra, ou outra que pudesse substituí-la sem que interferisse ou minimizasse seu significado. A palavra barbárie, quando não resumida somente à fiel tradução de suas letras e compreendida através da perspectiva crítica, aponta para a miserabilidade das relações atuais. O *Suicídio Barbárie* é, portanto, a possibilidade de esgotamento do próprio homem.

A miséria da barbárie promove o pânico e a fobia na sociedade, fazendo com que indivíduos lutem uns com os outros, numa tentativa de garantia de sobrevivência. Nessa sociabilidade não há muitos espaços para a reflexão sobre o cotidiano, cabendo apenas o cumpra-se; as ações são imediatas e inconsequentes, ocasionando o perigo e a morte. Segundo Marx (2006, p. 42): “cada um é estranho de si e todos são estranhos entre si”.

A forma de olhar para a realidade e localizar em seus mais diversos aspectos as possibilidades de suicídio faz com que esta análise não se esgote nos exemplos aqui citados. Ela é muito mais profunda, pois seus resultados, embora omitidos, não são invisíveis e/ou inquestionáveis. Daí surge a necessidade de desvelar aspectos da realidade que produzem este fenômeno (o suicídio), realidade esta em que homens e mulheres, crianças, velhos e jovens são tratados diariamente como mercadorias e como fonte de lucro, seja como “produtos” à venda no mercado de trabalho, seja como “consumidores” dos produtos que eles mesmos criam. O que esperar desta maneira mercadológica de ressignificar a vida a ponto de determinar de forma programada todas as suas ações e respostas?

A barbárie não se esgota enquanto houver um modo de produção que sobrevive da exploração do homem pelo homem. Faz-se necessária a superação deste modo de produção e, por conseguinte dessa forma de sociabilidade. Enquanto se reproduzir a negação da subjetividade do homem pelo trabalho, sendo ele permanentemente explorado para manter apenas a sua sobrevivência, não haverá espaço que favoreça o questionamento da situação real e de suas causas.

Quando se vê a forma leviana com que as instituições, sob cujo domínio a Europa vive, dispõem do sangue e da vida dos povos, a forma como

distribuem a justiça civilizada com rico material de prisões, de castigos e de instrumentos de suplício para a sanção de seus desígnios incertos; quando se vê a quantidade incrível de classes que, por todos os lados, são abandonados na miséria, e os párias sociais, que são golpeados com um desprezo brutal e preventivo, talvez para dispensar-se do incômodo de ter de arrancá-los de sua sujeira; quando se vê tudo isso, então não se entende com que direito se poderia exigir do indivíduo que ele preserve a si mesmo uma existência que é espezinhada por nossos hábitos mais corriqueiros, nossos preconceitos, nossas leis e nossos costumes em geral. (MARX, 2006, p. 26-7).

O suicídio desvela então, mais do que uma denúncia clara desta barbárie – para os capitalistas –, um “fracasso pessoal” do ser humano para aqueles que não se adaptaram ou para aqueles que não atingiram as expectativas desta sociabilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que percorremos até aqui buscou evidenciar que o suicídio resulta de múltiplos fenômenos – construído socialmente e que se transforma histórica e culturalmente –, estando localizado no campo de processos sociais e mediando as relações dos indivíduos. Realizamos algumas reflexões finais na perspectiva de dar visibilidade ao suicídio como especificidade estrutural da sociabilidade capitalista.

Parafraseando Marx (2006), o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. Embora não muito divulgado, é um fenômeno que ocorre com muita frequência – muito mais do que é divulgado. Podemos considerar que está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios.

Ao compreender o suicídio dessa forma, torna-se possível o desvelamento de uma série de tabus relacionados com o tema, gerando uma via para entendê-lo de forma mais ampla. Via esta que tivemos como foco, na análise do suicídio, a teoria social de Marx, contemplando minimamente os critérios para uma análise da realidade de forma crítica e dialética. Pois é na raiz da produção/reprodução da sociedade capitalista, no que concerne, especialmente, à acumulação de miséria relativa e à acumulação do capital, que se acham as condições de vida material para as condições subjetivas. A mercantilização social da vida não se limita à classe trabalhadora, mas essa “miserabilidade do humano” atinge todas as esferas da vida social. Todavia, a intensidade do fenômeno, quando relacionado ao trabalho, terá maior relevância para a classe trabalhadora.

Porém, mesmo com a possibilidade do desvelamento do fenômeno “suicídio” para além da superficialidade imposta pelo senso comum, hegemonicamente a tendência observada ainda é a da “naturalização”, considerando tal fenômeno como uma forma de culpabilizar o indivíduo, através de ações focalizadas. Nesta relação, torna-se perceptível um posicionamento também ideológico, que visa manter e conservar o pensamento hegemônico.

O suicídio de forma alguma é um ato isolado, e muito menos um ato que ocorre com pouca frequência; na verdade, os números atinentes ao suicídio não são revelados em sua dimensão ou trazidos pela mídia<sup>65</sup>; alguns casos nem chegam a ser registrados,

---

<sup>65</sup> Segundo a OMS (2001, p. 74), “os veículos de mídia podem ajudar na prevenção limitando a apresentação gráfica e desnecessária dos suicídios e desglamorizando o noticiário de tais eventos. [...] A glamorização do suicídio pode levar à imitação”.

devido à forma pejorativa e discriminatória que este ato assume para os familiares e as pessoas de seu convívio social, que sofrem pressões sociais moralistas e culpabilizadoras.

Segundo relatório do Ministério da Saúde do Brasil, de 2017, como já explicitado, anualmente, em média, no país, 11 mil pessoas tiram a própria vida. É a quarta maior causa de morte na faixa etária de 15 a 29 anos (como relatado na primeira seção deste trabalho, é nessa faixa etária que os sujeitos estão adentrando inicialmente no mercado de trabalho ou começando a se estruturar na vida profissional, o que acarreta maiores pressões e cobranças). Nesta mesma idade produtiva (15 a 29 anos), o suicídio tornou-se a terceira maior causa de morte entre os homens e a oitava entre as mulheres. (BRASIL, 2017a).

Em números absolutos (total de suicídios por ano), o Brasil ocupa, segundo a OMS (2014), a oitava colocação entre os países que possuem os maiores índices de suicídios anuais, tornando-se líder, nesta modalidade, na América Latina. Os dados que confirmam essa posição podem ser colhidos no Ministério da Saúde: em 2011 foram 10.490 óbitos notificados por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio), e em 2015, 11.736 notificações. As maiores concentrações de suicídio se localizam, como visto no decorrer do presente trabalho, em áreas urbanas. No país, a região Sul concentra 23% dos suicídios do Brasil, enquanto no Sudeste ocorrem 38% dos suicídios (BRASIL, 2017a).

Com fundamento em registros anteriores, por meio de pesquisas do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o número de suicídios nas últimas três décadas é de 186.136. A região Sudeste está em primeiro lugar, tendo alcançado o número total de 76.643 suicídios; somente no Estado de São Paulo ocorreram 44.997 suicídios. A região Sul aparece em segundo lugar, com 52.947 suicídios; somente no Rio Grande do Sul ocorreram 26.907 suicídios. Nos casos verificados, há uma predominância masculina e um considerável número de jovens. No Estado de São Paulo, de 2000 a 2009, ocorreram 16.580 suicídios; os cinco principais índices são os dos municípios de São Paulo, Campinas, Guarulhos, Sorocaba e Ribeirão Preto. Somente o município de São Paulo atingiu 4.617 suicídios. (CECCON, 2013).

Acrescentamos que a individualização no sentido do “tratamento” e da “prevenção” dos suicídios oculta todo o movimento da sociedade que também provoca este fenômeno. Assim, ao se tratar o indivíduo, transfere-se para ele a “culpa” por seu



momento de “fraqueza” ou “desajuste”, sem questionar os motivos que o levaram a este ato, que são um resultado histórico e estrutural da nossa sociedade.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS):

O suicídio resulta de um ato deliberado, iniciado e levado a cabo por uma pessoa com pleno conhecimento ou expectativa de um resultado fatal. O suicídio constitui hoje um grande problema de saúde pública. (OMS, 2001, p. 36).

Considerado um problema de saúde pública, o suicídio abre precedentes para um possível “tratamento” e uma possível “prevenção”. Algo interessante para a análise desta perspectiva é que se reconhecem entre as causas do transtorno mental fatores sociais e econômicos, tais como: “a pobreza e as condições associadas – desemprego, baixo nível de instrução, privação e ausência de domicílio”; estes atingem “não só países pobres, mas afetam uma minoria considerável em países ricos” (NARAYAN, 2000, p. 39).

Abaixo, segue um exemplo referente à forma como os transtornos mentais são relacionados à pobreza:

Quando interrogados sobre a sua saúde, os pobres mencionam uma grande variedade de lesões e doenças: membros fraturados, queimaduras, envenenamento por substâncias químicas e poluição, diabetes, pneumonia, bronquite, tuberculose, HIV/AIDS, asma, diarreia, febre tifoide, malária, doenças parasitárias da água contaminada, infecções cutâneas e outras doenças debilitadoras. Muitas vezes, vêm à tona problemas de saúde mental ao lado de inquietações físicas, e frequentemente são também discutidas dificuldades relacionadas com o abuso de drogas. O estresse, a ansiedade, a depressão, a falta de autoestima e o suicídio estão entre os efeitos da pobreza e da saúde debilitada comumente identificados pelos grupos de discussão. Um tema que volta sempre é o estresse resultante da incapacidade de sustentar a própria família. (NARAYAN, 2000, p. 40)

O Ministério da Saúde do Brasil apresentou uma Estratégia Nacional para a Prevenção do Suicídio. Publicou as Diretrizes Nacionais para a Prevenção do Suicídio – Portaria nº 1.876/GM, de 14 de agosto de 2006. O Manual de Prevenção de Suicídio, organizado pelo Ministério da Saúde em outubro de 2006, segue as mesmas diretrizes da OMS e considera como possíveis fatores de risco do suicídio: “os transtornos mentais, sociodemográficos, psicológicos e as condições clínicas impactantes” (BRASIL, 2006, p. 15).

Não pretendemos nesta análise, como já explicitado em todo o desenvolvimento do presente trabalho, apontar a causa do suicídio por transtornos mentais, e sim debater este viés, pois, a nosso ver, uma das causas deste fenômeno está totalmente relacionada ao momento histórico conjuntural da sociedade e ao modo de produção capitalista. Há possibilidades de suicídio devidas a este determinante, no entanto, não devemos generalizá-lo para todos os casos desta análise, nem negar que as condições sociais concretas de vida nesta sociabilidade podem sim ser causas para a realização deste ato, muitas vezes individualizado e culpabilizado pela sociedade. Como também não podemos deixar de considerar a escolha pessoal de pôr fim à sua própria vida, já que o indivíduo é um ser livre e capaz de fazer escolhas diante das possibilidades concretas de vida.

A partir de nossas análises e reflexões, compreendemos que este modo de produção e a sociabilidade presente apresentam possibilidades de superação, pois entendemos que o fenômeno “suicídio” assume uma particularidade no capitalismo e que esta sociabilidade pode ser superada. Compreendemos então o suicídio não como um fenômeno determinista ou como algo cristalizado.

Com esta análise percebemos a complexidade e a profundidade das questões postas pela sociabilidade capitalista. Mesmo que a alienação seja intensa, não podemos de forma alguma subsumir a este sistema exploratório a capacidade revolucionária do homem enquanto ser social. Torna-se um desafio elucidar os caminhos perversos do capital para compreender, na realidade as possibilidades de sua superação.

Conforme Marx (2006, p. 16), “a classificação das causas do suicídio é uma classificação dos males da sociedade burguesa moderna, que não podem ser suprimidos sem uma transformação radical da estrutura social e econômica”.

O capital, ao tempo que considera a vida humana fundamental (pois sem gênero humano não há trabalho que produza mais-valia), também causa sua degradação no processo produtivo. Portanto, é preciso buscar uma nova alternativa para a humanidade, na qual o trabalho de fato produza satisfação e bem-estar, ao invés de sofrimento, adoecimento e suicídio.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Alfred. **O deus selvagem**: um estudo do suicídio. Tradução de Sônia Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- ALVES, Giovanni. **Barbárie social e devir humano dos homens**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2011/10/31/barbarie-social-e-devir-humano-dos-homens/>> Acesso em: 14 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMARAL, Virginia B.A. A negação da memória do trabalho no discurso do capital. **Revista interdisciplinar de cultura**, Campina, v.24, n. 1, p.37-54, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o estado democrático**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BANDO, Daniel Hideki, BARROSO, Ligia Vizeu. **O suicídio na cidade de São Paulo**: uma análise sob a perspectiva da geografia da saúde. São Paulo: Humanitas, 2010.
- BBC BRASIL. **Como suicídio de funcionário levou à renúncia do presidente de gigante japonesa**. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38461828>> Acesso: 15 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Suicídios aumentam no Japão e preocupam governo**. 2009. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090324\\_suicidiosjapao.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090324_suicidiosjapao.shtml)> Acesso: 13 mar. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Cientista de 104 anos morre na Suíça após jornada de 10 mil km em busca do suicídio assistido**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43958624>> acesso em: 25 jun. 2018.
- BEHRING, Elaine. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elizabeth et al (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social, 2).

BOTEGA, N. J. **Crise suicida**: avaliação e manejo. Editora Artmed, 2015.

BOTEGA, N. J. et al. Prevenção do comportamento suicida. **PSICO - PUCRS**, Porto Alegre, v.37, n.3, p-213-220, set/dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Agenda estratégica de prevenção do suicídio**. Brasília, DF, 2017a Disponível em: <[https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Boletim\\_suicidio\\_MS\\_set17.pdf](https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Boletim_suicidio_MS_set17.pdf)> Acesso em: 04/08/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**. Brasília, DF, v.48, n.30, 2017b.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CECCON, Roger Flores, et al. Suicídio e trabalho em metrópoles brasileiras: um estudo ecológico. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro. v. 19, n. 7, p. 2225-2234, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/101986>> Acesso em: 15 maio 2015.

CHAGAS, Eduardo. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.36, n.2, p.63-84, Maio/Ago. 2013.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COELHO, Adilson Rodrigues. Suicídio: um estudo introdutório. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1/2, p. 47-64, jan./dez. 1997.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho**: o que fazer? Brasília: Paralelo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 2000.

\_\_\_\_\_. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências**: novos e velhos desafios?. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. esp., p. 37-57. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1>>. Acesso: 13 mar. 2017.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** São Paulo: Global Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: RICARDO, Antunes (Org.). **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo. Expressão popular, 2004.

ESTADÃO. **IBGE muda faixa etária da população em idade ativa.** 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-muda-faixa-etaria-da-populacao-em-idade-ativa,127721e>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

FAIRBAIRN, Gavin J. **Reflexões em torno do suicídio a linguagem e a ética do dano pessoal.** São Paulo: Paulus, 1999.

FELIZOLA, Carolina; MOREIRA, Juliana. **O romantismo inglês e o romantismo brasileiro na literatura.** 2009. Disponível em: <[http://www.letras.ufrj.br/veralima/romantismo/ensaios/romantismo\\_ingles\\_brasileiro\\_g3i\\_a.pdf](http://www.letras.ufrj.br/veralima/romantismo/ensaios/romantismo_ingles_brasileiro_g3i_a.pdf)> Acesso em: 27 maio 2018.

FOLHA de São Paulo. **Suicídio por excesso de trabalho leva à renúncia de empresário japonês.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1845766-suicidio-por-excesso-de-trabalho-leva-a-renuncia-de-empresario-japones.shtml>>. Acesso: 03 fev. 2017.

FRANCO, Tânia. Karoshi: o trabalho entre a vida e a morte. **Caderno CRH**, Salvador, v. 15, n.37, p.141-161, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2010.

GONTIJO, Erik Hagensen. **Natureza, sociedade e atividade sensível na formação do pensamento marxiano.** 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8M4HUA/natureza\\_\\_sociedade\\_e\\_atividade\\_sens\\_vel\\_\\_\\_erik\\_haagensen\\_gontijo.pdf?squence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8M4HUA/natureza__sociedade_e_atividade_sens_vel___erik_haagensen_gontijo.pdf?squence=1)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GUILLON, Claude; LE BONNIEC, Yves. **Suicídio:** modo de usar. Tradução Maria Ângela Villas. São Paulo: EMW, 1984.

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Cortez, 2011.

HELOANI, José Roberto; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Saúde mental e psicologia do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. v.17, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a11v17n2.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

HUBERMAN, LEO. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

IBGE. **Séries históricas**. 2017a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?et=series-historicas>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Algumas características da força de trabalho por cor ou raça**. Rio de Janeiro. 2017b.

Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Caracteristicas\\_da\\_forca\\_de\\_trabalho\\_por\\_cor\\_ou\\_raca/Algumas\\_caracteristicas\\_da\\_forca\\_de\\_trabalho\\_por\\_cor\\_ou\\_raca\\_2016\\_04\\_trimestre.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Código penal anotado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

KALINA, Eduardo; KOVADLOFF, Santiago. **As cerimônias da destruição**. Tradução Sônia Alberti. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista da alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAURENTI, Ruy. O problema das doenças crônicas e degenerativas e dos acidentes nas áreas urbanizadas da América Latina. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n.2, p. 238-248, 1975.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Unijuí, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Alceu Amoroso. **Introdução**: Platão, apologia de Sócrates. Rio de Janeiro: edição de Ouro, 1967.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LURIA, Alexandr R. **Curso de psicologia geral vol. I**: introdução evolucionista à psicologia. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

MACIEL, R. H. et al. **Assédio moral no trabalho**: impacto sobre a saúde dos bancários e sua relação com gênero e raça. Recife: Contraf, 2006. Disponível em: <[www.sindibancariospe.com.br/assedio/relatorio\\_final.pdf](http://www.sindibancariospe.com.br/assedio/relatorio_final.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI et al (Org). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **Cadernos de Paris e manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. **Glosas críticas marginais ao artigo o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1988a. v. 1, t. 1.

\_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1988b. v. 1, t. 2.

\_\_\_\_\_. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública: a sociological concern and a public health problem**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 421-428, abr./jun., 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttextepid=S0102-311X1998000200027eIng=ptenrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0102-311X1998000200027eIng=ptenrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MINOIS, Georges. **História do suicídio**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classes e movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o estado democrático**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

NETTO, J. P; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, Nilson Berenchein. Suicídio e trabalho: breves considerações acerca da relação entre sofrimento e alienação. In: LOURENÇO; Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia (Orgs.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente nas américas: uma agenda hemisférica 2006-2015**. Brasília, DF: [s.n.], 2006. Disponível: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_226226.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226226.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção del suicidio un imperativo global**. Genebra: [s.n.], 2014. Disponível em:

<[http://www.who.int/mental\\_health/suicide-prevention/exe\\_summary\\_spanish.pdf?ua=1](http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/exe_summary_spanish.pdf?ua=1)>. Acesso em: 15 maio 2016.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PINGUET, Maurice. **A morte voluntária no Japão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRAUN, Lucieneida Dováo. **Não sois máquina!** Reestruturação produtiva e adoecimento na general Motors do Brasil. 2014. 189 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. A flexibilização da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia. **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SOBRINHO, José Pereira de Sousa et al. O metabolismo de reprodução do capital e sua crise estrutural. **Revista eletrônica arma da crítica**, v. 2, n.2, 2010. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/6-%20o%20metabolismo%20de%20reproducao%20do%20capital%20e%20sua%20crise%20estrutural-%20j.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

SOLOMON, Andrew. **O demônio do meio-dia uma anatomia da depressão**. Tradução Myriam Campello. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SOUZA, Diego de Oliveira. **A questão da saúde dos trabalhadores na perspectiva histórico-ontológica**. 201. 180 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2012.

SOUZA, Reivan Marinho. **Controle capitalista e reestruturação produtiva o programa brasileiro de qualidade e produtividade**. Maceió: Edufal, 2011.

TEIXEIRA, Napoleão Lyrio. **O suicídio: em face da psicopatologia, da literatura, da filosofia e do direito**. Curitiba: Guairá, 1947.

TERTULIAN, Nicolas. **Marx: uma filosofia da subjetividade**. Revista Outubro, São Paulo, n.10, 2004.



VAISMAN, Ester. A usina onto-societária do pensamento. **Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem**, São Paulo, n. 1, t.1, p. 247-287, 1999.

VENEU, Marcos Guedes. **Ser ou não ser**: uma introdução à historia do suicídio no ocidente. Brasília: Editora UNB, 1994.

WANG, Yuan Pang; RAMADAM, Zacarias Borge A. Aspectos psicológicos do suicídio in: MELEIRO, Alexandrina M. A.de S.; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang. (Coords.). **Suicídio**: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, 2004.